



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Rodrigo de Souza Costa

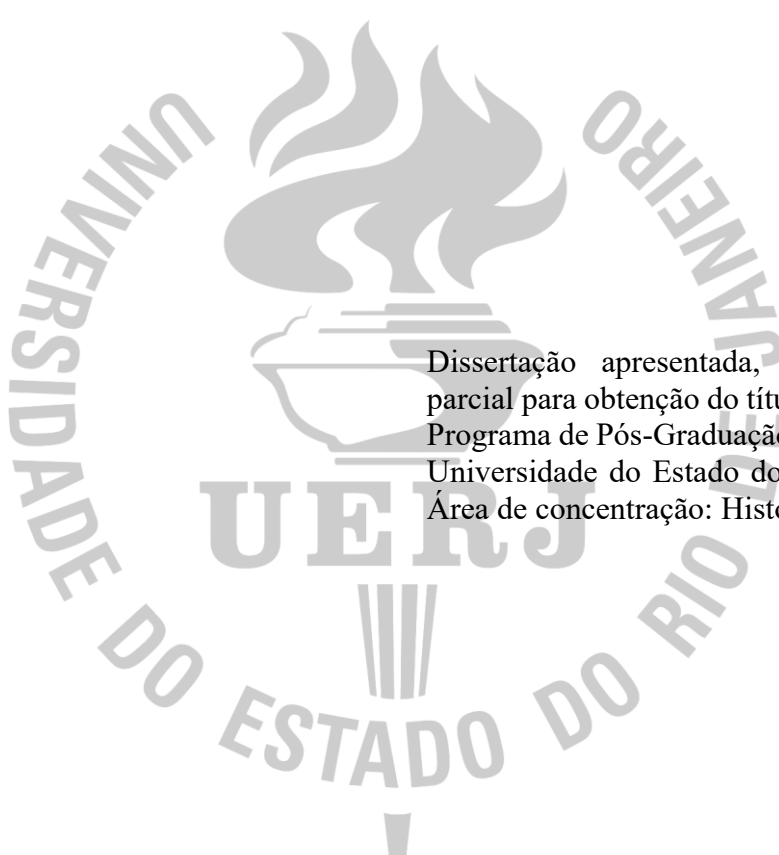
**Memórias da Ditadura Empresarial-Militar na Baixada Fluminense:
a Fábrica da Estrela e o distrito de Vila Inhomirim**

Rio de Janeiro

2024

Rodrigo de Souza Costa

**Memórias da Ditadura Empresarial-Militar na Baixada Fluminense: a Fábrica da
Estrela e o distrito de Vila Inhomirim**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz de Moraes Vieira

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

C837 Costa, Rodrigo de Souza.
Memórias da Ditadura Empresarial-Militar na Baixada Fluminense: a Fábrica da Estrela e o distrito de Vila Inhomirim / Rodrigo de Souza Costa. – 2024.
106 f.

Orientador: Beatriz de Moraes Vieira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ditadura - Magé (RJ) - Teses. 2. Memória coletiva - Magé (RJ) - Teses. 3. Trabalhadores - Magé (RJ) - Teses. 4. Baixada Fluminense (RJ) - Teses. I. Vieira, Beatriz de Moraes. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 321.6:331.105.24(815.32)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Rodrigo de Souza Costa

**Memórias da Ditadura Empresarial-Militar na Baixada Fluminense: a Fábrica da
Estrela e o distrito de Vila Inhomirim**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 06 de setembro de 2024.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Beatriz de Moraes Vieira (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Profa. Dra. Maria Leticia Corrêa
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Pedro Henrique Pedreira Campos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2024

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que vieram antes de mim e dedicaram suas energias e suas carreiras na produção de pesquisas sobre a história da Baixada Fluminense. Sou devedor desse legado intelectual e espero ter contribuído para o seu crescimento.

À minha família que sempre respeitou e apoiou meu caminho profissional. Além disso, minha mãe e minha irmã seguem sendo meus exemplos na carreira acadêmica.

À Priscila, pelo companheirismo e auxílio nessa reta final. Todo o nervosismo e ansiedade que são típicos dos momentos finais da escrita de uma dissertação foram muito mais fáceis de atravessar graças a ela.

À Vitor Teles, um grande amigo que me ajudou com parte das entrevistas. Essa dissertação é o primeiro passo de projetos que ainda iremos construir em parceria.

À Beatriz Vieira, minha orientadora e uma das melhores pessoas que tive a oportunidade de conhecer na minha trajetória acadêmica. Sempre meu deu liberdade intelectual, mas sem nunca deixar de exigir rigor teórico. Ainda lembro dos tempos de graduação de uma de suas falas: “Você pode combinar as ideias desses autores, desde que seja bem feito”. Por outro lado, nos momentos em que estive mais ansioso e preocupado com o andamento do meu trabalho, ela soube me tranquilizar.

Aos colegas que fiz no mestrado, principalmente Laís, que me apoiou durante a elaboração do projeto e me acompanhou no exame de qualificação. Além disso, sou grato ao Deyvisson, por sua ajuda na obtenção de algumas fontes e pelas palavras amigas que me ajudaram a ter confiança e reconhecer o valor do meu trabalho.

Ao professor Renato Lemos que fez parte da minha banca de qualificação dando importantes sugestões que foram primordiais para o prosseguimento deste trabalho.

À Maria Beatriz Leal que abriu as portas de sua casa, mesmo não me conhecendo, e me ajudou fornecendo fontes e bibliografia, além de me ajudar com os problemas que tive para conseguir acessar a documentação no Arquivo Histórico do Exército. Como se não fosse o bastante, a sua dissertação foi de grande importância para este trabalho.

Seu pai tem medo que você se perca na cidade má e misteriosa
Que ele mesmo fez e desconhece
Você tem medo que seu pai se perca na cidade má e misteriosa
Que você mesmo fez e desconhece
E a cidade misteriosamente cresce
Pacto de sangue que todos fizeram e desconhecem

Pacto de Sangue, Jards Macalé

RESUMO

COSTA, Rodrigo de Souza. **Memórias da Ditadura Empresarial-Militar na Baixada Fluminense**: a Fábrica da Estrela e o distrito de Vila Inhomirim. 2024. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

O objetivo deste trabalho é analisar a memória dos trabalhadores e moradores do entorno da Fábrica da Estrela, na cidade de Magé, na Fluminense, durante a ditadura empresarial-militar, considerando as condições de vida e de acesso a serviços básicos, como saúde, educação e moradia. Foi feita a discussão sobre o conceito de Baixada Fluminense e quais suas consequências analíticas para o entendimento do contexto político, econômico e social da região durante a ditadura. Por meio da análise de entrevistas realizadas com antigos moradores e trabalhadores ligados a Fábrica da Estrela, vinculado ao Exército, foi debatido o surgimento de memórias positivadas do período. A memória foi entendida enquanto uma representação do passado construída socialmente, sendo uma fonte que permite analisar a efetividade e os limites dos instrumentos de controle social utilizados pelo regime. O período que o Brasil foi governado pelos militares é lembrado de formas que variaram da indiferença ao elogio, demonstrando os avanços e os limites do processo hegemônico.

Palavras-chave: ditadura empresarial-militar; Baixada Fluminense; Magé.

ABSTRACT

COSTA, Rodrigo de Souza. **Memories of the Business-Military Dictatorship in Baixada Fluminense**: Fábrica da Estrela and the district of Vila Inhomirim. 2024. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

The objective of this work is to analyze the memory of workers and residents around the Fábrica da Estrela, in the city of Magé, in Fluminense, during the business-military dictatorship, considering the living conditions and access to basic services, such as health, education and housing. There was a discussion about the concept of Baixada Fluminense and its analytical consequences for understanding the political, economic and social context of the region during the dictatorship. Through the analysis of interviews carried out with former residents and workers linked to Fábrica da Estrela, linked to the Army, the emergence of positive memories of the period was discussed. Memory was understood as a socially constructed representation of the past, being a source that allows analyzing the effectiveness and limits of the instruments of social control used by the regime. The period in which Brazil was governed by the military is remembered in ways that ranged from indifference to praise, demonstrating the advances and limits of the hegemonic process.

Keywords: business-military dictatorship; Baixada Fluminense; Magé.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Magé com a divisão dos distritos (1892-1990)	19
Figura 2 – Estação de Fragoso – Estrada de Ferro Barão de Mauá - 1860	23
Figura 3 – Representação do território de Estrela e Iguassu	29
Figura 4 – Casa da Vila Operária	41
Figura 5 – Anúncio do 159º Aniversário da Fábrica da Estrela na imprensa.....	42
Figura 6 – Homenagem ao General Médici no livro de Renato Peixoto sobre a Fábrica da Estrela	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População no distrito de Inhomirim (1960-1980)	24
Tabela 2 – Prefeitos de Magé	63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 UMA BREVE HISTÓRIA LOCAL	18
1.1 Vila Inhomirim no século XX	24
1.2 O processo histórico de urbanização e ocupação da Baixada Fluminense	26
1.3 A Fábrica da Estrela	30
2 MEMÓRIA LOCAL: ENTRE A ADESÃO, O ELOGIO E A INDIFERENÇA	33
2.1 Um emaranhado de memórias	35
2.2 Cotidiano e repressão nas vilas operárias	37
2.3 Entre esquadrões e torturadores	44
2.4 Explosões	52
2.5 Memórias, lugares e contradições	55
3 GOLPE, POLÍTICA E DITADURA EM MAGÉ	57
3.1 A política na Baixada Fluminense após 1964	59
3.2 Golpe e política em Magé	62
3.3 Os arenistas e a Fábrica da Estrela	72
4 IDEOLOGIA E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA	79
4.1 Dicotomias e maniqueísmos	79
4.2 Política, cooptação, coerção e memória	85
4.3 Hegemonia e controle: limites e permanências	87
4.4 O fim: A criação da IMBEL	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	99
ANEXO A – Questionário com perguntas realizadas nas entrevistas	106

INTRODUÇÃO

O trabalho do historiador, enquanto escreve seus artigos, teses e livros, é uma atividade solitária. No entanto, ele possui a companhia do saber historiográfico produzido por outros historiadores e, obviamente, suas fontes. Esta espécie de solidão “acompanhada” pode variar em menor ou maior grau de acordo com o objeto de estudo. No entanto, a tarefa de escrever sobre um determinado distrito de uma cidade da Baixada Fluminense durante o período da ditadura empresarial-militar pode resultar em uma espécie de misantropia historiográfica que só se aprofunda com a escolha do objeto principal de análise se tratar da Fábrica da Estrela, no município de Magé. Mas não se trata de um vazio absoluto da historiografia, como será demonstrado mais adiante, pois as fontes primárias, os vestígios do passado, também se encontram em quantitativo limitado, mas que permitem brechas para a pesquisa.

Magé é uma cidade localizada entre o fundo da Baía da Guanabara e os municípios da região Serrana, e sua sede está a aproximadamente 60 quilômetros de distância da capital do Estado do Rio de Janeiro. A ocupação portuguesa começa com a concessão de sesmarias em 1565 para produção de açúcar. Ao longo dos séculos seguintes, a região ocupou papel de importância para a colônia e, posteriormente, para o Império: testemunhou a presença de jesuítas; tornou-se conhecida como “celeiro da Corte”, por conta da importância de sua produção para o abastecimento da capital; foi aberto o Caminho de Inhomirim, a via de acesso mais importante para o escoamento de metais preciosos – e café a partir do século XIX – das Minas Gerais; e teve o seu território cortado pela primeira estrada de ferro do Brasil em 1854.

A Fábrica da Estrela, especializada na fabricação de pólvora, foi fundada em 1808 por Dom João VI na Lagoa Rodrigo de Freitas e desde o início da década de 1830 está instalada no distrito mageense de Vila Inhomirim, no sopé da Serra Velha de Petrópolis. Esteve vinculada no período ao Ministério do Exército, e manteve uma estrutura de vila operária montada nas décadas anteriores a 1964, em moldes semelhantes das vilas mantidas por outras fábricas em bairros vizinhos e em outras cidades do Brasil, incluindo estruturas para prestação de serviços de saúde, educação e lazer para operários e seus dependentes.

O interesse pelo tema é relacionado à minha condição de ex-morador do distrito de Vila Inhomirim, residindo desde o meu nascimento até os 27 anos de idade a poucos quilômetros da Fábrica da Estrela e convivendo diretamente com os resquícios materiais das vilas operárias, um constante lembrete na arquitetura local da época em que as fábricas ditavam a vida na região. No entanto, enquanto neto, sobrinho e filho de operários, militares e ex-moradores da vila

operária, o vestígio do passado mais inquietante sempre foi o relato de parentes próximos sobre a atuação do Exército na região durante as décadas de 1960 e 1970. A partir do início da graduação em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, procurei conhecer a historiografia local e os estudos sobre o Golpe de 1964 e Ditadura Civil Militar, conforme demonstrarei no próximo parágrafo.

Durante o período chamado ditadura militar, também conhecido na historiografia como ditadura civil-militar e ditadura empresarial-militar, os militares estiveram à frente do Estado brasileiro após o golpe aplicado em 1964 que derrubou do poder o então presidente João Goulart e iniciou uma sequência de governos de presidentes generais até 1985, quando José Sarney chega à presidência, o primeiro civil a ocupar o cargo em 21 anos, mesmo que ligado à base política que sustentava os governos militares.

Neste trabalho adotaremos o termo *ditadura empresarial-militar*¹ com a intenção de ressaltar a participação de civis e de, principalmente, representantes do empresariado na campanha de desestabilização do governo Jango e na conspiração que levou a sua derrubada em 1964, conforme nos mostra René Dreifuss em sua famosa obra *1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe* de 1982.

A produção historiográfica dedicada ao município de Magé teve um de seus principais marcos na década de 1950, quando memorialista Renato Peixoto dos Santos publicou *Magé – Terra do Dedo de Deus*. Uma obra caracterizada por mesclar elementos históricos e geográficos – não à toa o livro é patrocinado pelo IBGE – da região ao lado de resumos biográficos de figuras proeminentes da política local. Ainda hoje é uma obra de referência para estudos sobre a cidade, mesmo que com suas limitações e problemas de cunho historiográfico. Renato Peixoto, assim como vários outros autores dedicados à história local durante o século XX, era um historiador amador e produziu outras obras ligadas a Magé, como *Garrincha – O demônio das Pernas Tortas* e a *A Saga dos Ullmann*, mantendo o aspecto de se dedicar à memória de personalidades nascidas na região.

A outra face da história mageense produzida por historiadores sem formação na área – quase sempre jornalistas ou advogados – durante o século XX é a preocupação excessiva em valorizar o período do Brasil Colonial e Imperial, quando a região se tornou importante para a conexão entre a cidade do Rio de Janeiro e as Minas Gerais. O caminho de Inhomirim foi a principal via utilizada pelas tropas que atravessavam a Serra do Mar, ao mesmo tempo em que

¹ Em alguns momentos utilizaremos como sinônimo os termos “ditadura empresarial-militar”, “ditadura militar” e “ditadura” apenas por questões estilísticas e para evitar muitas repetições.

Estrela foi o porto mais movimentado do fundo da Baía de Guanabara. Cabe também citar que a primeira estrada de ferro da América Latina atravessa o território mageense e parte do traçado original da linha do trem permanece em uso até os dias atuais. Nestes trabalhos, a Colônia e, principalmente, o Império são vistos como componentes de um passado de prosperidade que a República levou abaixo. Esta é uma característica, assim como a tendência de produção de memórias de personalidades, comum a toda região da Baixada Fluminense, conforme apontado pelo sociólogo José Cláudio Souza Alves em seu pioneiro trabalho *Dos Barões ao Extermínio – Uma história da violência na Baixada Fluminense*. No caso mageense o trauma com o fim do Império é um pouco mais severo devido ao episódio conhecido como “Horrores de Magé”, quando a República massacrou rebeldes envolvidos da Segunda Revolta da Armada que estavam amotinados nas praias do município. O banho de sangue se estendeu aos moradores e pescadores que de alguma forma auxiliaram os revoltosos. Esse acontecimento, não raramente, é apontado como a causa da decadência da cidade.

A delimitação territorial das cidades da Baixada Fluminense sofreu grande variação ao longo dos séculos, com freguesias promovidas a vilas, anexações, emancipações e, até mesmo, extinções de vilas ou cidades. Portanto, até a década de 1940 as histórias dos vários municípios se cruzam, tendo como quase sempre uma centralidade na Vila de Iguassu, atual Nova Iguaçu, que no auge de sua extensão territorial englobou a maior parte das cidades que hoje existem. Cabe ressaltar que a ocupação do atual território mageense é quase tão antiga quanto a fundação da cidade do Rio de Janeiro. Nos anos 1990 e 2000 surge uma nova historiografia dedicada à região produzida na academia por cientistas sociais e historiadores. Magé e Vila Inhomirim – que nem sempre foram a mesma vila ou município – aparecem em trabalhos proeminentes, como *Escavando o Passado da Cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias*, baseado na dissertação de mestrado em História de Marluvia Santos de Souza sob a orientação de Virgínia Fontes, defendida em 2002.

Outro trabalho importante e que se tornou uma referência é a obra já citada de Alves, que apesar de seu recorte territorial da Baixada não considerar Magé, traça um indispensável quadro das relações entre políticos locais e os militares durante a ditadura empresarial-militar, principalmente porque tanto militares quanto lideranças políticas atuavam em muitas cidades.

A despeito da valorosa produção historiográfica dos últimos anos sobre a Baixada Fluminense e da importância e do pioneirismo dos trabalhos citados, poucos foram os historiadores com produção dedicada ao município que ao menos em parte aborda o recorte temporal da

ditadura. É o caso de Felipe Ribeiro, que em sua tese de doutorado analisa a atuação de trabalhadores têxteis e rurais entre 1956 e 1973, período em que a cidade se tornou um polo industrial têxtil, com fábricas localizadas em Inhomirim e em outros distritos (RIBEIRO, 2015). No mesmo tom segue o trabalho de Juçara Mello, dedicado ao estudo da memória da cultura fabril na localidade Santo Aleixo (MELLO, 2012). A Fábrica da Estrela e seus respectivos trabalhadores são citados marginalmente nestas obras.

Em 2016 foi lançado o livro *A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar – Movimentos Sociais, repressão e poder local*, uma coletânea de artigos produzidos pela geração de historiadores formados a partir do final da década de 2000, organizada por Jean Sales e Alexandre Fortes. O único artigo dedicado a Magé durante o período ditatorial inaugurado em 1964 é de autoria de Felipe Ribeiro e tem como foco, mais uma vez, as ações dos trabalhadores das fábricas de tecido e as memórias de luta.

Alinnie Moreira (2005) escreveu uma importante dissertação em que analisa as relações de trabalho de africanos livres e escravizados na Fábrica da Estrela durante o Brasil Império. Maria Beatriz Leal (2016) elaborou o trabalho mais próximo desta proposta de pesquisa, quando pesquisou o Ginásio Industrial da Fábrica da Estrela, um estabelecimento de ensino que funcionou dentro dos limites fabris entre os anos 1960 e 1970 e esteve sobre a direção dos militares, visando a formar mão de obra capacitada para atuar na Fábrica. A pesquisa traz à tona a memória de ex-alunos e funcionários, obtidas através de entrevistas, além de análise de documentação localizada na própria Fábrica. Porém, talvez por se tratar de uma dissertação proveniente de um programa de pós-graduação em educação, a obra tem como principal foco o projeto educacional dos militares, no contexto do surgimento de escolas industriais e na relevância do Ginásio para a vida dos ex-alunos.

O presente trabalho, considerando todo o exposto, almeja preencher uma lacuna historiográfica. Magé se encontra na Baixada Fluminense, uma região marcada pela ineficiência dos serviços públicos municipais. As fábricas instaladas na região substituíram o Estado neste papel de provedor de serviços, porém apenas para os seus trabalhadores. A Fábrica da Estrela e a sua vila operária diferem das demais fábricas mageenses anteriormente estudadas por se tratar de uma instituição militar vinculada ao Exército e, sendo assim, fazendo parte do aparato estatal. Portanto, ao analisar um microfenômeno, esta obra também pretende contribuir para o entendimento das consequências das formas de dominação e coerção na memória sobre a ditadura.

O recorte temporal escolhido será de 1964, ano em que os militares assumem o comando do Estado, até 1975, quando o governo do então presidente General Ernesto Geisel promove

uma série de reformas administrativas nas fábricas ligadas ao antigo Ministério do Exército com a subordinação da recém-criada empresa estatal Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), rompendo com o antigo modelo fabril.

As fontes analisadas estão discriminadas da seguinte forma: entrevistas com antigos moradores e trabalhadores da região; o livro de registros históricos da Fábrica da Estrela localizado no Arquivo Histórico do Exército; e o relatório sobre as eleições de 1972 produzido pelo Serviço Nacional de Informação digitalizado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

Na monografia de fim de curso da graduação entrevistei familiares de antigos operários e moradores da vila operária da Fábrica da Estrela e o seu entorno. Tais relatos foram revisitados nesta dissertação e somados com entrevistas feitas com moradores do terceiro distrito da cidade de Duque de Caxias e que é limítrofe de Magé através do distrito de Inhomirim. São regiões próximas e com vínculos históricos, apesar das diferenças de condições de vida de seus moradores no período estudado.

O intuito das entrevistas foi coletar informações sobre as condições materiais encontradas na região durante a ditadura e entender como se formam memórias positivadas ou de suposta indiferença sobre o período. A memória, ou seja, “as representações coletivas do passado tal como se forjam no presente”, apresenta-se como fonte privilegiada que pode mostrar as complexidades e contradições do “emaranhado” social do cenário apresentado nos parágrafos anteriores. As recordações ajudam a dar singularidade ao trabalho do historiador, carregando a obra historiográfica de minúcias que criam possibilidades para o pesquisador a obter suas “respostas locais” para “perguntas gerais”. No entanto, a memória não deve ser interpretada de forma rígida pelo historiador, que deve assinalar suas armadilhas, inserindo sempre a experiência singular no contexto da história global (TRAVERSO, 2012, p.26-27). No caso desta pesquisa, por meio de entrevistas, tais armadilhas e contradições serão vistas como oportunidades para a observação da relação das experiências individuais com as formas de dominação burguesa durante a ditadura empresarial-militar.

Por conta desta escolha de fonte, a pesquisa entra no campo da história oral, que aqui será entendida como uma metodologia, conforme enunciam Ferreira e Amado (2019, p. xvi)

como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho - tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho -, funcionando como **ponte entre teoria e prática**. (grifo nosso)

Sendo assim, a história oral neste trabalho diz respeito à metodologia das entrevistas realizadas com um questionário que servirá de orientação para o entrevistador, servindo como um ponto de partida, e não como um roteiro que deve ser seguido rigidamente, o que atrapalharia a dinâmica das idas e vindas da memória dos entrevistados. Ainda assim, as questões levantadas serão elaboradas a partir dos problemas e objetivos desta pesquisa. Por funcionar como “ponte entre teoria e prática”, a “história oral é capaz apenas de suscitar, jamais de solucionar, questões; formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas” (FERREIRA e AMADO, 2019, p. xvi).

O caráter coletivo da memória que abordamos neste trabalho remete aos estudos de Maurice Halbwachs, com suas reflexões como lembranças individuais são formadas a partir do meio social, pois a memória coletiva

tira sua força do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. [...] Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (HALBWACHS, 1990, p. 51)

A constatação do caráter sociológico da memória por Halbwachs, que era influenciado pela sociologia durkheimiana, nos permite estudá-la enquanto fenômeno ligado ao coletivo. Essa é uma constatação fundamental para uma pesquisa de caráter qualitativo como a que desenvolvemos. As lembranças analisadas nos indicam inúmeras possibilidades sobre o contexto social e econômico vivido pelos trabalhadores de uma determinada região da Baixada Fluminense e sobre qual foi a relação dessas pessoas com as ações do I em nível nacional e escala local, considerando a presença dos militares na Fábrica da Estrela. A memória é construída socialmente, apesar de quem de fato se lembra ou se esquece de algo são as pessoas. Portanto, os interesses e sentimentos são fundamentais na construção da memória, mesclando conhecimento e emoção (SÁ, 2015).

Além das entrevistas, foi consultado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) os relatórios digitalizados produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), principalmente o documento sobre as eleições municipais de 1972. Trata-se de uma fonte que nos permitiu debater o nível de importância dada pelos agentes da repressão para a localidade e o modo de intervenção da ditadura na política institucional local.

Foi feita tentativa de pesquisa no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), que por e-mail já havia confirmado que possuía alguma documentação. De acordo com a pesquisa de

Maria Beatriz Leal da Silva citada anteriormente, no local estão documentos relativos à instituição de ensino que funcionou dentro da Fábrica e os livros de registros históricos e boletins internos que a instituição produzia. Porém, no dia agendado para consulta, fomos informados pelos militares responsáveis pelo setor que os documentos não foram localizados².

Após alguns meses, realizamos nova consulta por e-mail, inclusive com envio de imagens de algumas páginas de documentos que foram digitalizados por Maria Beatriz e anexadas em sua dissertação. Após nova troca de mensagens, enfim conseguimos ter acesso ao Livro de Registro Histórico da Fábrica. Tal livro, como o nome sugere, contém registros anuais de entrada e saída de materiais, visita de autoridades, comemorações, acidentes e melhorias feitas nas oficinas, cobrindo o período entre 1951 e 1976. Os relatórios eram sempre assinados pelo diretor da Fábrica, geralmente no ano seguinte, mas em alguns casos foi assinado somente dois anos depois.

Essa é uma documentação que foi elaborada, organizada e preservada por militares e, portanto, possui suas limitações. Devido aos problemas para conseguir o seu acesso, não nos surpreenderíamos se em futura consulta ela aparecesse incompleta ou com novas partes. Do mesmo modo, o seu conteúdo não pode ser lido como um retrato fidedigno do que acontecia na Fábrica da Estrela naqueles anos – de resto, como qualquer fonte, pede perguntas e análise crítica. Ainda assim foi uma fonte que nos trouxe dados e registros que enriqueceram nossa análise. Conforme as reflexões de Marc Bloch, os documentos devem ser interrogados, pois o conhecimento não pode ser gerado apenas pela observação passiva (BLOCH, 2002, p. 78-79).

A dissertação possui três capítulos. No primeiro, apresentamos o aspecto territorial da pesquisa. Caracterizamos Magé e o distrito de Vila Inhomirim a partir de uma perspectiva histórica e geográfica. Foram demonstradas características demográficas e de divisão interna ao longo do tempo e que marcaram o processo de urbanização da região e considerando qual foi o papel da Fábrica da Estrela nesse processo. Nesse capítulo, complementarmente usamos as páginas do *Jornal do Brasil* para remontarmos o episódio conhecido como *Os Horrores de Magé*, que tiveram grande impacto na história republicana local.

Foi feito um esforço para trazer a discussão sobre o conceito de *Baixada Fluminense* e se Magé pode ser incluído nesse conceito. Defendemos que a partir de critérios que levam em conta o processo histórico de ocupação do território e de urbanização da região, a cidade está

² Apenas uma semana antes da consulta, ainda existia um acampamento de apoiadores do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro em frente ao Palácio Duque de Caxias, sede do Comando Militar do Leste e onde o AHEx está instalado.

inclusa. E isso trouxe consequências analíticas para o presente trabalho, que discutimos nos capítulos posteriores.

No segundo capítulo, através da análise das entrevistas, buscamos entender quais eram as condições de vida e acesso à serviços básicos na região. A ocorrência de práticas violentas do Exército surge de forma quase naturalizada para os moradores de Inhomirim, assim como a memória de uma verdadeira “idade de ouro”. Enquanto isso, moradores e trabalhadores do distrito caxiense vizinho se recordam de condições precárias de vida e da presença de grupos de extermínio. Debates como a violência estatal praticada pela ditadura possui relações com agentes estrangeiros, proveniente dos Estados Unidos da América e da França, e como essas práticas se mesclaram com o que já existia de violência política no Brasil e na Baixada.

As condições de segurança trabalho e os instrumentos de controle social da Fábrica da Estrela também foram objetos de análise. Por ser uma local de produção de explosivos, muitas explosões com vítimas fatais ocorreram desde sua fundação. Durante a ditadura empresarial-militar, quando festas eram abertas para toda a comunidade no aniversário da Fábrica, os mortos nos acidentes chegaram a ser homenageados em solenidades. Contraditoriamente, os militares não cuidaram da preservação da memória desses trabalhadores nos anos seguintes e muito menos pretenderam reparar as suas famílias.

No terceiro capítulo, discutimos a política mageense após o golpe de 1964 e como a ditadura interveio localmente entre as décadas de 1960 e 1970. Demonstramos que Magé sofreu um padrão de intervenção semelhante ao de outras cidades da Baixada Fluminense. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de base política da ditadura, dominou a política baixadense após 1972 e trouxe para primeiro plano do cenário político figuras que dominam a região até os dias atuais.

Nas considerações finais, articulamos o que foi produzido nos capítulos anteriores e discutimos as bases culturais que permitiram a formação de uma memória positiva da ditadura empresarial-militar, que é a grande questão que tentamos levantar neste trabalho a partir de uma análise local.

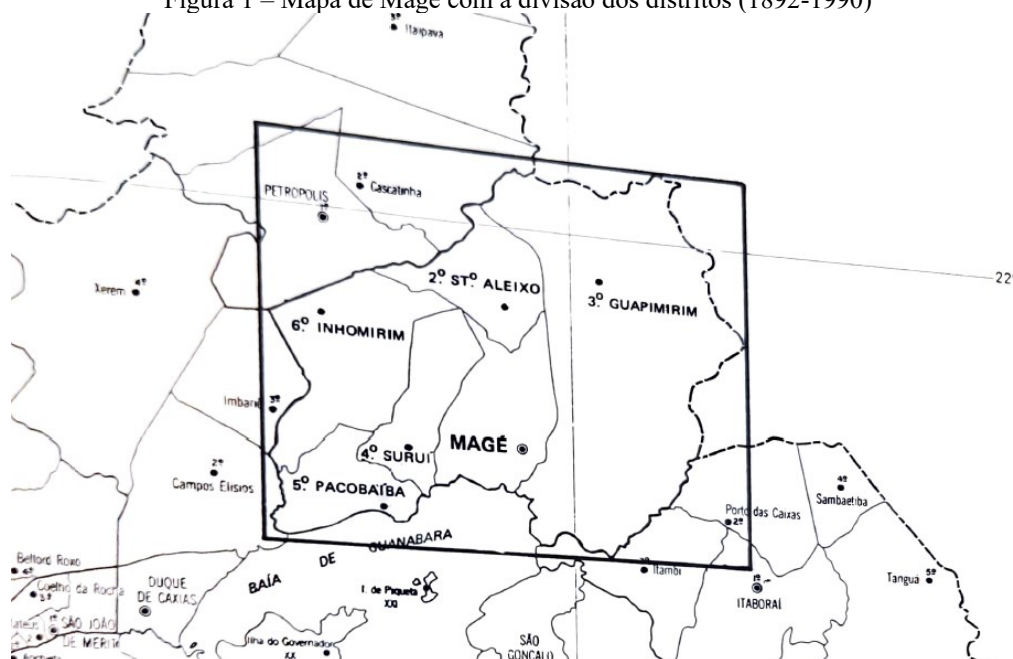
1. UMA BREVE HISTÓRIA LOCAL

O intuito deste capítulo é apresentar o aspecto territorial que atravessará toda a pesquisa. A caracterização do contexto histórico e espacial da cidade possui importância não apenas descritiva, mas também como fator explicativo considerando os elementos regionais e nacionais que estarão em constante articulação ao longo deste trabalho. Sendo assim, trata-se de um recorte, como ocorre em qualquer pesquisa, e os demais distritos mageenses já foram estudados brilhantemente em outras obras. Portanto, não há qualquer pretensão de se fazer elaborar uma história geral do município de Magé, o que acabaria fugindo do objeto desta dissertação.

Magé é uma cidade localizada no Estado do Rio de Janeiro na região conhecida como Baixada Fluminense. A ocupação da região por portugueses ocorre a partir de 1565, com a concessão de sesmarias em áreas próximas à atual sede do município. Nestas terras foi instalado um engenho de açúcar que teve grande importância para a colônia. A extração de pau-brasil também foi outra atividade desenvolvida e logo se formou no entorno um aldeamento com a presença de jesuítas e indígenas catequizados (ALONSO, 2000, p. 21-29). Em 1789 Magé é elevada à categoria de vila e em 1857 passar a ser considerada uma cidade. Em 1892, após alguns decretos estaduais, o município passar ser dividido em 6 distritos, permanecendo com essa configuração até 1990: o primeiro, a sede; o segundo, Santo Aleixo; o terceiro, Guapimirim; o quarto, Suruí; o quinto, Guia de Pacobaíba; e o sexto, Vila Inhomirim (ALONSO, 2000, p. 54 -55). Está será a divisão considerada ao longo deste trabalho, de acordo com o recorte temporal que foi definido³.

³ Em 1990 ocorre o desmembramento do distrito de Guapimirim, sendo elevado à categoria de município, em processo semelhante que ocorreu em outras cidades da Baixada no período. Em 2002 é criado o Distrito Agrícola de Rio D'Ouro através da Lei Municipal nº 1.532, fazendo Magé voltar a possuir seis distritos.

Figura 1 – Mapa de Magé com a divisão dos distritos (1892-1990)



Fonte: Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (1984)

A região possuiu grande importância até o final do Império, fazendo com que chegasse a receber a primeira ferrovia da América do Sul: a Estrada de Ferro Barão de Mauá. Inaugurada em 1854, ligava as localidades de Guia de Pacobaíba e Fragoso⁴, fazendo a conexão entre o porto e a serra (IBGE, 2023). Magé também foi o local de nascimento de figuras que tiveram determinada proeminência durante o século XIX, como o jornalista Alcindo Guanabara e o escultor do estilo rococó Antônio de Pádua e Castro. Além disso, o naturalista Barão de Langsdorff foi dono da Fazenda da Mandioca, na então Freguesia Inhomirim e no sopé da serra de Petrópolis, entre os anos de 1816 e 1826, sendo local de parada de viajantes e naturalistas⁵ que partiam rumo ao interior. Por fim, é possível que Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, nascido na extinta Vila de Estrela⁶, tenha sido batizado na Igreja de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim⁷ (ALONSO, 2000).

⁴ Atualmente parte deste trecho encontra-se preservado e em funcionamento entre as estações Piabetá e Vila Inhomirim, com a realização do transporte de passageiros em trens à diesel e operados pela SuperVia. O trecho restante, apesar de ser tombado pelo IPHAN, foi abandonado, tendo parte de seus dormentes e trilhos furtados. Em 2009 parte da ferrovia foi aterrada pela Prefeitura de Magé, na época comandada por Núbia Cozzolino. Para saber mais, acessar: <<https://jornalggn.com.br/historia/o-triste-fim-da-primeira-ferrovia-do-pais>>.

⁵ Entre os viajantes que passaram pela Fazenda podemos apontar: Spix, Von Martius, Humboldt e Saint-Hilaire (ALONSO, 2000, p. 116).

⁶ O local de seu nascimento atualmente faz parte do território do município de Duque de Caxias.

⁷ Atualmente a Igreja encontra-se em ruínas.

O território continuou tendo relevância no século XVIII, quando no final do século anterior foi descoberto ouro em Minas Gerais. Os bandeirantes abriram um caminho para o escoamento da produção aurífera até Paraty, em um caminho que durava até três meses para ser realizado. Os viajantes eram expostos ao clima severo, à lama e subidas perigosas pela floresta. Por conta disso, governador da capitania Arthur de Sá e Menezes autorizou Garcia Paes, filho do bandeirante Fernão Dias Paes, a abrir um novo caminho, com o intuito de diminuir o tempo de viagem e aumentar o controle fiscal da produção. Em 1704 foi concluído aquele que seria conhecido como Caminho do Pilar (SOUZA; OLIVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 10-11).

O Caminho do Pilar, que reduziu o tempo de viagem para 15 dias, fez com que o atual território dos municípios da Baixada Fluminense se transformasse em uma importante ligação até o litoral, se tornando espaço de circulação de pessoas livres e escravizadas, além de iniciar um processo de ocupação das terras em seu entorno (SOUZA; OLIVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 10-15). Em 1725 foi aberto pelo Tenente Coronel Bernardo Soares de Proença o Caminho de Inhomirim (ALONSO, 2000, p. 121), que reduziu o tempo de viagem para 05 dias e tornou-se a principal rota para as Minas Gerais, superando a do Pilar⁸. Desse modo, a freguesia e o seu entorno foram beneficiadas com o movimento de viajantes, com a abertura de estalagens, pensões e a valorização e ocupação das propriedades (SOUZA; OLIVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 15-16).

No século XIX o principal produto a ser escoado foi o café, proveniente do Vale do Paraíba, o que favoreceu o Caminho do Tinguá, mas com Inhomirim ainda se mantendo como um importante e movimentado elo com o litoral (SOUZA; OLIVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 16). Os portos de Magé, Piedade e Estrela, ainda figuravam como os mais importantes da Baía da Guanabara no século XIX, junto com o de Iguassu (SOUZA; OLIVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 9).

A chegada do trem e o abandono do transporte fluvial como principal meio de escoamento a partir da segunda metade do século XIX causou um desarranjo na estrutura local, causando o abandono dos rios e de sua conservação (SOUZA; OLIVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 20). O declínio se acentua após a Lei Áurea, como ocorreu em muitas outras áreas agrícolas (IBGE, 2023). Desse modo, Magé está inserida em um processo histórico de despovoamento e abandono que várias localidades da Baixada sofreram no início do século XX, fazendo toda região se tornar uma área associada a alagamentos e doenças.

⁸ Apesar da importância destes dois caminhos, eles não foram os únicos, existindo outros, assim como variantes.

No ano de 1895 uma série de notícias foi publicada no *Jornal do Brasil*⁹ relatando os eventos ocorridos durante a Segunda Revolta da Armada que ficariam conhecidos como “Horrores de Magé”. Em 1893, revoltosos da Marinha, opositores do governo Marechal Floriano, se estabeleceram em Magé, apoderando-se da receita municipal e recrutando moradores locais (RIBEIRO, 2015, p. 62). Segundo a imprensa, a reação das tropas governistas foi implacável, que se traduziu na frase atribuída ao seu comandante, o tenente-coronel Manuel Joaquim Godolphim: “Eu vim destruir Magé; essa é a minha missão.”¹⁰

As notícias começaram no dia 05 de janeiro de 1895 e, segundo as mesmas, foram motivadas por uma carta enviada no final de dezembro do ano anterior convidando os jornalistas para visitarem a cidade e ouvir os relatos dos sobreviventes¹¹. Os revoltosos teriam ocupado em Magé em novembro de 1893, causando medo na população, que inicialmente fugiu para outras cidades. No entanto, com o tempo foi estabelecida uma relação de tranquilidade e respeito entre moradores e os militares da Marinha, que procuravam obter apoio civil¹². Chegou-se até mesmo à constituição de um “batalhão patriótico” formado por lenhadores e pescadores locais, realizando pequenos serviços de apoio para os oficiais¹³.

Em 21 de fevereiro de 1894 o governo envia para a Magé uma tropa do Exército com o intuito de reestabelecer a ordem legal. Após uma breve troca de tiros com soldados do batalhão patriótico, com pelo menos uma morte, as tropas adentram a cidade sem grandes resistências, e os revoltosos, ao saberem de tal fato, não organizam resistência e fogem, tanto oficiais quanto praças¹⁴. Porém, isso não impediu que os soldados recebessem a ordem de “saque e degola”. Em seguida estabelecimentos comerciais e imóveis foram invadidos, saqueados, com portas arrombadas e vidros quebrados pelos soldados do Exército¹⁵. Também ocorreram relatos de

⁹ Jornal fundado no Rio de Janeiro em 1891, tendo Joaquim Nabuco como um de seus fundadores. Em 2010 deixou de circular em versão impressa, existindo somente em sua versão online. Entre 1894 e 1919, sob o comando da firma Mendes e Cia, assumiu um caráter mais popularesco, dando atenção assuntos do cotidiano e servindo de canal de recebimento de denúncias das camadas mais pobres (FERREIRA;MONTALVÃO, 2019).

¹⁰ OS HORRORES de Magé. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano V, n. 2, p. 1, 11 jan. 1895.

¹¹ OS HORRORES de Magé. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano V, n. 5, p. 1, 05 jan. 1895.

¹² OS HORRORES de Magé. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano V, n. 6, p. 2, 06 jan. 1895.

¹³ OS HORRORES de Magé. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano V, n. 7, p. 1, 07 jan. 1895.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ OS HORRORES de Magé. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, p. 1, 09 jan. 1895.

estupros de mulheres e meninas de onze anos ¹⁶. A reportagem levanta a suspeita de que Golphim temia que suas tropas estivessem em número inferior às forças revoltosas e, portanto, recrutou pessoas no caminho até Magé, tendo o saque como promessa¹⁷. Prédios públicos, como a Câmara Municipal, foram invadidos e vandalizados¹⁸.

Os escritores memorialistas que produziram suas obras em meados do século XX seguem o tom de denúncia e indignação presente nas reportagens. Antonio Paiva Fernandes no livro *Magé durante o Segundo Império e os primeiros tempos da República: a história de uma abnegada mulher*, publicado em 1962, se refere à chegada das tropas legalistas como uma “invasão da cidade”. Ao descrever o saque feito pelos soldados e as aflições sofridas pelos moradores, o autor enquadra o evento junto com a abolição da escravidão enquanto o segundo impacto sofrido pela cidade que abalou a economia local, arruinando o comércio local – “outrora florescente” – e as fazendas mageenses. No início do século XX, conforme Antonio Paiva, “Magé ficou na situação de terra arrasada”. (FERNANDES, 1962, p. 45-49).

Renato Peixoto dos Santos em *Magé: Terra do Dedo de Deus*, de 1957, se refere aos acontecimentos de 1894 como “lamentáveis ocorrências” e os soldados teriam agido como “verdadeiras bestas” enquanto saqueavam a cidade (SANTOS, 1957, p. 49-50). A Lei Áurea novamente aparece como a causa do declínio econômico do município, desta vez combinada à insalubridade do clima da região, causando reflexos que ainda seriam sentidos nos anos 50 do século XX, época em que o livro foi escrito (SANTOS, 1957, p. 51).

A crise econômica, no entanto, já vinha se construindo algumas décadas antes do fim do sistema escravista, causando a dissolução de Vila Estrela, que teve seu território diluído entre Magé e Iguaçu. No ano de 1860, o percurso mais utilizado para Minas Gerais começou a ser realizado a partir da chegada de barco no Porto de Guia de Pacobaíba, em Magé, com a Estrada União e Indústria completando o caminho. Entre 1854 e 1869, o número de passageiros dobrou, chegando a 42.901, colocando o Porto de Estrela em segundo plano. Porém, com a inauguração e expansão da Estrada de Ferro Pedro II entre os anos 1850 e 1860, a ligação entre a cidade do Rio de Janeiro e o interior começou a ser feita apenas de trem, sem a necessidade de baldeações e trocas de modais. Com isso, a crise de Estrela se aprofunda, junto com a decadência da ferrovia do Barão de Mauá (SOUZA, 2014, p. 81-82).

¹⁶ OS HORRORES de Magé. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano V, n. 2, p. 1, 11 jan. 1895.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ OS HORRORES de Magé. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano V, n. 15, p. 1, 15 jan. 1895.

A Vila de Estrela havia sido criada em 1847 no contexto em que seu porto se tornou uma das mais importantes da Guanabara, beneficiada pela abertura da Estrada Normal da Estrela, que fazia a ligação do recôncavo com a colônia de Petrópolis e, posteriormente, com a abertura da estrada pela União Indústria, como demonstrado anteriormente. Seu território foi constituído a partir das freguesias mageenses de Inhomirim, Guia de Pacobaíba, Suruí, além da freguesia do Pilar, que pertencia a Iguaçu¹⁹, e Petrópolis (SOUZA, 2014, p. 64-65). Em 1857 Petrópolis foi desmembrado da vila e 1891, já em crise, teve sua sede transferida para a localidade de Raiz da Serra, em Inhomirim. Porém, no ano seguinte Estrela foi extinta, com suas freguesias transformadas em distritos e distribuídas entre Magé e Iguaçu (ALONSO, 2000, p. 55).

Esse fenômeno não afetou apenas as regiões do fundo da Baía de Guanabara, onde Magé e Estrela estavam localizadas, mas também interfere na dinâmica econômica e urbanística de Vila Iguaçu, causando deslocamentos de investimentos, mudanças na ocupação do solo e a procura por novas formas de produção agrícola, como a fruticultura. Entre o final do século XIX e início do XX, os proprietários de terras tentaram manter a economia agrária. Se apropriaram do discurso de crise diante de um passado de abundância para atrair obras de saneamento e verbas públicas para a região do Recôncavo da Guanabara (SOUZA, 2014, p. 82).

Figura 2 – Estação de Fragoso – Estrada de Ferro Barão de Mauá - 1860



Fonte: Brasileira Fotográfica

¹⁹ Atuais Segundo e Quarto distritos da cidade de Duque de Caxias.

1.1 Vila Inhomirim no século XX

Conforme descrito anteriormente, o município de Magé foi dividido em distritos a partir do período republicano e manteve a mesma divisão até os anos 90 do século XX. No final da década de 1950, Renato Peixoto apontava os seguintes núcleos populacionais: Raiz da Serra, Pau Grande²⁰, Piabetá²¹, Bongaba, Meia-Noite, Recreio, Meio da Serra, Fragoso²² e Vila Sampaio, totalizando uma área de 99 km² (SANTOS, 1957, p. 151-152). A composição de sua população no período estudado por este trabalho consta no quadro abaixo:

Tabela 1 – População no distrito de Inhomirim (1960-1980)

Ano	1960	1970	1980
População Urbana	5.109	40.609	74.551
População Rural	14.871	7.410	0
População Total do Distrito	19.980	48.019	74.551
População Total da Cidade	59.076	113.965	168.135
% do Distrito na População Total da Cidade	33,82%	42,13%	44,34%
Crescimento do distrito no período	273%		
Crescimento da cidade no período	184%		

Fonte: Tabela elaborado pelo autor com dados dos Censos Demográficos (1940-1970)

O crescimento demográfico do distrito durante o período da ditadura empresarial militar ocorre em uma proporção maior do que a do município, ao mesmo tempo em que sua população rural praticamente desaparece, com quase metade da cidade vivendo em área urbana em apenas 20 anos. Na verdade, esse crescimento segue uma tendência que remonta aos anos da década de 1940 e que afeta não apenas Inhomirim, mas toda a Baixada Fluminense (ALVES, 2003, p. 62). Esse inchaço populacional se deve à chegada de migrantes de outras regiões do Estado e do país, de tal modo que 61% dos moradores eram oriundos de outras cidades em meados da década 1970 e, no caso de Inhomirim, nessa altura o distrito mais populoso, a quantidade de migrantes chegava a 86,2% (RIBEIRO, 2015, p. 90). Vale lembrar que isso segue uma tendência geral no Brasil: durante a ditadura, o país teve um dos maiores êxodos rurais do mundo e é

²⁰ Bairro operário e que ficou conhecido nacionalmente por ser local de nascimento de Manoel Francisco dos Santos, o Garrincha (e primo de Renato Peixoto).

²¹ Atualmente o maior centro comercial de todo o município.

²² Bairro adjacente a Pau Grande e Raiz da Serra.

“durante os anos 60 que ocorre a grande desruralização da região Sudeste” (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

Os migrantes encontravam situações precárias de infraestrutura na região, porém a valorização das regiões centrais da cidade do Rio de Janeiro na década de 1940, com investimentos em transporte ferroviário no Grande Rio, a abertura de novas vias e o controle da malária com o uso do DDT, tornavam os lotes baratos da Baixada cada vez mais a melhor opção:

Para abrigar a vaga populacional através de loteamentos, as prefeituras locais realizam seu papel de favorecer ao máximo o estabelecimento de pessoas em seus territórios. Taxas mínimas eram cobradas para serem aprovadas as plantas das obras, que eram impressas e fornecidas pela municipalidade. As construções clandestinas eram toleradas, ocorrendo de forma esporádica e com intervalos longos de tempo uma legalização geral. (ALVES, 2000, p.63).

O adensamento populacional causado pelas ondas de migrantes impactou nos preços e no tamanho dos lotes com o passar dos anos, ainda assim

O que mantinha o preço acessível dos lotes ainda era a ausência de infraestrutura, que nada incorporava de benfeitorias, e o mínimo de exigências burocráticas para as construções. Algo bem diferente do duro controle que o Estado estabelecia na cidade do Rio de Janeiro. (ALVES, 2000, p.64)

Vila Inhomirim está localizada na região fronteira da Baixada Fluminense com a Região Serrana através da cidade de Petrópolis. Do mesmo modo, faz divisa com Duque de Caxias, uma grande cidade da região e que até 1943 foi um distrito de Nova Iguaçu, outra importante cidade, e a distância entre estas os dois limites é de poucos quilômetros. O ramal ferroviário de Inhomirim, que utiliza um trecho da antiga estrada de ferro inaugurada pelo Barão de Mauá, também cruza seu território, e sua última parada é a estação de Raiz da Serra, antiga sede do distrito e fica localizada no início da Serra da Estrela, também conhecida como serra velha de Petrópolis. É possível afirmar, levando em conta esses fatores, que no contexto de forte migração para cidades da Baixada a partir da década de 1940, o distrito tenha sido uma região que sofreu menor impacto no preço e no tamanho dos lotes por se encontrar no “fim da linha”, ao mesmo tempo em que recebeu um maior número de migrantes que outras regiões de Magé, se urbanizado mais rápido que o resto do município, como dito anteriormente.

O distrito também contava com três vilas operárias construídas em função de três instalações fabris: a Fábrica Cometa, do ramo têxtil e localizada no bairro Meio da Serra²³, e que foi alvo de disputa com Petrópolis por se localizar no limite entre as cidades; a Fábrica Pau Grande,

²³ Após uma disputa entre Magé e Petrópolis, sua prerrogativa administrativa e tributária foi concedida para a cidade serrana (RIBEIRO, 2015, p. 22).

que assim como outras fábricas do município e do Estado esteve sob o comando da Companhia América Fabril durante o período estudado e também produtora de tecidos; e Fábrica da Estrela, dedicada à produção de pólvora, administrada na época da ditadura pelo Ministério da Guerra, localizada em Raiz da Serra (RIBEIRO, 2015, p. 51).

1.2 O processo histórico de urbanização e ocupação da Baixada Fluminense

A cidade de Magé é inclusa no presente trabalho na região do estado do Rio de Janeiro conhecida como Baixada Fluminense. Não trataremos do conceito desta área apenas pelo seu caráter descritivo, mas também como ferramenta analítica de um processo de urbanização e ocupação territorial de determinada localidade que possui características políticas, sociais e culturais que se acentuaram ao longo do século XX. Portanto, iremos discutir o que é a Baixada Fluminense e quais os seus limites, assim como os critérios que foram utilizados em outros trabalhos acadêmicos.

O sociólogo José Cláudio Alves em *Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense*²⁴, publicado em 2003, foi o primeiro a problematizar a dificuldade de definir o conceito de Baixada Fluminense (SILVA, 2013, p. 48-49). É uma definição que levanta discussões e debates, uma vez que podem ser utilizados critérios diversos. Do ponto de vista estritamente geográfico, a região corresponderia a toda a zona de planícies entre a costa do Estado do Rio de Janeiro e a Serra do Mar, ou, de modo mais estrito, ao Recôncavo da Guanabara, espaço no entorno da Baía de Guanabara (ALVES, 2000, p. 15). No âmbito do poder estatal, pode ser apontada a definição da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM), criada em 1975, na esteira da fusão dos estados da Guanabara e do Rio Janeiro (SILVA, 2015, p. 5). Para a FUNDREM, a Baixada Fluminense seria uma sub-região da metropolitana composta por

Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti, a partir da divisão intrametropolitana realizada pela FUNDREM. Esses municípios correspondiam a Grande Iguassu, embora o critério utilizado pela Fundação fosse o uso do solo e **não o processo histórico de ocupação e urbanização da região**. (SILVA, 2015, p. 6, grifo nosso)

²⁴ Livro baseado em sua tese de Doutorado em Sociologia defendida em 1998.

Alves adota a violência como questão norteadora para traçar limites semelhantes aos definidos pela FUNDREM (ALVES, 2000, p. 16). Apesar de excluir Magé, a obra inevitavelmente aborda territórios que hoje pertencem ao município durante a construção histórica da Baixada.

Antes da criação de Iguassu, em 1833, a região que corresponde à maioria dos atuais municípios da Baixada era parte dos temos da cidade do Rio de Janeiro. A criação da vila fez com que o termo “recôncavo” caísse em desuso para se referir à margem oeste da baía, sendo substituído por “Grande Iguassu” ou simplesmente chamada genericamente de arrabalde. A criação de Estrela em 1846 se deu com o crescimento das navegações fluviais e dos portos, enquanto Iguassu, uma área de terras mais secas e próxima ao sopé da Serra do Mar, foi associada à agricultura (SILVA, 2013, p. 51-54). Tal dinâmica foi totalmente alterada com a construção da Estrada de Ferro Pedro II, como já demonstramos anteriormente.

Durante o período republicano, o território é entendido pelo poder central como um lugar pantanoso, ameaçando a capital com suas doenças e atrapalhando o transporte pela ferrovia. Portanto, entre 1892 e 1934 foram criadas quatro comissões de saneamento, visando resolver tais questões. Ao longo de seus relatórios algumas ideias foram abandonadas, como a criação de um cinturão verde na região, mas outras consolidaram um repertório argumentativo de leitura da Baixada, definida como um lugar inóspito, insalubre e carente da ação do Estado, devendo ter maior integração com a capital. É importante perceber que essas constatações ocorrem justamente no momento em que a Baixada começa a sofrer um aumento populacional e que continuaria pelas décadas seguintes (SILVA, 2019, p. 2-4).

Nas comissões iniciais, Baixada Fluminense era tudo entre Itaguaí e Campos, com duas subdivisões: Guanabara e Campista. Com a quarta, e mais famosa, comissão, é feita uma subdivisão em quatro seções: Sepetiba, Guanabara, Araruama e Goitacás. A Baixada da Guanabara é definida como as terras à margem oeste da baía (SILVA, 2019, p. 56). Essa divisão se aproxima do que era o território das antigas Vila Estrela e Vila Iguassu.

A eletrificação da ferrovia, a abertura de estradas e constatação da impossibilidade de transformar o território em um cinturão verde, fizeram a Baixada Fluminense se transformar num local de moradia para as classes mais baixas. Estas massas de migrantes, que encontravam lotes precários em territórios controladas por grupos políticos locais, tornaram o território marcado pela violência durante o século XX. Segundo Alves, a violência é um elemento identitário da região, mas que não é construído pela população, sendo exercido pelos grupos hegemônicos daquele espaço (SILVA, 2013, 57-58).

O geógrafo André Santos da Rocha aborda essa visão pessimista, entendendo a Baixada Fluminense como uma representação territorial do poder. Seus elementos constitutivos seriam: a condição de periferia, a noção de falta de estrutura urbana e prática do poder local por meio da violência. Tais elementos são comuns na produção acadêmica e na imprensa. Determinados municípios estariam no centro dessas representações, formando um núcleo espacial hegemônico. Para isso, o autor analisa quais municípios são incluídos dentro da Baixada Fluminense por agentes externos, como o governo estadual, a FIRJAN e a imprensa; e por agentes internos, como as prefeituras, instituições acadêmicas locais e estudiosos²⁵. O mapeamento desse núcleo é composto por cidades que tem sua história territorial ligada às antigas Vila Estrela e Iguassu: Magé, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, Mesquita, São João de Meriti, Japerí, Queimados e Nilópolis (ROCHA, 2013, p. 5-10).

Manoel Ricardo Simões, também do campo da Geografia, aponta que Duque de Caxias e Nova Iguaçu, e os municípios que se emanciparam da cidade, são sempre apontados como integrantes da Baixada Fluminense de forma unânime. O problema seriam as extremidades: Guapimirim, Itaguaí, Seropédica, Paracambi e Magé. Inhomirim integra uma mancha urbana com parte do terceiro distrito de Duque de Caxias (2011, p. 15-16). É importante observar que o distrito faz divisa com um município que é inegavelmente considerado um dos núcleos da Baixada ao mesmo tempo que também faz limite com Petrópolis, na região serrana. Todo esse território um dia já esteve nos limites da antiga Vila Estrela, como já demonstramos.

Simões também indica que a partir das décadas de 60 e 70 do século passado criou-se uma imagem estigmatizada da Baixada Fluminense, inclusive em trabalhos acadêmicos, o que fez esses municípios limítrofes tentarem se associar a outras regiões que seriam melhor “cotadas”, como a Costa Verde e a região Serrana (2011, p. 19-20). Essa ainda é uma tendência atual, apesar de não podermos estimar a sua real força. No entanto, no âmbito da produção acadêmica podemos destacar um exemplo recente ligado à Magé.

O historiador mageense Antônio Seixas publicou em 2023 um artigo intitulado “Reflexões sobre a genealogia do conceito de Baixada Fluminense: a Baixada da Guanabara, a Grande Iguaçu e o Município de Magé”. No texto, o autor defende que Magé estaria fora da Baixada Fluminense, uma vez que não possui “vínculos embrionários” com o território de Iguassu e os municípios que dali surgiram. Além disso, faz críticas à ideia de incluir Magé na Baixada por causa de Inhomirim (SEIXAS, 2023a, p. 15-17). Ao fazer tal operação, Seixas ignora a maior

²⁵ O autor chama essa dinâmica de geopolítica da inclusão-exclusão.

parte do debate relativo aos limites da região e à trajetória do termo “Baixada Fluminense”. Tentamos demonstrar tal discussão nos parágrafos anteriores com base nos trabalhos de Rocha, Silva e Simões, todos publicados antes do texto de Antônio Seixas.

Manoel Simões, de fato, propõe uma delimitação da Baixada que leva em conta o seu passado, demonstrando a relevância das vias, sejam elas fluviais, ferroviárias ou rodoviárias, como agentes centrais no processo de urbanização do território. Essa seria uma subdivisão que o autor chama de “baixada núcleo”, que corresponderia aos antigos limites de Vila Estrela e Vila Iguassu, o que incluiria Inhomirim. A outra seria a “baixada ampliada”, que seriam os municípios de Guapimirim, Paracambi, Seropédica, Itaguaí e o resto de Magé, por serem locais afastados dos núcleos, não mantendo uma articulação forte (SIMÕES, 2011, p. 27). Essa proposta de delimitação nos parece interessante, pois ela considera aspectos históricos que vão para além do século XIX, observando o impacto das ferrovias e posteriormente a abertura de rodovias nos anos 1960 e 1970. O processo de ocupação de Magé foi marcado pela relativa autonomia dos núcleos urbanos em relação à sede, como foi o caso de Estrela e, posteriormente, Inhomirim (SIMÕES, 2023, 177).

Figura 3 – Representação do território de Estrela e Iguassu sobre as atuais territórios de Magé, em rosa, e de Duque de Caxias, em amarelo



Fonte: SIMÕES, 2007, p.23

Vila Inhomirim forma uma conurbação com parte do terceiro distrito de Duque de Caxias, em um sentido que segue a linha de trem do ramal Inhomirim (e que fez parte da antiga Estrada de Ferro Leopoldina) e termina quando a mesma cruza com Rodovia BR-116, que faz a ligação entre o Rio de Janeiro e Teresópolis. Por conta disso, o distrito mageense não apenas possui uma maior centralidade que a própria sede, como o mesmo está dentro da esfera de

influência de Duque de Caxias (SIMÕES, 2011, p. 30). Portanto, nos parece de relevância teórica para o prosseguimento deste trabalho considerar Vila Inhomirim como parte da Baixada Fluminense, enquanto um conceito histórico e de caráter analítico-descritivo²⁶.

O que se nota na variedade de conceitos e definições sobre a Baixada Fluminense é que a presença de Nova Iguaçu dentro da região possui certo consenso por conta de sua localização geográfica, a importância política, cultural e econômica até os dias atuais e pelo fato de que várias outras cidades foram originalmente parte de seu território. Acreditamos que, pelo mesmo motivo, o município de Magé não pode ser excluído dos limites da Baixada ao considerarmos processos históricos de ocupação e urbanização, considerando a dinâmica política e o desenvolvimento industrial e agrícola.

1.3 A Fábrica da Estrela

Uma vez que conseguimos realizar uma contextualização histórica e geográfica da cidade de Magé e da Baixada Fluminense, iremos realizar um breve balanço histórico da Fábrica da Estrela e a sua contribuição para o processo de urbanização do distrito de Vila Inhomirim.

A criação da Fábrica Real de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas foi decretada por Dom João VI em maio de 1808 e iniciou suas operações no ano de 1813, na cidade do Rio de Janeiro, localizada nas cercanias da Lagoa Rodrigo de Freitas (MOREIRA, 2005, p. 27). Em 1826, por conta do decreto de Dom Pedro I, foi transferida para Inhomirim, recebendo a denominação de Real Fábrica de Pólvora da Estrela (DELLAGNEZZE, 2008, p. 20). Aline Moreira aponta como causas da mudança a

falta de um sistema de drenagem que melhor aproveitasse os recursos hídricos, o excessivo desmatamento nas fraldas no morro do Corcovado e pelo permanente desvio das águas, fatores que comprometeram a produção por falta de força motriz. (MOREIRA, 2005, p. 27)

A reclamação de moradores vizinhos da Fábrica também têm sido um dos motivos comumente apontados para sua retirada da região da Lagoa Rodrigo de Freitas por autores diversos, como Alinnie Moreira (2005, p. 27), Renato Peixoto (1956, p. 210) e Maria Beatriz Leal da Silva (2016, p. 14). Considerando que a Fábrica iniciou as atividades em suas novas instala-

²⁶ Não pretendemos, no entanto, esgotar aqui o debate.

ções apenas em 1832, ficando fechada entre os anos de 1829 e 1831 por falta insumos (MOREIRA, 2005, p.27 - 28), é lícito afirmar que as causas de sua transferência se devem a uma combinação de problemas de baixa produtividade, busca por melhores recursos naturais e queixas de moradores das redondezas. Durante o período do Império a mão de obra utilizada foi de origem diversa e de forma concomitante, como nos mostra Moreira (2005, p.104):

Na Fábrica de Pólvora da Estrela trabalharam, conjuntamente, escravos da nação, escravos jornaleiros, operários livres, africanos livres, índios e, a partir de 1855, artífices militares. A composição *sui generis* de variados arranjos de trabalho era comum no sistema fabril imperial, como também a outros espaços laborativos.

A nova área ocupada pela Fábrica, nas beiras do Caminho de Inhomirim, correspondia originalmente às fazendas da Cordoaria, Córrego e Mandioca (MOREIRA, 2005, p.53), esta última pertencente ao naturalista Barão de Langsdorff, citado anteriormente.

A região de Inhomirim, na época vinculada administrativamente à vila de Estrela, ainda possuía caráter predominantemente rural, apesar da importância de seu porto e do caminho para as Minas Gerais que atravessa seu território. A instalação da fábrica de pólvora promoveu certo desenvolvimento urbano e comercial na localidade com a construção de uma capela, um hospital e de estabelecimentos destinados para o lazer dos operários, que aos poucos foram disponibilizados também para moradores da região (MOREIRA, 2005, p.60). Essa característica assistencial da Fábrica em relação aos bairros do distrito de Inhomirim prossegue durante o século XX, conforme Silva (2016, p.35):

Além da proteção, a Fábrica intensificou os serviços indispensáveis ao bem-estar da população que a cercava, como: água, luz, moradia, armazém, hospital, farmácia, cinema, clube recreativo, capela e escola para os operários, seus filhos e demais.

É preciso ressaltar que se trata de uma fábrica estatal, vinculada ao então Ministério do Guerra, instalada em um município em que as indústrias privadas faziam o papel de poder público em suas vilas operárias, proporcionando segurança, saúde, educação, lazer e saneamento básico para seus contratados, além de estipular regras próprias de convívio em seus limites. A Fábrica da Estrela – nome oficial que recebeu a partir de 1939 (DELLAGNEZE, 2008, p. 20) – e os oficiais lotados em sua administração muitas vezes desempenharam funções típicas do poder executivo municipal:

A fábrica fez uso de uma política social para um maior controle da mão-de-obra. Fornecendo moradia através das vilas operárias com taxa de aluguel mínima descontada diretamente do salário; educação com escolas fundamentais para os operários e familiares; saúde através de assistência médica no hospital local; religião com a construção de novo templo dedicado a N. Sra. da Conceição do Inhomirim; e lazer com a criação de um grêmio e clube, que em convênio com outras fábricas da região,

promoviam bailes passeios, jogos e times de futebol, sessões de cinema e teatro (SÁ, 2010, p. 128).

O caso do Coronel Pedro Augusto Sisson Tavares, diretor da Fábrica da Estrela nos anos de 1950, é emblemático. Em 1959, com recursos dela, forneceu alimentos e alojamentos para vítimas de uma enchente no terceiro distrito de Duque de Caxias, a poucos quilômetros da Fábrica. Em seguida promoveu a pavimentação da via que liga dois bairros caxiense: Parada Angélica e Imbariê²⁷, que é último bairro da mancha urbana que começa no bairro de Raiz da Serra, onde está localizada a Fábrica, em Inhomirim.

Apesar de a melhoria beneficiar também moradores mageenses e o próprio Exército, servindo de ligação da região com a rodovia BR-116, é perceptível um avanço do papel assistencial dos militares para além do entorno da área fabril, neste caso alcançado um município vizinho. Tal benfeitoria rendeu para o Coronel, em março de 1960, o título de cidadão de Duque de Caxias e a denominação da via com seu nome, através das deliberações 588 e 596, decretadas e sancionadas conjuntamente pela câmara caxiense e pelo prefeito Adolpho David.

Conforme consta no livro de Registro Histórico da instalação fabril, em janeiro de 1966 novamente a Fábrica da Estrela prestou socorro aos moradores do terceiro distrito caxiense que foram vítimas de enchentes, o que rendeu uma homenagem na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro²⁸.

Em suma, a dinâmica da urbanização de Inhomirim está intimamente ligada ao seu passado enquanto parte da antiga Vila Estrela, característica compartilhada com o terceiro distrito de Duque de Caxias, e que até 1943 era parte de Nova Iguaçu. É inegável que este distrito mageense está inserido na dinâmica de urbanização de uma parte da Baixada Fluminense. Fizeram parte deste processo a abertura dos caminhos para a Minas Gerais, a inauguração das ferrovias e a instalação de unidades fabris, sendo a primeira a Fábrica da Estrela, entre as décadas de 20 e 30 do século XIX. Realizar tais constatações acarretará em consequências analíticas que envolvem a sociabilidade da região, conforme discutiremos no próximo capítulo.

²⁷ NORMALIZADA a vida em Imbariê. Luta Democrática, Rio de Janeiro, p. 5, 4 nov. 1959.

²⁸ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Fábrica da Estrela. **Livro de Registro Histórico**. [S. l.: s. n.], 1951-1976.

2. MEMÓRIA LOCAL: ENTRE A ADESAO, O ELOGIO E A INDIFERENÇA

Neste capítulo pretendemos examinar as condições de vida de moradores e trabalhadores de Vila Inhomirim e o seu entorno. Para isso consideraremos questões ligadas à sociabilidade marcada pela violência política na Baixada Fluminense e com a repressão da ditadura militar. Nossa principal fonte, mas não a única, serão as memórias de um grupo pertencente à classe trabalhadora que não possuía ligação direta com organizações políticas. Tal característica não se trata uma limitação para nossa análise. Na verdade, defendemos que ela possui um caráter revelador quanto aos efeitos dos mecanismos de cooptação e coerção da ditadura na região, ao mesmo tempo em que nos fornece indícios sobre o acesso ou exclusão à serviços básicos de saúde, moradia, educação e lazer.

Consideraremos nesta pesquisa que o golpe de 1964 foi um episódio da luta de classes, sendo a classe trabalhadora a sua maior vítima²⁹, e que foi seguido por uma ditadura empresarial-militar. Esse entendimento é ancorado no materialismo histórico, possuindo uma diversidade de estudos publicados desde o final da década de 1960 (MATTOS, 2015, p. 36-37).

Apesar da ancoragem teórica comum no marxismo, as análises produzidas sobre o golpe são diversificadas, considerando a articulação política da classe trabalhadora e o papel dos militares, da burguesia e dos agentes externos. Um desses modelos é conhecido como teoria do populismo³⁰. No Brasil foi desenvolvida por cientistas sociais ligados à Universidade de São Paulo (USP) a partir de meados da década de 1960, sendo Francisco Weffort e Octavio Ianni os mais proeminentes (DEMIER, 2014, p. 127-128). Com foco no intervalo histórico de 1930 até 1964, chamado de período “populista”, a teoria sustenta que a partir da ascensão de Getúlio Vargas o movimento operário não gozou de autonomia sindical, sendo instrumentalizado como apoio social para um ordenamento estatal conciliatório com o interesse das classes dominantes, resolvendo assim uma “crise de hegemonia” iniciada pela crise do modelo oligárquico agroexportador (DEMIER, 2014, p. 128).

A crise dessa aliança, baseada na tutela sobre a classe trabalhadora, surge a partir do momento que os trabalhadores mobilizados politicamente querem ir além do que é permitido pelas classes dominantes - como o crescimento dos movimentos grevistas; a mobilização de

²⁹ O que se opõe à noção de que as classes médias que foram as maiores golpeadas

³⁰ Estamos cientes da polissemia da palavra “populismo” nas ciências sociais e no seu uso corriqueiro no noticiário político. Aqui o seu sentido é restrito apenas ao utilizado nas obras de Ianni e Weffort.

trabalhadores rurais; a atuação dos comunistas nas bases, mesmo que na clandestinidade – demonstrando as contradições do capitalismo urbano industrial no Brasil do começo dos anos 60. Florestan Fernandes aponta para o caráter autocrático na forma da dominação burguesa no Brasil, de modo que qualquer manifestação de autonomia das massas seja vista como uma ameaça (MATTOS, 2015, p. 41-42).

Ianni e Florestan, ambos sociólogos, produziram obras de caráter ensaístico e que foram acusadas de difícil comprovação empírica. Não pretendemos nos aprofundar nos meandros de seus principais argumentos e das críticas recebidas, pois este não é o foco desta pesquisa. No entanto, as ideias destes autores nos possibilitam enquadrar o golpe de estado que derrubou João Goulart em 01 de abril de 1964 como uma vitória da burguesia contra as massas populares. Igualmente, também nos ajudam a analisar os elementos do autoritarismo que se seguiu³¹. Além disso, os estudos desses autores foram confirmados empiricamente por René Armand Dreifuss na obra *1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, principalmente em relação à atuação política da burguesia. Baseada em sua tese de doutorado em ciência política e publicada no começo dos anos de 1980, ela descreve o papel decisivo do grande capital no golpe de 1964 e a participação do empresariado na construção da ditadura que se seguiu.

A burguesia industrial, de fato, já se destacava como força política desde o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) e a economia sofria uma quebra no dinamismo de acumulação a partir dos anos 1960, resultando em uma crise de estagnação do capitalismo monopolista entre 1962 e 1964. A classe trabalhadora, afetada pela inflação e pela queda da economia, cada vez mais se mobilizou politicamente. Os setores militares se movimentaram quando as tensões começaram a ameaçar a hierarquia e disciplina militar. Do ponto de vista econômico, o golpe representou a consolidação do projeto da segunda metade dos anos 1950 e forneceu base institucionais para o modelo de acumulação defendido pelo empresariado (MENDONÇA, 1986, 83-91)

Dreifuss, por meio de análise da documentação do complexo formado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), demonstra que tecno-empresários³² ligados ao capital multinacional e associado agiram como

³¹ Faço essa análise de forma mais profunda em COSTA (2024).

³² Termo utilizado por Dreifuss para se referir aos empresários e profissionais técnicos que ocupavam cargos em diferentes companhias multinacionais. Através da estruturação de suas próprias corporações, exerceram pressão econômica nos governos de antes de 1964 e se articularam politicamente, agindo como uma “vanguarda da classe capitalista” (DREIFUSS, 1981, p. 72)

uma elite orgânica³³ em aliança com setores militares. E estabeleceram uma campanha de destabilização do governo de João Goulart, resultando no golpe de estado que levou os militares ao poder. Essa elite orgânica ocupou os primeiros escalões dos governos militares durante os anos iniciais do governo ditatorial e promoveu profundas reformas no Estado brasileiro para que o mesmo se adequasse às demandas do capitalismo monopolista (DREIFUSS, 1981, p. 417-455).

A presença no cenário político das classes populares— compostas por trabalhadores urbanos e rurais — e a total repulsa das classes dominantes são elementos fundamentais para compreender golpe e a ditadura militar que se seguiu. Portanto, é necessária uma discussão sobre a memória das classes populares nas pesquisas sobre a ditadura empresarial-militar.

2.1 Um emaranhado de memórias

Nos estudos sobre a ditadura ocorreu uma exclusão do sujeito-trabalhador que se deu por duas vias. A primeira delas é o paradigma da atuação política da classe trabalhadora, que tem 1964 como o fim de uma etapa e 1978 como o início de outra, excluindo memórias subterâneas dos anos iniciais do golpe e do período da maior repressão durante a vigência do Ato Institucional n.º 5 (AI-5). Esta época sofreu maior negligência, pois era tida como um momento de inércia causada pela repressão (ESTEVEZ; SOUZA; REIS, 2021, p. 331). A possibilidade de surgimento de um grande campo de estudo sobre a memória dos trabalhadores aparece quando os motivos que as levaram a ocuparem o subterrâneo se desfazem, fazendo com que elas invadam o espaço público (POLLAK, 1989, p.5). No instante em que se começa a estudar a história e a sociologia do trabalho sob a ditadura, esse sujeito-trabalhador aparece e, portanto, suas memórias também, deixando de ser um “sujeito oculto” (SANTANA, 2014).

A outra via de exclusão é a dicotomia centralizada no conflito entre agentes da ditadura e a esquerda armada (PEDRETTI, 2021, p. 62). Isso permitiu a formulação por Daniel Aarão dos Reis da noção de “memória hegemônica” (DELLAMORE, AMATO, BATISTA, 2017). Marco Napolitano também escreveu sobre o assunto:

³³ Categoria influenciada pelo pensamento do filósofo marxista Antonio Gramsci que Dreifuss utiliza para identificar a parcela de tecno-empresários que se colocaram como organizadores dos seus interesses políticos. Com o golpe de 1964 os seus interesses privados foram transformados em demandas do Estado (DREIFUSS, 1981, p. 161-162).

Consagrou-se nas pesquisas universitárias, na imprensa liberal, nos meios de comunicação, isolando o discurso oficial do regime que perdia cada vez mais adeptos à medida que a crise política e econômica crescia. **Nessa memória, a sociedade se afirmou como a antítese dos grupos de poder no Estado, impedindo a conquista de corações e mentes pelos ideólogos do regime, objetivo final de qualquer luta por hegemonia.** Por isso, a legitimação simbólica da ditadura sempre foi frágil e dependeu das benesses materiais que ela conseguisse distribuir entre as classes médias e ao empresariado. (NAPOLITANO, 2019, p. 317, grifo nosso)

Essa memória hegemônica é “fundamentalmente uma memória liberal, que tende a privilegiar a estabilidade institucional e criticar as opções radicais e extra-institucionais. Essa memória liberal condenou o regime, mas relativizou o golpe” (NAPOLITANO, 2019, p. 319) e agora estaria em crise. Trata-se de um desdobramento da dicotomia entre ditadura e esquerda armada, que agora se apresenta como um conflito entre sociedade e Estado. De qualquer modo, a redução de narrativas exclui as pessoas e os grupos que não participaram da esquerda armada e torna invisível até mesmo a diversidade de memórias – e de projetos políticos – que existem entre as esquerdas. A existência destas memórias subterrâneas não nega o papel da esquerda armada, apenas aponta que a violência de Estado atingiu diversos outros grupos que não eram até então considerados (PEDRETTI, 2021, p. 64).

A forma de repressão sindical adotada pela ditadura logo após o golpe foi por meio dos mecanismos legais já existentes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que permitia o Ministério do Trabalho intervir diretamente nos sindicatos, removendo as direções eleitas e colocando interventores em seu lugar:

Assim, tão logo o golpe se consolidou, o governo militar ordenou a intervenção em 433 entidades sindicais (383 sindicatos, 45 federações e 4 confederações). A cassação dos direitos políticos e a instauração de Inquéritos Policiais Militares contra os principais dirigentes sindicais cassados criaram, para os que conseguiram escapar da prisão imediata, a alternativa da clandestinidade ou do exílio (MATTOS, 2014, p. 180)

Essas intervenções e nomeações de dirigentes alinhados com o governo militar durariam até 1967. Neste ano, o Ministério do Trabalho adotaria um discurso de liberalização e permitiria a promoção de eleições sindicais, ainda que o forte controle fosse mantido. Alguns sindicatos conseguiram eleger militantes de oposição de esquerda que não eram tão conhecidos pelos órgãos de repressão, o que ocasionou algumas greves no ano de 1968. O resultado foi a publicação do Ato Institucional nº 5 no fim do mesmo ano, inaugurando um período de maior repressão. A partir de 1970 os sindicatos são tratados como balcões de serviços aos trabalhadores e integrados ao sistema de previdência e assistência social (MATTOS, 2014, p. 182-183).

Os rumos que os sindicatos e a Ditadura tomaram nesse período são acompanhados pelos movimentos da política econômica imposta pelos militares. A partir de 1964 o arrocho salarial foi um importante instrumento de financiamento da economia. Uma nova legislação trabalhista foi posta em prática no ano de 1965, tendo como resultado o fim do direito de greve na

prática, além de um teto no aumento dos salários, que passaria a ser calculado a partir da média dos últimos dois anos. Para compensar as perdas, os operários aumentaram o número de horas extras e mais membros de suas famílias passaram a procurar emprego. Somando-se isso ao fim da estabilidade, o que causou maior rotatividade, e o aumento da disciplina e do controle, o efeito foi uma redução ainda maior do preço da hora de trabalho (MENDONÇA, 1986, p. 93-95).

Todas essas mudanças no plano econômico, sindical e social foram alcançadas graças ao uso de expedientes autoritários por parte dos militares e eram resultado das políticas traçadas pelos empresários ligados ao complexo IPES/IBAD, que agora ocupavam o Estado³⁴. Entre 1968 e 1974 a economia registrou um alto crescimento, que foi propagandeado pelos militares como “milagre econômico”. Ele foi resultado sobretudo das políticas de arrocho salarial e repressão aos trabalhadores que descrevemos, e causou uma enorme concentração de renda. Enquanto os sindicatos eram esvaziados politicamente, o aumento da produtividade industrial tinha como consequência uma maior exploração física dos operários, aumentando o número de acidentes do trabalho (MENDONÇA, 92-96).

2.2 Cotidiano e repressão nas vilas operárias

Na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), na cidade de Volta Redonda³⁵, no sul fluminense, os operários viviam em áreas controladas pela própria CSN no modelo conhecido como *company-towns* em que a empresa controlava os bairros operários de forma rígida e hierarquizada, mas também oferecendo infraestrutura sanitária, lazer, serviços de saúde, educação e transporte (ESTEVEZ; SOUZA; REIS, 2021, p. 335-336). Na Baixada Fluminense, tal modelo foi implantado no entorno de outras instalações industriais, tanto estatais quanto privadas, como as fábricas de tecido e de pólvora em Magé (RIBEIRO, 2015) e a Fábrica Nacional de Motores (FMN), em Duque de Caxias (SOUZA, 2014). No caso da vila operária da CSN, a repressão ocorreu de forma rápida devido a este controle fora do espaço fabril e os operários libertos após meses de privação de liberdade foram demitidos. Despejados da casa que pertencia

³⁴ O capítulo IX do livro de Dreifuss demonstra como foi a inserção desses empresários e de seus prepostos no ministérios e órgãos públicos estratégicos.

³⁵ Declarada área de interesse segurança nacional pelo Decreto-lei nº 1.273, de 29 de maio de 1973, acabando com as eleições para prefeito, fazendo a cidade ser comandadas por interventores nomeados pelo governo federal até 1985.

à fábrica e por serem migrantes longe de uma rede de apoio familiar, sofreram um processo de empobrecimento, recebendo alguma ajuda das igrejas, tanto católicas quanto evangélicas, e dos poucos vizinhos que não tinham medo de ajudar a família de uma pessoa que foi perseguida pelos militares (ESTEVEZ; SOUZA; REIS, 2021, p. 339 - 345).

Em Xerém, distrito de Duque de Caxias que abrigava a Fábrica Nacional de Motores (FNM), na ocasião do golpe, as vilas foram ocupadas e inúmeras prisões foram feitas, com operários obrigados a ficarem horas no pátio da instalação fabril com as mãos para cima até desmaiarem. Também houve relatos de camponeses pendurados de cabeça para baixo nas terras pertencentes à fábrica e a Estrada de Ferro Rio D'Ouro foi desmontada no trecho da ferrovia que realizava a ligação com a capital, com o intuito de dificultar a reorganização dos lavradores (SOUZA, 2014).

Em Magé os sindicatos dos trabalhadores da indústria têxtil também foram invadidos e alguns de seus líderes sofreram prisões e espancamentos (RIBEIRO, 2015, p. 223-226). O médico Irun Sant'Anna, militante histórico do Partido Comunista Brasileiro (PCB)³⁶ que esteve presente no município entre as décadas de 40 e 60, relata em seu livro de memórias:

Vitória da democracia, Partido Comunista legal, surge com uma força política enorme o Partido Comunista em Magé. Primeira eleição (1947). O Partido elege, para uma Câmara com 13 vagas de vereadores, quatro deles e o 1º suplente. E tal era o seu prestígio que, em todas as eleições seguintes, já na ilegalidade, conseguiu eleger, até o nefasto golpe de 1964, dois vereadores comunistas, em chapas de partidos nanicos. (SANT'ANNA, 2011, p. 83)

Os depoimentos das famílias dos operários da CSN demonstram que a partir do momento das prisões se iniciava uma tortura psicológica causada por medo das ameaças, insegurança quanto ao destino da família e vergonha diante da comunidade (ESTEVEZ; SOUZA; REIS, 2021, p. 346). É preciso admitir neste tipo de estudo que existem diferentes tipos de tortura e que essas *company-tows* altamente hierarquizadas e controladas são de alguma forma “privilegiadas” para essas ocorrências. As lembranças destas pessoas, em sua maioria mulheres, revelam o drama vivido pelas famílias que viram seus entes queridos sofrendo prisões arbitrárias e levados para locais onde eram torturados e privados de liberdade por meses.

³⁶ Fundado em 1922 como Partido Comunista do Brasil, mudou seu nome para Partido Comunista Brasileiro em 1960, mas mantendo sua sigla. Em 1962, um grupo de dissidentes fundou novamente uma organização chamada Partido Comunista do Brasil, mas utilizando a sigla PC do B. Teve grande prestígio popular no pré-1964, apesar de ter funcionado na clandestinidade a partir de 1947.

O surgimento dessas *company-towns*, ou cidades-empresa, é ligado às características das cidades brasileiras entre o final século XIX e começo do XX. Nesse momento as cidades brasileiras não são um local privilegiado para o surgimento das indústrias. Se por um lado as médias e pequenas empresas conseguiam no espaço urbano, mesmo que de forma precária, mão de obra, serviços, energia e um mercado consumidor, para as grandes empresas o cenário era outro. Os serviços urbanos de grande vulto, como transportes, luz elétrica, esgoto e telégrafo eram operados por firmas privadas e praticavam preços de monopólio, o que incentivou o isolamento e a opção pelo autossuprimento dos grandes empreendimentos industriais (PIQUET, 1998, p.14-18).

O parâmetro para construção das grandes fábricas no começo do século XX era a presença de fontes de matéria prima, energia e água, além de um mercado consumidor, embora restrito. A construção de vilas em torno dessas instalações fabris em regiões isoladas e periféricas atendia aos interesses de acumulação capitalista, pois promovia um controle social e ideológico dos trabalhadores, garantindo a superexploração da mão de obra. Na cidade do Rio de Janeiro, em 1906, cerca de 15% da população era operária, instalada em vilas localizadas em regiões que na época eram afastadas da aglomeração urbana, como Gávea, Vila Isabel, Del Castilho, Bangu, entre outras (PIQUET, 1998, p. 18-23).

Nos anos da década de 1970 os empreendimentos assumem uma nova lógica de ocupação territorial, preferindo instalar suas vilas em regiões do país consideradas periféricas e causando fortes impactos negativos na realidade socioeconômica local (PIQUET, 1998, p. 31-32). Uma parte desses problemas é decorrente das relações da cidade-empresa com a região, que ao receber uma empreitada de volume tão grande, vê toda sua dinâmica urbana, econômica, política e social que existia anteriormente afetada. Não é esse o caso das fábricas que mantinham vilas operárias na Baixada Fluminense no mesmo período, principalmente a Fábrica da Estrela. Como demonstramos no capítulo anterior, a sua transferência para Vila Inhomirim fez parte do processo de urbanização local.

No entanto, as cidades-empresas que surgiram a partir de 1970 possuem características quanto ao controle social de seus trabalhadores que acreditamos que se aplicam, ao menos em parte, aos moradores de vilas operárias que foram construídas em períodos anteriores e que ainda estavam em funcionamento. Nas vilas operárias as empresas eram proprietárias dos equipamentos de uso coletivo e das moradias, além de ditarem as regras de comportamento individual. A mão de obra masculina era predominante, enquanto as mulheres eram absorvidas de forma limitada em atividades repetitivas. A presença dos adolescentes e aposentados também

era um problema, já que não compunham a força de trabalho. No entanto, para as crianças, as vilas eram um “paraíso”, onde conseguiam crescer com maior segurança em comparação com as grandes cidades (PIQUET, 1998, p. 38-39).

Magé ainda era uma cidade pouco populosa se comparada com a capital e, apesar de nesses anos estar em franco crescimento populacional, possuía aglomerações urbanas relativamente isoladas. A Fábrica da Estrela manteve sua vila operária em moldes semelhantes às outras indústrias instaladas em terras mageenses, porém as fontes apontam para uma integração maior com moradores do distrito, uma vez que sua estrutura assistencial, ou ao menos parte dela, estava disponível para uso não apenas dos operários, mas para toda a população do entorno:

Morávamos numa casa com quatro quartos e dava pra dividir a família direitinho. Em frente a minha casa tinha aquele mato com frutas e a gente tinha isso tudo de graça. [...]. Outro detalhe, a Fábrica da Estrela fornecia dois litros de leite puro por criança até quatro anos e um litro até os seis anos. Então a minha mãe, que teve aquele monte de filho, tinha época que era tanto leite que não dava pra gente tomar tudo. [...] Havia um armazém da própria Fábrica com tudo mais barato. Os ovos da granja você pagava mixaria, mas as verduras eram de graça.³⁷

O relato acima pertence a um filho de funcionário concursado, mas encontramos narrativas semelhantes com filhos de operários:

No final de ano eram distribuídas cestas de Natal para todos os funcionários [...] No dia de Natal eram distribuídos brinquedos para todos os funcionários e seus filhos. Era uma época de muita fartura. No aniversário da Fábrica, nem se fala. Era churrasco pra todo lado e os funcionários ganhavam presentes. Só tenho boas lembranças.³⁸

As vilas ligadas à fábrica ocuparam o seu entorno na área que corresponde ao bairro de Raiz da Serra. O início de construção das casas remete ao período entre as décadas de 1930 e 1940 (SILVA, 2016, p. 61). A forma de organização espacial das vilas estava ligada a demarcadores da hierarquia entre militares e funcionários:

A distribuição das casas seguia uma ordem hierárquica: na rua principal foi construída a vila operária, onde moravam civis e militares de baixa patente. Nessa vila também havia uma subdivisão: nas casas da frente moravam militares, os operários antigos e com cargos mais qualificados. Nas casas dos fundos moravam os demais funcionários. Anos mais tarde, foi construída outra vila perto do cemitério que, em virtude de suas casas serem menores e formosas, recebeu o nome de Vila Mimosa. (SILVA, 2016, p.63)

Quanto aos serviços de saúde, também eram abertos para não funcionários:

³⁷ PACHECO, H. Entrevista. Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Costa em 19 de setembro de 2021.

³⁸ COSTA, R. C. Entrevista. Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Costa em 8 de agosto de 2021.

Para a população civil, eu acho que o maior benefício foi o posto médico. Tinham médicos e parteiras gratuitamente. Pessoas que não tinham nada a ver com a Fábrica, tá esperando neném, vai lá e faz o pré-natal. [...] Naquela época não tinha isso, as pessoas tinham o neném em casa com parteiras. [...] A Fábrica da Estrela mantinha tudo isso³⁹.

Figura 4 – Casa da Vila Operária



Fonte: Álbum de fotografias da Fábrica da Estrela (1956)

Sobre a educação, segundo Silva (2016, p. 18) havia a Escola Duque de Caxias, que funcionava nas dependências da fábrica e que foi absorvida pelo Grupo Escolar José Veríssimo, que era localizado em um terreno doado pela Fábrica da Estrela em frente a ela.

Finalmente, em 1967, dentro das dependências da Fábrica, foi fundado o Ginásio Industrial da Fábrica da Estrela (Gife), que tinha por finalidade proporcionar um espaço formativo não apenas aos meninos da região que continuariam seus estudos, como também oferecer iniciação técnica que permitisse ao educando a instrução necessária para o trabalho fabril. (SILVA, 2016, p.19).

Um dos entrevistados, filho de operário, afirma ter estudado no GIFE, um estabelecimento de ensino que aplicava a disciplina militar e onde eram ensinados ofícios para alunos que em sua maioria eram filhos de operários. A Escola Duque de Caxias, antes de ser absorvida, era exclusiva para os filhos de funcionários⁴⁰.

³⁹ PACHECO. Op cit.

⁴⁰ COSTA, R. C. Op cit.

Figura 5 – Anúncio do 159º Aniversário da Fábrica da Estrela na imprensa

ANIVERSÁRIO DA FÁBRICA DA ESTRELA

Transcorre a 13 de maio próximo o 159º aniversário da Fábrica da Estrela, um dos mais destacados estabelecimentos fabris do Exército, especializado na fabricação de pólvora para as Forças Armadas, atendendo, também, às organizações civis. A data será festejada, como acontece anualmente, com um grande programa. As festividades contarão com a presença do ministro Lira Tavares e demais altos chefes militares com suas famílias especialmente convidados que foram pelo respectivo diretor, coronel engenheiro Carlos Mário Tabert. As festividades terão início às 6h30m, com alvorada festiva, seguindo-se o hasteamento da Bandeira Nacional e das Bandeiras Históricas, pois, como se sabe, usualmente, os imperadores freqüentavam assiduamente aquele tradicional estabelecimento. Após a cerimônia das bandeiras, haverá leitura do coletim alusivo à data, entrega de diplomas aos servidores civis condecorados com a Medalha do Mérito da Fábrica e de prêmios pela Seção de Segurança, seguindo-se um desfile pela Escola Duque de Caxias, Corpo de Servidores e Contingente Militar. As 9 horas, será celebrada missa em ação de graças. Pouco depois, seguir-se-á uma romaria ao cemitério de Vila Inhomirim em homenagem aos servidores falecidos no cumprimento do dever. As 12 horas, haverá um churrasco, precedido de inaugurações de melhoramentos. Na parte da tarde, haverá seções desportivas e à noite, a partir das 20 horas, recepção às autoridades e convidados, seguida de um espetáculo pirotécnico às 21 horas oferecido pelas «Indústrias Reunidas Caramuru S.A.», encerrando-se os festejos com um baile comemorativo às 23 horas, a realizar-se no Grêmio Esportivo da Fábrica.

Fonte: Diário de Notícias (RJ), edição de 27/04/1967, p. 10

Como podemos observar na nota de jornal reproduzida na figura 4, o aniversário da Fábrica era um momento que envolvia todos os moradores, civis e militares, e os símbolos nacionais e as representações do passado típicas da propaganda da ditadura eram mobilizados. A presença de autoridades do alto escalão como um ministro de Estado e outros oficiais, combinada com a premiação de servidores civis, espetáculo pirotécnico e churrasco completavam o clima de solenidade.

Alguns dos principais instrumentos de controle social que os militares do Exército tinham à disposição também são mobilizados nas festividades: o estabelecimento de ensino, o clube onde eram praticados esportes e realizados bailes, além dos serviços de infraestrutura urbana. Portanto, adolescentes não pareciam sofrer o problema de deslocamento da comunidade como nas cidade-empresas que foram fundadas em regiões isoladas. Ao mesmo tempo, considerando o tom nostálgico de muitas das entrevistas, a localidade igualmente era um “paraíso” para as crianças, apesar da integração das moradias operárias com outras áreas urbanas⁴¹

No entanto, a presença dos militares não foi sentida apenas do ponto de vista assistencial nas lembranças dos entrevistados. Também existem relatos da ação de patrulhas de soldados da guarnição da Fábrica na região, inclusive fora dos limites das vilas:

⁴¹ Dois dos entrevistados moraram fora das vilas operárias controladas pela Fábrica da Estrela, apesar de um deles ter sido filho de um operário, enquanto a outra foi filha de um sargento lotado na fábrica.

Teve uma vez que botaram um cara que roubou uma bicicleta em cima do caminhão e desfilaram com ele por toda a região com uma tabuleta escrita “eu sou ladrão de bicicleta”. E ele era preso dentro do quartel, não havia penitenciária. Ficava lá preso um tempo e nem sei o que acontecia, se ele era solto e levado para outro lugar. Não tenho lembrança⁴².

E prossegue:

Botavam o cara num banheiro para ele confessar o que tinha feito, davam um sabão, na época um frio danado, e ele tinha que ficar debaixo do chuveiro até o sabão acabar. Essas coisas que eu lembro que faziam. Coisas mais sérias, de tortura, eu não lembro não⁴³.

Após esta exposição, o entrevistado admite que possam ter acontecido torturas mais severas, mas que ele apenas ouviu falar na época, e segue com elogios ao período militar. No entanto, chama atenção nestes trechos a truculência das rondas do Exército e como aparentemente agiam fora do sistema de justiça. Pode ser considerado como tipo de tortura⁴⁴ humilhar uma pessoa publicamente com um cartaz pendurando em cima de um carro ou obrigá-la a se molhar por horas em um ambiente frio, ainda mais por se tratar de uma região localizada no sopé da Serra Velha de Petrópolis e até os dias atuais ainda ser cercada por florestas e bosques.

O depoimento por si só talvez não indique que havia algum tipo de perseguição política sistemática e centrada na região, apenas violência praticada pelas patrulhas de soldados contra criminosos comuns, mas *indica a existência de um padrão que agentes estatais adotaram em outras regiões semelhantes e, ainda mais, que práticas de tortura física e psicológica foram institucionalizadas a ponto de atingir não apenas presos políticos*. A história da violência praticada pelas instituições estatais, como a tortura e as execuções sumárias, será discutida brevemente no próximo tópico.

⁴² Ibidem.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Segundo a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1984 o “termo ‘tortura’ designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência”.

2.3 Entre esquadrões e torturadores

Segundo o livro *A tortura como arma de guerra: Da Argélia ao Brasil: Como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado*, da jornalista Leneide Duarte-Plon, a tortura enquanto método militar para se vencer uma guerra surge na Batalha de Argel em 1957, no contexto do processo de independência da Argélia. As forças francesas utilizaram técnicas de tortura em nome do “bem maior” para a França⁴⁵ e que quase sempre eram seguidas de execuções sumárias. O coronel Paul Aussaresses, um dos principais nomes da repressão à Frente Nacional de Libertação argelina e torturador confesso⁴⁶, serviu como adido militar junto à embaixada francesa no Brasil nos anos 70, tendo boas relações com membros do alto escalão das Forças Armadas, intermediando vendas de armamentos franceses para o governo brasileiro e promovendo a importação de técnicas de tortura (DUARTE-PLON, 2016).

A influência de militares estrangeiros nas Forças Armadas está ligada à própria modernização do Exército, com a Missão Militar Francesa de 1919. E antes houve a tentativa de uma missão alemã por parte do grupo de oficiais conhecidos como “jovens turcos” por conta de sua formação militar recebida Alemanha, do mesmo modo que os militares turcos. O que se torna evidente é a percepção na época de que o Exército deveria ser totalmente reestruturado, tendo como base as instituições militares europeias. Muitos destes militares que defendiam tal modernização ocupariam posições de destaque nas intervenções políticas das décadas seguintes, ocupando o Estado-Maior, ministérios e até a presidência do país⁴⁷ (DOMINGOS NETO, 1992).

A aproximação com os estrangeiros continuaria em outros períodos, uma vez que esses militares formados na Missão Francesa assumiam protagonismo político, até enfim alcançarem o poder com o golpe de 1964, já como veteranos da Força Expedicionária Brasileira. Na Escola Superior de Guerra de Paris se formaram 52 oficiais brasileiros entre os anos de 1947 e 1974,

⁴⁵ Em contraste com a ideia de “mal menor” que muitas vezes surge na retórica de tentar justificar a tortura durante a ditadura empresarial-militar no Brasil.

⁴⁶ Já como general reformado, Aussaresses publicou dois polêmicos livros, *Services spéciaux Algérie 1955-1957: Mon témoignage sur la torture* e *Je n'ai pas tout dit: Ultimes révélations au service de la France*, em que narra detalhes de que maneira a tortura fora utilizada em Argel e como as técnicas foram ensinadas posteriormente para agentes da CIA e militares sul americanos.

⁴⁷ Entre esses militares, podemos citar Góis Monteiro, Ernesto Médici, Pery Bevilacqua, Orlando Geisel, Castello Branco, entre outros.

sendo expostos à doutrina militar francesa, de forte teor anticomunista, comparável ao do Exército norte-americano (DUARTE-PLON, 2016, p. 40-41). Esse foi o caminho pelo qual as formulações francesas sobre contenção da “guerra revolucionária” chegaram à Escola Superior de Guerra (ESG) brasileira no final dos anos 50, fornecendo ao Exército Brasileiro meios para produzir o seu arcabouço político e ideológico de contra-insurgência (CAETANO NETTO, 2018).

Os franceses não foram os únicos a influenciar a doutrina de contra-insurgência adotada pelos militares brasileiros. A Escola das Américas, localizada na época no Panamá e criada em 1946 pelo Departamento de Defesa do governo norte-americano, foi um importante centro de treinamento e disseminação de métodos de tortura. Também foi responsável por ensinar métodos de interrogatório, operações de guerra psicológica, treinamento de inteligência e contra-inteligência e elaborações de manuais, formando milhares de militares latino-americanos. (BRASIL, 2014, p. 329-330).

No entanto, a aproximação dos militares brasileiros com os Estados Unidos não suplantou a influência da tradição militar francesa. O *ethos* herdado da Missão Francesa permanecia entre os oficiais do Exército. Continuava a noção de que os problemas sociais do país deveriam ser tratados com soluções militares, reunindo a autoridade civil com a militar para combater os regionalismos que impediam a integração da nação. Tais ideias também derivaram da experiência colonial do Exército francês. Do mesmo modo, a *doutrina de guerra revolucionária* chegava na ESG ao final da década de 1950 e defendia que a tortura como um ato de guerra, em um processo de desumanização do inimigo. Na guerra contra o comunismo e o marxismo, seria necessário abolir as formalidades legais dos regimes democráticos ocidentais (MARTINS FILHO, 2012).

A tortura foi utilizada pelas Forças Armadas brasileiras como política de Estado durante a ditadura empresarial-militar e deve ser entendida dentro da adoção da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que segundo Mendes

apresentou-se como um corpo de princípios elaborados por civis norte-americanos do National Security People, nos Estados Unidos. Surgiu ao longo dos dez anos posteriores à Segunda Guerra Mundial e buscava responder tanto a uma demanda por um novo papel a ser desempenhado pelos EUA no cenário posterior a Segunda Guerra Mundial, quanto à perspectiva vigente dentre os policy makers norte-americanos de que a União Soviética, nesse novo contexto, apresentava-se tão expansionista quanto a Alemanha nazista havia sido às vésperas da II Guerra. (2013, p. 6)

As doutrinas de contra-insurgência disseminadas por franceses e estadunidenses se cristalizaram na DSN, resultando na lógica do inimigo interno que as Forças Armadas latino-americanas abraçaram no contexto da Guerra Fria, ao mesmo tempo em que foram adaptadas às ideias e concepções que já estavam presentes na região, como o anticomunismo (MENDES, 2013, p. 13).

Em resumo, o padrão francês de tortura seguido de desaparecimento ou execuções sumárias, foi desenvolvido nas experiências das guerras coloniais na Indochina e na Argélia nos anos 40 e 50, chegando aos EUA nos anos 60, devido aos acontecimentos em Cuba e Vietnã. Mas elas já estavam presentes na América Latina antes, devido ao grande contato de militares da região com a doutrina difundida nas escolas militares francesas. A partir do governo Kennedy a doutrina de contra-insurgência é “retransmitida” mais uma vez para as forças armadas sul americanas com o acréscimo do que foi aprendido pelos norte-americanos na Guerra do Vietnã (PADRÓS, 2021, p. 27-28).

O quadro ideológico e doutrinário que atravessou as Forças Armadas durante a ditadura empresarial-militar teve repercussões na Baixada Fluminense, local onde a violência já era uma componente da história política regional, conforme a célebre obra do sociólogo José Cláudio Souza Alves *Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense*. Esquadrões da morte compostos por policiais se formaram em diferentes momentos e aproveitando um ambiente de impunidade e ineficiência do sistema justiça. (ALVES, 2020, p. 171-187).

Estes policiais, agindo na ilegalidade e beneficiando-se da repressão promovida pelos militares em âmbito nacional, fizeram parte de uma rede de execuções propiciada pela ditadura e – ao contrário dos agentes da repressão francesa na Argélia que respondiam ao poder da metrópole – prestavam serviços para grupos dominantes locais, modificando o arranjo de poder local (ALVES, 2020, p. 198). Os aspectos próprios do colonialismo presentes na DSN fizeram com que as Forças Armadas do Brasil tenham agido como uma força de ocupação dentro do próprio território nacional, em um movimento autofágico que fez do povo brasileiro um potencial inimigo que poderia se insurgir a qualquer momento. Uma das perversidades de tal processo é a adaptação de partes dos elementos das formas de dominação colonial para a realidade local, “modernizando” a violência enquanto forma de manutenção do poder⁴⁸.

⁴⁸ O clima de medo era uma característica do terrorismo de Estado, pois embora possa ter existido um esforço para esconder a autoria e a responsabilidade dos crimes cometidos, também eram deixados rastros difusos com o intuito de amedrontar as comunidades (PADRÓS, 2021, p. 31). Os crimes dos esquadrões da morte seguem uma lógica parecida. Enquanto ex-morador da Baixada, cresci durante os anos 90 – período chamado de democrático

Magé estava imersa nesse ambiente marcado pela violência e repressão, principalmente por conta da presença comunista e a mobilização sindical nas cinco fábricas de tecidos localizadas no município. Dentro desse contexto, os entrevistados não se recordam dos comunistas em Magé, mas sim da forte presença dos militares realizando patrulhas:

Havia um respeito muito grande das pessoas com relação ao militarismo. Eles não se limitavam ao ambiente onde atuavam. Também atuavam na região adjacente e mandavam rondas de soldados. Era comum e dava uma sensação de segurança muito grande⁴⁹.

O Exército fazia a função de polícia dentro da área deles, de Fragoso pra cima, e claro que era respeitado também dentro de Piabetá, porque era o Exército Brasileiro [...] Sempre existia essa ronda e fiscalizavam-se os trens que chegavam mais tarde. E às vezes tinha aquela história, tinha que provar por que você tava ali. Mas nunca houve nada de excesso⁵⁰.

Silva também colheu o relato de um ex-funcionário em que o mesmo afirma que um jipe da Fábrica ficava na estação aguardando a chegada do último trem e que “ninguém vadiava”. O mesmo entrevistado também comenta que a segurança proporcionada pelos militares se estendia para além de Inhomirim e indo até Imbariê, o que era visto como um “compromisso” do Exército com a região (SILVA, 2016, p. 65).

A repressão aos sindicatos, camponeses e comunistas após 1964 e a preocupação em evitar um reagrupamento nos anos seguintes pode explicar as rondas do Exército, que foram recordadas como indicativo de maior sensação de segurança pelos entrevistados. Antes do golpe a categoria dos ferroviários foi decisiva para o sucesso de inúmeras greves, fazendo com que os militares intervissem diretamente na Rede Ferroviária Federal durante a ditadura militar. Esses trabalhadores foram alvo de violência e espionagem devido ao seu histórico de lutas e mobilizações (PEREYRA, 2022). A ferrovia era a principal forma de deslocamento para a capital e outras localidades da Baixada Fluminense, em funcionamento, mesmo de que forma precária, até os dias atuais. Talvez a sua importância e antiguidade⁵¹ tenha impedido o seu desmonte, como ocorreu em Xerém. No entanto, os trabalhadores – e possivelmente os passageiros – foram alvos da repressão de rondas de soldados, uma vez que “tinham que provar” porque estavam ali.

– sabendo que existiam matadores e justiceiros no meu bairro que atuavam livremente, sendo temidos e respeitados.

⁴⁹ COSTA, R. C. Op. cit.

⁵⁰ MARTINS, F. R. Entrevista. Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Costa em 11 de setembro de 2021.

⁵¹ Parte trecho que atravessa o distrito de Inhomirim corresponde à antiga Estrada de Ferro Mauá, inaugurada em 1854 e primeira ferrovia do Brasil.

A naturalização da existência de práticas repressivas esteve presente na subjetividade dos entrevistados, não percebendo como violência as formas de repressão e vigilância típicas das ditaduras militares. Tais regimes foram calcados na Doutrina de Segurança Nacional e se formaram no Cone Sul a partir dos anos 60. A formação de tal percepção é explicada, por um lado, por conta da censura, da perseguição ideológica e da propaganda, ou seja, as ferramentas de dominação empregadas pela ditadura. Como já explicado, esses elementos repressivos influenciaram e foram influenciados pelas características locais da Baixada, marcadas pelo uso da violência como forma de controle político.

O relato de uma entrevistada que era filha de um sargento lotado na Fábrica da Estrela se torna um instigante contraponto das outras entrevistas colhidas até o momento:

O movimento de greve mais forte que houve aqui na região foi na América Fabril dos operários de Pau Grande. Eu percebi isso porque na época o meu pai dormia fardado e tinha um jipe à disposição dele na porta de casa. Se estourou uma greve, ele ia lá para Pau Grande com a turma pra poder conter a greve. Mas dentro da Fábrica [da Estrela] nunca houve.⁵²

Ela comenta que sentia que certas pessoas tinham raiva de sua família por seu pai ser militar e que só entendeu os motivos anos depois:

Fomos ameaçados, tivemos que sair daqui correndo de madrugada. Eu tinha seis ou sete anos e tive que ir para outro quartel, em Piquete. Meu pai me deixou lá com minha mãe, minha irmã e mais um guarda. Eu não sei o que ele fez, só que ficamos lá um tempo. Não consigo lembrar se foi uma semana ou quinze dias. Mas foi em um hotel do Exército em Piquete e depois nós voltamos. Meu pai não ficou com a gente lá.⁵³

A viagem realizada às pressas, descrita acima, aconteceu provavelmente entre 1965 e 1966, considerando a idade da entrevistada. Na cidade de Piquete, no estado de São Paulo, fica localizada outra instalação militar, a Fábrica Presidente Vargas, também responsável pela produção de pólvora e que atualmente faz parte da empresa estatal Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) junto com a Fábrica da Estrela e outras instalações fabris. Este episódio poderia ser mais uma indicação de que militares lotados na região poderiam estar envolvidos em alguma operação de repressão, principalmente devido ao seu caráter de urgência e de sigilo, que permaneceu anos depois:

Eu tentei depois de maior conversar com o papai. “Pai, o que houve aquela época que o senhor chegou de madrugada que a gente teve que se arrumar e levou a gente para

⁵² COSTA, R. R. S. C. Entrevista. Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Costa em 8 de agosto de 2021.

⁵³ Ibidem.

o aeroporto?” [...] Ele diz que não pode falar, que disso não se pode falar. “Não me pergunta nunca mais sobre isso”. Então eu não sei o que houve.⁵⁴

Se por um lado não há como apontar diretamente que a guarnição do Exército lotada na Fábrica atuou diretamente em episódios de violência e tortura que marcaram todo o período da ditadura empresarial-militar, também não há como ignorar o impacto de episódios como este na subjetividade dos moradores e dos militares de baixa patente e esse tipo de relato não deve ser entendido de forma pitoresca ou anedótica. Some-se a isso a truculência exercida pelas rondas de soldados, os toques de recolher e a repressão que ocorreu nas regiões próximas. Considerando todo o exposto, não é exagero ponderar que as práticas dos militares da Fábrica de alguma maneira foram influenciadas por esse caldo de referências violentas, do mesmo modo que os moradores tenderam a naturalizá-la em sua sociabilidade, como já afirmamos.

O terceiro distrito de Duque de Caxias, localizado à menos de 10 quilômetros de Vila Inhomirim e cortado por uma via que foi pavimentada pela Fábrica da Estrela e que leva o nome de seu antigo diretor, como já demonstramos, faz parte da mesma mancha urbana que começa no sopé da Serra da Velha de Petrópolis e termina na rodovia Rio-Teresópolis. Portanto, desde a década de 1950, a área foi local de passagem para quem procurava o acesso à capital e às outras cidades da Baixada Fluminense. Também atendida pelo ramal Inhomirim da linha férrea, a história de ocupação da área possui laços com uma parte importante porção territorial de Magé, como apontado no capítulo anterior.

Apesar disso, em um país que mergulhava em um ciclo de agudização de suas desigualdades após 1964, nos relatos de moradores e trabalhadores que tinham algum vínculo com a Fábrica da Estrela ficou nítida a ausência de memórias que envolvam esses bairros vizinhos. Por este motivo, também entrevistamos antigos moradores do distrito caxiense, com o intuito de averiguar quais eram suas condições de vida, de trabalho e de acesso à saúde, educação e lazer.

Inicialmente, relatos sobre a violência causada por agentes que possuíam alguma conexão com o Estado surgiram de forma voluntária nas entrevistas:

Tinha o Mão Branca, que era uma tropa da polícia que se organizou só pra exterminar e chamavam de esquadrão da morte, né. Aí cara, final de semana você andando encontrava com corpos... “Tem tantos corpos ali? Vamos lá ver” Chega lá e tinha um corpo com a marca mão branca [...] Cheguei ver, até me assustei, três corpos assim, um com o desenho da mão branca. Essa época tinha isso.⁵⁵

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ RAMOS, E. S. Entrevista. Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Costa com auxílio de Vitor Teles da Silva Ramos em 01 de junho de 2024.

Mão branca era tipo uma milícia, todos que apareciam mortos por aí era o Mão Branca. Mas não era só daqui, exclusivo de Imbariê, o Mão Branca andava em qualquer trecho. Turma de matador.⁵⁶

O termo “esquadrão da morte” se refere a um fenômeno que surgiu entre o final da década de 1960 e começo da década 1970. Nas páginas da imprensa eram apresentadas versões para o surgimento do grupo, sempre ligado às execuções sumárias com participação de agentes da polícia (ALVES, 2003, p. 125-147).

Essa expressão, mais que a concepção de um grupo de matadores, ligados à Polícia e respaldados pela ditadura militar, correspondia a algo que a partir desta base inicial, tornava-se cada vez mais complexo e revelador de uma rede muito maior de relações e interesses. O percurso que as matérias da imprensa percorrerão demonstrará, ao final, as várias faces deste padrão de violência que dará à Baixada sua característica mais peculiar, conforme a própria imprensa. (ALVES, 2003, p. 147)

Os motivos dessas execuções aparecem nos jornais inicialmente como excessos dos policiais na aplicação da lei ou como engano. Aos poucos os assassinatos são apontados como atendimento ao interesse de terceiros, como comerciantes, traficantes e outros, sempre com a presença de policiais em grupos de extermínio (ALVES, 2003, p. 147-148).

Em 1980 surge na Baixada Fluminense o grupo autodenominado “Mão Branca”, em um contexto de tentativa afastamento da imagem da polícia do crescente mercado de execuções, atuando como intermediários em tal esquema, ao menos publicamente. “Seus telefonemas para as delegacias avisando os locais onde estariam os cadáveres fazia parte de uma nova estratégia, mais descentralizada e ampla” (ALVES, 2003, p. 149-150). Tal objetivo foi alcançado de forma parcial, conforme as entrevistas: o nome “Mão Branca” compõe a memória do período, mas a sua associação com policiais permanece.

O terceiro distrito de Duque de Caxias, pelo que os relatos sugerem, era um local de despejo dos corpos de pessoas assassinadas em outros lugares. O seu afastamento das outras localidades da Baixada e da capital, assim como sua proximidade com a rodovia, sem dúvida cooperaram para essa prática. A violência na região é rememorada, no entanto:

O cara trabalhava, trabalhava até Marinha ele. Aí estudava comigo. “Eu vou parar com esse negócio de trabalhar e vou fazer uns assaltos na rua aí”. E ainda me convidava. Perdeu a vida de bobeira. Todo mundo sabia que tava assaltando. Aí a polícia chegou. Eu lembro disso, que a polícia chegou na casa dele procurando à noite. Ele saiu pelo quintal e os caras atiraram a esmo e deixou pra lá. Quando a mãe e o avô

⁵⁶ OLIVEIRA, G. M. Entrevista. Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Costa com auxílio de Vitor Teles da Silva Ramos em 01 de junho de 2024.

tavam no quintal botando as roupas no varal, olhou o filho caído. Não conseguiu nem passar a cerca.⁵⁷

O relato acima refere-se a uma execução sumária realizada pela polícia e os métodos eram parecidos com os atribuídos aos grupos de extermínio. No município de Nova Iguaçu, as mortes atribuídas ao esquadrão da morte tiveram seus picos em períodos de ampliação de repressão militar, ou seja, durante o imediato pós-golpe, entre 1964 e 1965; no pós-AI-5, entre 1968 e 1969; e no fim do governo Médici, entre 1973 e 1974 (ALVES, 2003, p. 136).

Quanto às questões ligadas ao acesso a serviços básicos, a realidade também era diferente do que o relato dos moradores do distrito vizinho de Inhomirim.

Com 12 anos comecei a trabalhar. Entrei numa oficina de bicicleta, tanto que meu irmão ficou nisso a vida toda e ele tem a loja dele de bicicleta [...] Mas foi muita dificuldade, ter que sair pra levar o pão, porque senão você dependia da plantação de quinta, de inhame, aipim.⁵⁸

Eu queria ter uma roupa nova pra fim de semana. A gente tentava tirar uma areia desse rio, jogava três bancadas na rua, o caminhão vinha, pegava e pagava, assim a gente arrumava alguma coisa. Depois com 12, 13 anos comecei a trabalhar com mármore com meu pai e segui a vida toda trabalhando no mármore.⁵⁹

Para essas pessoas a infância foi algo longe de ser uma idade de ouro, marcada pela necessidade começar o trabalho cedo para comprar itens de vestuário ou complementar a alimentação. Esse também era o momento de se aprender uma profissão com parentes e pessoas próximas à família. O ofício aprendido nessa fase seria o praticado durante a vida adulta e que garantiria a própria subsistência. Não havia um ginásio industrial como na Fábrica da Estrela para que o aprendizado ocorresse por meios formais.

As condições de moradia também poderiam ser precárias, como uma casa de barro na “beira do rio”, e os alagamentos eram frequentes⁶⁰. A luz elétrica chegaria somente em 1970⁶¹. Porém, não são apenas adversidades que compõem a memória dos entrevistados: a existência de um parque de diversões e de três cinemas de rua, que após fecharem se tornaram locais de

⁵⁷ RAMOS, Op. Cit.

⁵⁸ Ibidem

⁵⁹ OLIVEIRA, Op. Cit.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ RAMOS, Op. Cit.

apresentação de luta-livre⁶²; desfiles de escolas de samba locais⁶³; um time de futebol formado por membros da família e amigos próximos que disputava torneio de várzea⁶⁴.

2.4 Explosões

Os relatos de acidentes com explosões e vítimas fatais surgiram em algumas entrevistas de forma espontânea, já que este tema não se encontrava no roteiro de perguntas. De fato, os primeiros relatos deste tipo de acidente na Fábrica da Estrela remontam ao século XIX (MOREIRA, 2005). Devido à natureza do material fabricado, a ocorrência de explosões acompanhou a trajetória da instalação fabril desde o século XIX.

Em 1841, os administradores da Fábrica solicitaram à Câmara Municipal de Magé, uma licença para a criação de um cemitério para o sepultamento das vítimas de explosões. Nele foi erguido um monumento mausoléu em homenagem a essas vítimas. O risco constante de explosão era uma ameaça que rondava a Fábrica desde a sua fundação até os dias de hoje. Quando acontecia, era comum um número considerável de vítimas, dentre elas, algumas fatais. Nos livros da Fábrica da Estrela foram registradas **19 explosões somente entre os anos de 1844 a 1948**, a maioria delas contendo vítimas fatais. (SILVA, 2016, p. 35-36, grifo nosso)

No ano de 1849 ocorre aquela que foi a explosão com maior taxa de mortalidade entre os registros disponíveis, com a morte de 31 vítimas, a maioria mulheres de origem africana, tanto livres quanto escravizadas (COSTA, 2023, p. 50). Segundo Silva,

Nos livros da Fábrica da Estrela foram registradas 19 explosões somente entre os anos de 1844 a 1948, a maioria delas contendo vítimas fatais. Dessa data adiante, as explosões foram registradas em boletins separados, o que dificulta localizar todos os registros. (SILVA, 2016, p. 36)

Em 2009 foi publicado pela própria Fábrica um livro para as comemorações de seus 200 anos de fundação, intitulado *200 Anos de Tradição e Qualidade: Da Fábrica Real de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas à Fábrica da Estrela*. A explosão de 1949 é a única citada na referida obra (FÁBRICA DA ESTRELA, 2009). No ano de 1973, o escritor memorialista Renato Peixoto dos Santos⁶⁵ publicou o livro *Fábrica da Estrela (Imperial Fábrica de Pólvora): do Império aos nossos dias servindo ao Brasil!*, que não faz nenhuma referência às explosões,

⁶² OLIVEIRA, Op. Cit.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ RAMOS, Op. Cit.

⁶⁵ Debateremos o papel de Santos no próximo capítulo.

apesar da constância delas durante toda a história da Fábrica da Estrela e o impacto que causaram na vida de trabalhadores e moradores da região (SANTOS, 1973).

No entanto, devido à repercussão causada por conta deste tipo de acontecimento, durante o século XX, principalmente a partir da década de 1950, a imprensa realizou a cobertura de várias destes acidentes⁶⁶. Em outubro de 1951, houve uma explosão que deixou dezessete feridos e quatro desaparecidos. No ano de 1961, outra explosão ocorreria, matando um soldado. No dia 30 de setembro de 1966, um dia antes do aniversário de 15 anos do acidente de 1951, a falha mecânica em uma máquina de encartuchamento de dinamites teve como saldo a morte de nove pessoas e um ferido. O mesmo setor seria palco de uma nova explosão em 1978, com duas vítimas fatais. Já em 1980, ocorreram explosões seguidas de incêndio no setor de nitropenta, vitimando dois funcionários⁶⁷ (COSTA, 2023, p. 51-52).

No livro de Registro Histórico da Fábrica, localizamos outras explosões com vítimas fatais que não tiveram repercussão na imprensa. Em julho de 1971 a oficina de polimentos de espoletas foi totalmente destruída matando um trabalhador e danificando as oficinas adjacentes. No começo de junho de 1973, apenas dois anos após o último acidente, uma nova explosão, agora na oficina de pólvora negra, matou dois funcionários⁶⁸. O último acidente sobre o qual encontramos relatos, foi em 2001 com a morte de um trabalhador (SILVA, 2016, p. 36).

Os anos de ditadura empresarial-militar foram um desastre para a classe trabalhadora não apenas do ponto de vista do arrocho salarial e da repressão política, mas também no tocante à segurança do trabalho. Segundo a Organização Mundial do Trabalho (OIT), em 1980 no Brasil ocorreram 8.892 óbitos por trabalho, mais que o dobro do número dos Estados Unidos da América, que tinha o dobro de população economicamente ativa. A alta taxa de acidentes é fruto da característica histórica das condições enfrentadas pelo trabalhador brasileiro, mas sem dúvida se acirraram após 1964, principalmente no setor de construção civil (CAMPOS, 2017, p. 357). Assim, não nos surpreende que dos oito acidentes registrados entre 1951 e 2001 na Fábrica da Estrela, cinco tenham ocorrido durante a ditadura, entre eles o mais letal de todos, o de 1966.

⁶⁶ Realizamos o levantamento destas explosões a partir da imprensa em COSTA, Rodrigo de Souza. Fábrica da Estrela: explosões, memórias e apagamentos. **Revista Pilares da História**, Duque de Caxias, v. 22, p. 49-57, 2023.

⁶⁷ Martins, um dos entrevistados, trabalhava no setor em que ocorreu essa explosão na época e sobreviveu por um motivo casual: acordou se sentindo mal e não foi trabalhar, apesar das insistências de sua mãe. Até os dias de hoje guarda uma nota de dinheiro com sinais de queimadura que estava no envelope com seu pagamento deixado sobre a bancada de trabalho.

⁶⁸ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Op. cit.

O “fator humano” era visto como grande causador dos acidentes, tanto no setor industrial quanto em outras atividades, como a construção civil. O “ato inseguro” praticado pelos trabalhadores consistiria em ações ou omissões do trabalhador sobre aquilo que seria considerado o jeito correto e seguro de se trabalhar. As condições de trabalho e os empregadores não seriam os culpados (BARROS SILVA, 2015, p. 171).

A tendência de culpabilizar os trabalhadores – as principais vítimas – pelas explosões aparece em algumas das matérias jornalísticas analisadas. Em 1951 o capitão responsável pela área técnica da Fábrica atribuía a causa da explosão a acidentes que “comumente ocorrem em toda indústria que lida com explosivos”, como uma “pancada mais forte dada por um operário inadvertido”. Tal culpa sobre tal acidente é reforçada na reportagem de 1957, na mesma ocasião em que o major diretor técnico imputa a suposta administração civil que gerenciava a Fábrica da Estrela na época, fato que não possui registros, conforme demonstrado nos parágrafos anteriores. Sobre a explosão de 1978, o coronel responsável pela superintendência da Fábrica na época, afirma que **“são raros acidentes desta natureza, assim como inevitáveis”** e relata de forma corriqueira que em junho do ano anterior havia ocorrido outra explosão matando uma pessoa (COSTA, 2023, p. 53, grifo nosso).

As explosões eram vistas como ocorrências “raras e inevitáveis”, quase como um fenômeno natural e que no final das contas seriam causadas pela desatenção de um operário ou operária. Devido à violência e a extensão dos danos deste tipo de acidente, com altas taxas de mortalidade, resultando em corpos dilacerados e sobreviventes mutilados, a repercussão local pode ser impactante.:

Havia uma coisa muito bonita na Fábrica, que lamentavelmente ficou descuidada. A Fábrica tinha um memorial no cemitério de Raiz da Serra onde estavam os túmulos de todos os funcionários que morreram na explosão. Estava o nome das pessoas e a identificação da explosão. E ela [a Fábrica] mantinha esse memorial sempre limpo e pintado. Na última vez que fui ao cemitério, estava uma coisa muito feia, muito acabada, ninguém olha, ninguém cuida. Uma coisa até triste de se ver. Porque ali estavam pessoas que nós conhecemos, que morreram trabalhando, pessoas que faziam a Fábrica da Estrela se movimentar.⁶⁹

A preservação da memória das pessoas que morreram trabalhando surge aqui como mais um serviço que a Fábrica prestava à comunidade local e que no presente não oferece mais. Na nota jornalística reproduzida algumas páginas atrás, é possível perceber que uma homenagem às vítimas das explosões fazia parte das festividades de aniversário da Fábrica da Estrela que ocorreriam em maio de 1967, menos de um ano do grave acidente de setembro de 1966. Ou seja, o trauma e a repercussão da tragédia não poderiam ser ignorados pelas autoridades.

⁶⁹ ALVARENGA, G. T. Entrevista. Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Costa em 19 de setembro de 2021.

A inauguração do memorial das vítimas das explosões ocorreu em 28 de outubro do mesmo de 1967, sendo chamado de “Monumento aos Mortos da Fábrica da Estrela” em solenidade com a presença de oficiais e do prefeito de Magé, Juberto de Miranda Telles. Os restos mortais dos funcionários foram enterrados no local durante a cerimônia⁷⁰. Todas essas honrarias no ano de 1967 sugerem que a explosão do ano anterior não tinha como ser ignorada ou tratada como um simples acontecimento rotineiro de uma indústria de explosivos, obrigando os militares, dentro do esquema de controle social, a prestar homenagens e referências aos trabalhadores mortos⁷¹. Porém, a persistência de explosões com vítimas fatais nos anos seguintes demonstra que pouco foi feito para a prevenção de acidentes de trabalho, refletindo as condições gerais que os trabalhadores enfrentavam em seus ambientes laborais durante a ditadura.

A própria administração fabril parece querer deixar as explosões como um capítulo a ser esquecido em sua história institucional. Como demonstramos, o livro comemorativo dos 200 anos da Fábrica não faz qualquer referência às explosões que acabamos de citar. O memorial aos trabalhadores mortos em serviço não aparece em nenhuma das várias fotos que fazem parte da obra, apesar do grande espaço dedicado à memória do passado escravagista, incluindo uma grande imagem do memorial à mão de obra escrava que foi inaugurado em 1958 e aparenta estar em perfeitas condições de preservação. A explosão de 1849 é a única mencionada, como se após o período Imperial não tivessem ocorrido acidentes igualmente fatais. A não preservação do memorial do cemitério de Raiz da Serra e a ausência de qualquer menção às explosões do século XX podem ser interpretadas como uma tentativa de apagamento destes acidentes da história institucional da Fábrica da Estrela. Tentativa pouco efetiva fora da institucionalidade, uma vez que estes eventos permanecem na memória do grupo que viveu na região.

2.5 Memórias, lugares e contradições

Ao compararmos as memórias dos moradores dos distritos limítrofes de Magé e de Duque de Caxias, o contraste entre precariedade da estrutura pública e das condições de vida é inevitável, assim como a forma como a violência estatal se fez presente. As desigualdades que

⁷⁰ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Op. cit.

⁷¹ Não deixamos de notar que a homenagem aos trabalhadores mortos parece ter tido inspiração direta no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra, no Aterro do Flamengo. Porém, essas homenagens não significaram que foi realizada algum tipo de reparação para as famílias das vítimas dos acidentes e nem a adoção de normas de segurança mais rígidas.

a sociedade brasileira experimentava no período traçou diferenças e segregações espaciais nada sutis, apesar de toda a ligação histórica entre as duas regiões⁷².

A memória é fruto do próprio convívio em sociedade e, ciente disso, é fonte valiosa para o historiador que sabe procurar nas contradições e padrões das lembranças as brechas que podem revelar novas informações sobre o passado, mesmo que à revelia do entrevistado. A mão da coerção surge travestida pelo véu da cooptação. Nas visões de pessoas que não se viam afetadas diretamente pela ditadura, a repressão e a violência política em Inhomirim são compreendidas como “segurança”, “compromisso” e “fartura”.

Neste jogo que mistura aparatos repressivos estatais, principalmente militares, e instrumentos de dominação de classe, surge uma diversidade de memórias subterrâneas que podem ser elogiosas e nostálgicas à ditadura militar. A marca destes elementos é inegável nas entrevistas, mas que, para além dos aspectos superficiais, deixam escapar para a realidade outros sentidos que não são percebidos de forma consciente por quem fala. A aparente alienação dos relatos dos antigos trabalhadores e moradores do entorno da Fábrica da Estrela será discutida ao final deste trabalho. No próximo capítulo debateremos aspectos do cenário da política mageense após 1964 e como a ditadura empresarial-militar interveio no município e na Baixada Fluminense.

⁷² Isso não significa que Magé, e tão pouco Vila Inhomirim, sejam isentos de territórios precarizados e com populações que sofreram privações parecidas com a do distrito caxiense, como querem acreditar pesquisadores que insistem em separar o município da Baixada Fluminense.

3. GOLPE, POLÍTICA E DITADURA EM MAGÉ

A ditadura empresarial militar buscou formas de legitimidade através de intervenções no cenário político e partidário após o golpe. Uma “ordem legal revolucionária⁷³” que tinha como base a ideia de que as regras deveriam ser criadas apenas quando necessárias para atingir os objetivos do governo. Tal formatação teve preponderância principalmente entre os anos de 1964 e 1965, quando a base da legitimidade institucional eram apenas os Inquéritos Policial-Militares (IPM), constituindo-se no primeiro núcleo do aparato repressivo que ainda dava seus primeiros passos. O resultado da coerção política desse período foi uma verdadeira “limpeza” nos meios institucionais, com suspensões, cassações, demissões, reformas de militares, aposentadorias compulsórias e destituições (FONTES; MENDONÇA, 2004, p. 43-44).

Uma “ordem legal formal” coexistia com essa “legalidade revolucionária” e, após esse primeiro momento coerção, ela foi a forma escolhida para legitimação da ditadura, apesar da hipertrofia do poder Executivo e da ampliação das atribuições da Justiça Militar. Além disso, a oposição havia ganhado as eleições de 1965 em cinco dos onze Estados mais importantes. O aparelho estatal passaria por reformas que atendessem o autoritarismo crescente dos militares (FONTES; MENDONÇA, 2004, p. 43-45).

O autoritarismo militar do período pode ser compreendido em sua relação com a presença da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) na América Latina. Segundo Mendes, essa doutrina

apresentou-se como um corpo de princípios elaborados por civis norte-americanos do National Security People, nos Estados Unidos. Surgiu ao longo dos dez anos posteriores à Segunda Guerra Mundial e buscava responder tanto a uma demanda por um novo papel a ser desempenhado pelos EUA no cenário posterior à Segunda Guerra Mundial, quanto à perspectiva vigente dentre os policy makers norte-americanos de que a União Soviética, nesse novo contexto, apresentava-se tão expansionista quanto à Alemanha nazista havia sido às vésperas da II Guerra (MENDES, 2013, p. 6).

A DSN, baseada na lógica do inimigo interno, orientou o apoio do governo norte americano aos golpes e ditaduras de segurança nacional que se espalharam pelo continente sul americano a partir de 1960 (BANDEIRA, 2016, p. 111). No Brasil o seu desenvolvimento se deu a partir da Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949 (CARVALHO, 2019, p. 21). Para Fico, a Doutrina é uma expressão do autoritarismo que unia os diferentes grupos de militares que comandavam o regime (FICO, 2000).

⁷³ No discurso dos militares, o que ocorreu em 1964 não foi um golpe de estado, mas uma “revolução”. É assim que golpe é referido em documentos produzidos pela própria ditadura e nos editoriais dos jornais que apoiaram a derrubada de João Goulart. O uso do termo não é o mesmo utilizado normalmente pelas esquerdas.

Porém, a DSN se adaptou, influenciando e sendo influenciada por um pensamento autoritário que começou a circular pelo Brasil entre as décadas de 1920 e 1930, e que havia tido enorme peso na formação intelectual dos militares que aplicaram o golpe de 1964. Sua base era a tese de que a sociedade brasileira não possuía maturidade para a implantação de uma democracia nos moldes da Europa capitalista. O risco era que o país fosse dominado por políticos demagogos e populistas, daí a repulsa a qualquer manifestação popular e a necessidade de um poder executivo forte. Esse medo seria atualizado na DSN na forma do anticomunismo (COSTA, 2024).

A partir de uma visão institucionalista e preocupada com um verniz de legalidade, mas sem abandonar os seus fundamentos autoritários que acabamos de expor, a Ditadura começa a reformar o sistema político no final de outubro de 1965, com a publicação do Ato Institucional nº 02, quando houve uma drástica mudança nas regras eleitorais e partidárias. Com o fim das eleições diretas para presidência da República e a extinção dos partidos políticos, as quimeras que ainda poderiam restar sobre o caráter democrático do governo Castello Branco foram aniquiladas, catapultando para a oposição até mesmo um notório golpista como o udenista Carlos Lacerda. O Ato Complementar 4, publicado logo depois, criaria regras para a criação de partidos que na prática permitiram a existência de apenas duas legendas. No ano seguinte, em 1966, o Ato Institucional nº 3 encerraria as eleições diretas para governadores (SCHWARCZ; STALLING, 2016, p. 457-458).

Um dos novos partidos criados seria a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que apoiava o governo e reuniu em suas fileiras quase a integralidade da União Democrática Nacional (UDN), uma grande parcela do Partido Social Democrático (PSD) e uma pequena parte do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁷⁴. O outro partido era o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), composto por lideranças do PTB e PSD que não haviam sido presas ou perdido seus direitos políticos. Apesar das contradições de atuar como oposição consentida, gerando a desconfiança de organizações de esquerda radical e com o descrédito do sistema eleitoral, os parlamentares do MDB assumiram o papel de opositores, ainda que dentro das vias institucio-

⁷⁴ O PSD era comandado por políticos conservadores do Estado Novo (1937-1945) que compunham o governo de Getúlio Vargas (1882-1954), entre eles os governadores interventores. O PTB também era formado a partir das instituições do período varguista, principalmente o Ministério do Trabalho e os sindicatos, que eram vinculados ao Estado, e visava ter como base política os trabalhadores urbanos. A UDN era composta por setores médios, como profissionais liberais, além de industriais e fazendeiros, tendo como pautas liberais e moralizadores, fazendo oposição ao getulismo. Os três partidos, junto com o PCB, posto na ilegalidade de 1947, protagonizaram a política brasileira entre 1945 e 1964. (FONTES; MENDONÇA, 2004, p. 12).

nais. Tal comportamento resultou na devastação do partido após a publicação do Ato Institucional nº 05 em 1968, com a cassação de dezenas de deputados, fazendo com que uma bancada de 139 parlamentares ficasse com apenas 89 em 1970 (SCHWARCZ; STARLING, 2016, p. 458-459).

A ARENA possuía uma grande estrutura partidária, com diretórios por todo o Brasil, tendo grande importância para o apoio civil à Ditadura e gerando consentimento (SCHWARCZ; STARLING, 2016, p. 458). O governo militar procurou concentrar o poder político de seus apoiadores em cidades de médio e grande porte. O golpe de 1964 inicialmente surgiu como oportunidade para que políticos derrotados anteriormente assumissem o poder, com cassações de prefeitos e vereadores feitas após acusações de ligações com o comunismo ou da prática de corrupção. (BATISTA, 2022).

3.1 A política na Baixada Fluminense após 1964

Na Baixada Fluminense a intervenção militar na política local teve alguns casos emblemáticos. Em Nova Iguaçu, o PTB tinha grande força, com vereadores e deputados sendo bem votados. O prefeito Aloizio Pinto havia se eleito pelo partido em 1962 com larga vantagem de votos, possuindo maioria na Câmara Municipal enquanto a UDN representava a minoria. Apesar da vantagem eleitoral e política, sua gestão enfrentou dificuldades administrativas e graves problemas estruturais que a cidade havia herdado do seu antecessor. E tais dificuldades se ampliaram após o golpe (BATISTA, 2022).

Com a derrubada de João Goulart e a publicação do primeiro Ato Institucional, as casas legislativas se encarregaram de promover seus expurgos, em claro aceno à “revolução”. A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e a Câmara Municipal de Nova Iguaçu também fizeram a sua parte, e nesse processo um deputado estadual do PTB iguaçuano e um vereador foram expurgados. Além disso, pelo menos um servidor municipal foi investigado. Todos acusados de envolvimento com o comunismo e, deste modo, ocorreram tentativas de ligar o prefeito à essas pessoas, em um ambiente de instabilidade política que veio com o golpe (BATISTA, 2022).

Em agosto de 1964 Barros solicitou um licenciamento de 30 dias para participar de um concurso para o cargo de tabelião do Cartório do 4º Ofício de Nova Iguaçu. Quando voltou, em

outubro, não conseguiria reassumir a função de prefeito e em novembro seria cassado pela Câmara Municipal. Esse seria o início de uma série de intervenções e cassações que fizeram a cidade ser dirigida por 11 prefeitos em 11 anos, entre 1964 e 1975, e fazendo com que a instabilidade permanecesse durante o bipartidarismo. A escolha entre MDB e ARENA inicialmente se deu com base nas escolhas dos principais caciques políticos regionais. Ao fim da década de 1960, depois da nomeação do interventor Ruy Queiroz, que não possuía atuação política antes do golpe e era cunhado do capitão do Exército José Ribamar Zamith, a ARENA teve hegemonia na política iguaçuana até o fim do bipartidarismo (BATISTA, 2022).

Na pequena vizinha Nilópolis, os anos de Ditadura empoderaram duas famílias: os Sessim e os Abraão David, ambas de origem libanesa e com parentesco entre si. O deputado Jorge Sessim David, também ligado a capitão Zamith, esteve envolvido na prisão e tortura do presidente Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas de Nilópolis. O irmão de Jorge David, Simão Sessim, era um ex-udenista que havia aderido à ARENA logo no início do bipartidarismo. Era próximo de Ruy Queiroz, por conta de ambos terem sido professores que atuaram em escolas nilopolitanas e iguaçuanas. Simão ocupou cargos do primeiro escalão da prefeitura de Nova Iguaçu entre 1969 e 1970, quando Queiroz foi o prefeito interventor (BEZERRA, 2022).

A intervenção militar na Baixada, portanto, enfraqueceu determinados grupos políticos locais, enquanto fortaleceu outros que anteriormente não possuíam proeminência. E nesse processo, políticos petebistas foram golpeados, como o prefeito nilopolitano Eracydes Lima de Carvalho, que foi cassado em 1964:

Com isso, João Batista da Silva, o então procurador geral de Nilópolis, ocupou a vaga, ficando à frente da prefeitura entre 1964 e 1966. Até o fim do mandato, em 1967, assumiram o vice Zélio Sabino Barbosa e, ainda em 1966, o interventor Francisco Gonçalves Filgueiras (BEZERRA, 2022).

Ainda sobre Nilópolis, o resultado dos anos de Ditadura Empresarial Militar foi a articulação entre contraventores e políticos. Nas eleições de 1972, Simão Sessim recebeu apoio financeiro do bicheiro⁷⁵ Anísio Abraão David, seu primo. Os negócios do jogo do bicho se

⁷⁵ O jogo do bicho nasceu no Rio de Janeiro em 1892 como forma de promover o primeiro jardim zoológico da cidade. Cada pessoa que visitava o local tinha o direito de apostar em dos 25 animais que seriam sorteados ao final do dia. O jogo se expandiu e ficou muito popular entre as classes populares, sendo disputado fora do zoológico. Justamente por ser jogado pelos mais pobres, foi colocado na ilegalidade em 1895, enquanto vários outros jogos continuaram legais. Apesar disso, continuou sendo tocado enquanto negócio durante todo o século XX e os “bicheiros”, também conhecidos como “banqueiro”, eram os controladores dos pontos de venda de bilhetes. Durante a ditadura empresarial-militar o jogo do bicho passa por um processo de centralização e monopolização, com os principais banqueiros, conhecidos como a “cúpula”, dividindo os territórios do estado do Rio de Janeiro

fortaleceram, aumentando a fama de Anísio enquanto benfeitor, o que resultava no apoio político aos seus parentes. A família Abraão David também passaria a controlar, em 1972, a então desconhecida escola de samba do segundo grupo, Beija Flor, que desfilaria no grupo principal a partir de 1974. Entre os anos de 1973 e 1975 a agremiação apresentou sambas-enredo que louvavam o governo ditatorial⁷⁶ (BEZERRA, 2022).

Em São João de Meriti, mesmo após o prefeito José Amorim ter trocado o MDB pela ARENA, entre 1969 e 1970 a prefeitura e Câmara Municipal foram alvos de um IPM proveniente da Vila Militar. Ao final, as sedes de ambas as instituições foram ocupadas pelo Exército e o prefeito, junto de 11 vereadores, tiveram os seus mandatos cassados e perderam seus direitos políticos por 10 anos. Em julho foi empossado na prefeitura o interventor federal João Batista Lubanco (ALVES, 2022, p. 21).

Na cidade de Duque de Caxias, o candidato arenista Hydekel⁷⁷, genro e opositor de Tenório Cavalcanti, havia perdido a eleição de 1965 para o médico Moacyr do Carmo, do MDB e ex-petebista. Em junho 1968, portanto antes do AI-5, o município foi declarado Área de Segurança junto com outras cidades do país por meio da Lei nº 5.449. Uma comitiva composta de pelo vice-prefeito e políticos locais foi para Brasília para tentar a reverter a situação, o que foi em vão e todos foram detidos por 10 dias. Em 1971 começaria um ciclo de intervenções federais em Duque de Caxias que duraria até 1985 (SOUZA, 2014, p. 250- 251). O período foi marcado por casos de corrupção e desvio de verbas públicas que fortaleceram o ensino privado e clínicas particulares, fazendo a cidade ser alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional (SOUZA, 2014, p. 251).

A transformação de Duque de Caxias em Área de Segurança Nacional teria como justificativa a presença de uma refinaria de petróleo em seu território, além do município ser atravessado por uma rodovia interestadual (ALVES, 2022, p. 22). Sendo assim, a ligação de Magé com a capital e o resto da Baixada Fluminense seria através de uma cidade sob controle federal direto.

entre si. A trajetória dos membros da cúpula do jogo do bicho foi marcada pela violência e o envolvimento com escolas de samba e clubes de futebol (CAMPOS; BEZERRA, 2024).

⁷⁶ Após ser vice-campeã do grupo de acesso em 1973 e ocupar colocações modestas no grupo especial em 1974 e 1975 com enredos apologéticos à Ditadura Militar, em 1976 a escola seria campeã do grupo principal com o samba-enredo "Sonhar com rei dá leão", composto por Neguinho da Beija Flor e sob o comando do carnavalesco Joãozinho Trinta. Tal samba-enredo exaltava o jogo do bicho.

⁷⁷ O político fez longa carreira nos anos seguintes, se elegendendo deputado federal em 1974 e 1978 e nomeado prefeito interventor de Duque de Caxias em 1982, já pelo PDS. Foi eleito suplente do senador Afonso Arinos em 1986, pelo PFL. Em 1988 foi eleito prefeito em uma aliança entre PDS e PFL. Com a morte de Afonso Arinos em 1990, renunciaria a prefeitura para assumir a cadeira no Senado.

O processo de intervenção e cassação que ocorreu na Baixada na virada dos anos de 1960 para 1970 se insere plano de controle da política fluminense por parte do poder federal (BATISTA, 2022, p. 139). A dinâmica política local sofreu um choque nos momentos iniciais após o golpe, com políticos assinalando apoio aos militares enquanto outros, que haviam perdido nas urnas, aproveitavam para atacar seus opositores, com as costumeiras acusações de ligação com o comunismo e com práticas de corrupção. Os opositores do governo militar que passaram incólumes por esse processo e se agruparam no MDB, sofreram uma nova rodada de cassações e suspensões de direitos políticos, desta vez com atuação direta dos militares, acompanhando o que havia acontecido com o MDB no Congresso Nacional após a edição do Ato Institucional nº 5.

Segundo José Claudio Alves, as eleições de 1972 na Baixada foram fruto direto das intervenções da Vila Militar na política local, sendo que São João de Meriti foi a única cidade que elegeu um prefeito de oposição (ALVES, 2022, p. 22). O capitão Zamith, que possuía ligações com políticos de Nilópolis e Nova Iguaçu, era do 1º Batalhão da Polícia do Exército da Vila Militar, local em que, conforme o relatório final da Comissão Nacional de Verdade, aconteceram assassinatos e torturas entre os anos de 1969 e 1970 (2014, p. 743). Na mesma época ocorreram as intervenções na Baixada. O perfil do militar em questão⁷⁸ é definido de forma sintética em nota de rodapé da dissertação de Cantalejo:

José Ribamar Zamith chegou a ser coronel de Informações do exército. Como capitão comandou a 1ª Companhia da PE na Vila Militar (1967-1970). Serviu no DOI-CODI/RJ. Fez curso de torturador nos Estados Unidos. Recebeu Medalha do Pacificador (1970). Consta seu envolvimento no sequestro de D. Adriano Hipólito (Nova Iguaçu). (2008, p. 92-93)

3.2 Golpe e política em Magé

Em Magé, o binômio corrupção-comunismo seria instrumentalizado logo nos primeiros momentos do golpe e o bipartidarismo colocaria antigos aliados em lados opostos. Igualmente, a cidade esteve sob observação dos militares da Vila Militar, como indica a emissão de um

⁷⁸ Seu filho, José Luís Cardoso Zamith, foi oficial da Marinha e Secretário da Casa Civil do governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel, que sofreu impeachment em 2019.

relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre as eleições municipais de 1972 datado de 29 de agosto de 1972⁷⁹. Com base neste documento e com as informações disponíveis no portal Brava Baixada⁸⁰, elaboramos a seguinte tabela:

Tabela 2 – Prefeitos de Magé

Período	Prefeito	Partido
1963 a 1964	José Barbosa Porto	PTB
1964 a 1966	Moacyr Pimentel	PSD
1966 a 1967	Lauro Guarany Guimaraes	Interventor Federal
1967 a 1970	Juberto de Miranda Telles	MDB
1970 a 1971	Walcyr José do Amaral	ARENA
1971 a 1973	Magid Repani	MDB
1973 a 1976	Juberto de Miranda Telles	ARENA

Fonte: Tabela elaborada pelo autor

O PTB havia chegado ao poder em 1963 com a vitória de José Barbosa Porto, contando com inicialmente com uma forte oposição pessedista, incluindo do deputado e ex-prefeito Waldemar Lima Teixeira. Após uma trégua, o ano de 1964 começou com a instauração de uma CPI em meio a denúncias de gasto irregular de verbas públicas feitas por Magid Repani, líder do governo na Câmara Municipal, que colocou seu cargo à disposição. (RIBEIRO, 2015, p. 233-234).

Na sessão do dia 02 para o 03 de abril de 1964, o vereador do PSD Paulo Barenco apresentou “provas” de que o prefeito possuía ligações com comunistas: um abaixo assinado pedindo o registro do PCB e uma carta de intenções entre o PTB e a “corrente comunista do município”. Tais documentos, fornecidos pela polícia ao parlamentar, seriam juntados posteri-

⁷⁹ BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.74000253

⁸⁰ MAGÉ. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://bravabaixada.com.br/municipios/mage/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ormente a um telegrama que Porto enviou para João Goulart e um manifesto ao “Povo Mageense” lançado em 1º de abril, em processo de suspensão dos direitos políticos do petebista promovido pelo Conselho de Segurança Nacional (RIBEIRO, 2015, p. 234-235).

Ainda no dia 03 de abril, após tratativas com vereadores e com autoridades do judiciário local, Porto aceitou sair em licença médica, com o vice Moacyr Pimentel assumindo a prefeitura no mesmo dia. O PSD, derrotado nas eleições, chegava ao poder municipal em um movimento mais célere do que o observado em outras cidades da Baixada Fluminense. No entanto, os anos seguintes seriam de turbulência e mudanças de prefeitos. Já no bipartidarismo, Pimentel renunciaria em 1966 para assumir o cargo de Agente Fiscal do Estado, conseguido pelo presidente da Câmara e da ARENA, Abílio Gomes Vieira, um ex-delegado que assumiria a prefeitura a partir do dia 1º de junho. Porém, um pouco mais de um mês depois foi substituído pelo interventor federal Lauro Guarany Guimarães, oficial da Marinha. Ficaria no cargo até uma nova eleição para escolha do novo prefeito, prevista para o mesmo ano (RIBEIRO, 2015, p. 236-239).

A configuração do ARENA e do MDB mageenses era basicamente composta, em 1966, por ex-pessedistas que se uniram contra o PTB em 1964:

Em Magé, logo se formariam os diretórios do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e da ARENA. Os emedebistas se instalaram oficialmente na cidade em maio de 1966, tendo o vereador Magid Repani como presidente, Fernando Guimarães Batista como secretário e, como vogais, o deputado Waldemar Lima Teixeira, o vereador Paulo Barenco, Paulo Leitão Júnior, Júlio Benício Correia e o professor Carlos Camacho. O diretório arenista foi instalado pouco depois, tendo como presidente o vereador Abílio Gomes Vieira (RIBEIRO, 2015, p. 239)

No relatório do SNI, um documento de apenas 10 páginas, é possível perceber que a dinâmica partidária foi instável nos anos seguintes, não sendo incomum a mudança de partido e acusações de comunismo não apenas contra medebistas, mas também contra arenistas. Os candidatos do MDB à prefeitura e vice-prefeitura de Magé no pleito de 1972 – ao todo seis candidatos compondo 3 chapas – são descritos de forma genérica ou até mesmo positiva, com observações pontuais sobre o passado recente e a trajetória política. O candidato José Ramos Bastos é descrito como “muito popular” e que “nada consta que desabone sua pessoa”, o que se segue com outros candidatos. É descrito que Antonio João da Motta é “considerado um

homem de bem”. A única exceção foi Adib Fara Maluf, que segundo “informes não confirmados” teve ligações com o Grupo dos Onze⁸¹ e que responde um inquérito policial por atropelamento ainda não julgado e, conforme o relatório, ele foi “envolvido no inquérito erroneamente como atropelador e não como ter socorrido uma vítima de atropelamento”⁸².

Sobre os candidatos medebistas à Câmara Municipal, o relatório simplesmente afirma sobre a grande maioria que “nada consta nesta agência”. Porém, seis foram descritos com maiores detalhes, quase todos por envolvimento em atos violentos, como um vereador que atirou em uma pessoa dentro da Câmara dos Vereadores ou um candidato que responde processo por lesão corporal. Também é apresentado de forma sucinta Jorge de Matta Freire, que é oficial do Exército e serviu na Fábrica da Estrela⁸³.

A descrição de Joaquim José dos Santos Junior é a que tem mais linhas dedicadas, pois se trata do irmão de Astério dos Santos, que foi “presidente do Sindicato dos Têxteis de Santo Aleixo, comunista, agitador e insuflador de greves”, e que no final de maio de 1964 respondeu a processo incurso na Lei de Segurança Nacional⁸⁴. A descrição é encerrada com a frase “ignora-se se segue o mesmo pensamento ideológico de seu irmão Astério”⁸⁵. Realmente a trajetória de militância de Joaquim foi completamente ignorada pelo relator, já que o mesmo chegou a ser preso em 1964 como “agitador” (RIBEIRO, 2015, 220), ocorrência não citada no relatório.

Os candidatos da ARENA, por outro lado, foram descritos no relatório de forma predominantemente negativa, utilizando-se de argumentos moralistas e anticomunistas. O número de chapas para a prefeitura foi o mesmo do MDB. Entre os candidatos ao cargo de prefeito, Alcy Moraes Vidal é o primeiro. Um ex-udenista, é descrito como “desquitado” e “mulherengo”, processado por fraude eleitoral e devedor de impostos⁸⁶.

Na descrição do contador Juberto de Miranda Telles, que já foi prefeito pelo MDB e que iria ganhar as eleições, consta que “segundo informes não confirmados está envolvido na

⁸¹ Referência aos *Grupos dos Onze Companheiros*, que também eram chamados de *Comandos Nacionalistas*. Foram propostos por Leonel Brizola, uma liderança petebista e cunhado de João Goulart, no final de 1963 em seu programa na rádio Mayrink Veiga. Com o número de integrantes inspirado pelo futebol, o propósito desses grupos no contexto do pré-golpe era pressionar o governo Goulart e o Congresso Nacional para que reformas fossem votadas e aprovadas. Também tinham o intuito de proteger o país de um eventual golpe. Muitos Grupos dos Onze se formaram por todo o Brasil (TAVARES, 2013).

⁸² BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.74000253

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ Ibidem.

Comissão de Investigação Criminal” pelo uso de carros oficiais para uso particular quando era prefeito. O próximo é Walcyr José do Amaral, que foi prefeito entre 1970 e 1971 após a renúncia de Juberto para concorrer ao cargo de deputado estadual. Foi alvo de denúncias de recebimento de notas fiscais adulteradas e o relatório afirma que durante sua gestão os cofres municipais foram arruinados⁸⁷.

Entre os candidatos à vice-prefeitura, o primeiro é Armando Almeida da Conceição, que “segundo informes não confirmados foi elemento escolhido para testar a esquerda no Município nas últimas eleições”. Também havia informes de que seria substituto de Manoel Ferreira de Lima, “conhecido comunista, insuflador de greves e um dos chefes da corrente comunista do Município”. O mesmo se dizia amigo do General Humberto de Souza Mello, que na época era Comandante do II Exército⁸⁸. Armando já teria sido observado pelo SNI em 1970 no Informe 931, que o descreveu brevemente como pertencente ao Comitê do PCB em Vila Inhomirim e ex-operário da Fábrica de Pólvora⁸⁹.

Manoel Ferreira de Lima é descrito por Ribeiro (2015, p. 10-11) da seguinte forma:

um migrante nordestino, ex-tecelão em Magé, atuante no sindicato da categoria entre as décadas de 1930 e 50, membro da Igreja Batista e militante do PCB, que pouco depois se tornou líder camponês no município, fundando e presidindo associações e sindicatos rurais, tendo inclusive ocupado a presidência da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ) e a vice-presidência da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Devido sua atuação política, desde 1962 passou a ser duramente perseguido, sendo preso diversas vezes. Após a deposição do presidente João Goulart, em 64, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN) e só retornou à militância ao final dos anos de 1970.

O segundo concorrente arenista para o cargo de vice-prefeito citado no relatório é Renato Cozzolino, que seria eleito ao lado de Juberto Miranda. Segundo o documento, Renato era um comerciante residente no distrito de Vila Inhomirim e já teria concorrido ao cargo de vice-prefeito em 1962 e para prefeito em 1970, não se elegendo nas duas ocasiões. Também é dito que era “ex-desertor do Exército” e respondeu a inquérito por lesão corporal em 1964, tendo sido o processo arquivado em outubro do mesmo ano. A descrição termina de forma nada positiva para o aquele que viria a ser o vice-prefeito pelo partido que servia de apoio aos militares,

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.70008069

sendo descrito como um “homem temperamental e violento, não possuindo equilíbrio emocional para exercer um cargo público. É dado ao vício de bebida, constantemente apresenta-se embriagado”⁹⁰.

Renato, deste modo, viria a inaugurar o predomínio político da família Cozzolino no município de Magé e conseguiu se eleger como prefeito em 1983, tendo como vice Ademir Ullmann, membro de outra família com tradição na política mageense que dominou o município entre os anos de 19030 e 1950. Renato faleceu em 1986, porém desde então a cidade já teve mais cinco prefeitos e três vereadores da família Cozzolino. Sediados em Inhomirim⁹¹, os descendentes de Renato ainda ocuparam seis mandatos na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e dois na Câmara de Deputados, o último como suplente, tendo sempre Magé como base eleitoral⁹² (SEIXAS, 2023b).

O candidato à vice-prefeito restante é Nilton Ignácio da Silveira, descrito apenas como “funcionário do INPS”, “homem de bem e moral elevado” e que “nada consta que desabone sua pessoa”. As descrições dos candidatos arenistas à Câmara Municipal são bem mais extensas em relação aos dos medebistas, consistindo em uma miscelânea de acusações de associação com comunistas que atuavam na região no pré-64 – como Darcy Câmara, sindicalista, e Irun Sant’Anna, médico, ambos militantes do PCB. Também há denúncias de corrupção, contravenção, golpes financeiros e indiciamentos por agressão⁹³.

No final do relatório consta um documento em anexo de apenas duas páginas em papel timbrado da Prefeitura Municipal de Magé. Assinado pelo prefeito Magib Repani (MDB) com data de 16 de agosto de 1972, ou seja, antes do relatório do SNI, o ofício é endereçado ao comandante do 1º Grupo de Canhões 90 Antiaéreo⁹⁴ localizado na Vila Militar, na época o coronel Ney Virgílio de Carvalho. O seu conteúdo consiste em uma série de breve apreciações sobre 15 candidatos arenistas para os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador. Trata-se de

⁹⁰ BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.74000253

⁹¹ A família possui inúmeros imóveis e estabelecimentos comerciais no distrito, mas não somente nele, como postos de gasolina e lojas de materiais de construção, além de uma rede colégios particulares que levam o nome Cozzolino. O autor concluiu o seu ensino médio em uma destas escolas.

⁹² No momento de escrita deste trabalho, Arthur Antônio Silveira Cozzolino ocupa um mandato na Câmara Municipal de Magé, enquanto Vinicius Cozzolino Abrahão representa a família na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O atual prefeito de Magé é Renato Cozzolino Harb. A trajetória política dos Cozzolinos é tumultuada, com episódios de cassações de mandatos, denúncias de corrupção e assassinatos de pessoas próximas à família, e em mais de uma ocasião tais ocorrências tiveram repercussão nacional, extrapolando a cobertura da incipiente imprensa local e regional.

⁹³ BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.74000253

⁹⁴ Atualmente é denominado 1º Grupo de Artilharia Antiaérea.

mais uma compilação de acusações de comunismo, participação em Grupos dos Onze, corrupção, violência e até mesmo exploração de prostituição⁹⁵.

Apesar de uma caracterização tão negativa feita por um órgão militar de informações – que era de extrema relevância para os militares – dos políticos arenistas de Magé em comparação com os medebistas⁹⁶, a ARENA dominou a política institucional do município, seguindo a tendência nacional:

Já nas eleições de 1972, a ARENA fez a maioria dos vereadores no Brasil e elegeu 3.332 prefeitos contra 468 do MDB. Em Magé não foi diferente: venceu a chapa Ju-
berto de Miranda Telles (Prefeito), ex-prefeito de Magé (1966-1970), e Renato Coz-
zolino (Vice-Prefeito). Além de controlar o Executivo municipal, a ARENA-Magé
tinha maioria na Câmara, elegendo a mesa diretora, composta por Nazir José Antunes
(Presidente), Eusébio Pinto de Almeida (Vice-Presidente), Evanir da Silva Gago (1.º
Secretário) e Mário Fernandes Maia (2.º Secretário) (SEIXAS, 2023b, p. 403).

A falta de articulação do documento do SNI com documentos e processos produzidos anteriormente pelos próprios órgãos de informação e de repressão, como inquéritos e relatórios, assim como referências a boatos e “informes não confirmados”, sugerem que os relatos de políticos do MDB, principalmente do prefeito Magib Repani, guiaram a elaboração do documento. O binômio corrupção-comunismo, que foi usado amplamente em 1964 para perseguir políticos do PTB municipal, continuava a dar o tom nas disputas políticas locais, sendo usado até mesmo por um ex-petebista, como Repani.

No entanto, as acusações e descrições negativas do relatório, tanto do ponto de vista moral quanto político, sendo verdadeiras ou não, pareceram ser irrelevantes para a definição das eleições, dado que os candidatos do partido do Governo militar dominaram o poder executivo e a Câmara Municipal. Por outro lado, a transição de candidatos do ex-medebistas e antigos petebistas para a ARENA podem ser evidências de que o comportamento dos políticos locais foi guiado por um pensamento pragmático, como ocorreu em Nova Iguaçu, colocando o alinhamento com lideranças locais e o cálculo eleitoral acima de questões como a adesão ou não à ditadura.

Em meio às acusações genéricas de comunismo, contudo, ao fazermos a comparação com os dados do Informe 931 de 1970 do SNI, é possível acompanhar parte da atividade dos comunistas após 1964. Armando Almeida, que foi descrito como ex-operário da Fábrica da

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ O relatório do SNI pode sugerir que havia uma desconfiança de infiltração da esquerda dentro da ARENA mageense. A presença de políticos com passado pecebista, petebista e/ou sindicalista parece confirmar essa hipótese. No entanto, a infiltração não atingiu resultados relevantes e pode ter acelerado o esvaziamento do MDB.

Estrela e por ter feito parte do núcleo do PCB em Vila Inhomirim, também era apontado como “instrutor de subversivos” em Rio do Ouro – uma área rural de Magé – que tinha feito curso de guerrilha em Cuba, tendo conhecido o próprio Che Guevara. As informações do documento possuem um grau maior de confiabilidade, pois ao lado de Armando também constam outros conhecidos ex-dirigentes comunistas e sindicalistas, como Irun Sant’anna, Darcy Câmara e Astério dos Santos⁹⁷. O Informe narra a aproximação desse grupo com a ARENA:

Astério dos Santos está ultimamente desenvolvendo grande atividade e nos últimos dias foi visto na antessala do prefeito atual [da ARENA] para um contato (ignora-se o assunto). Diz-se protegido do Sargento Wladimir, do 1º G CAN 90. Teve um encontro com Armando Almeida no Bar Elite em Magé e dali saíram para a casa de Hugo Alves Braga, candidato a vereador pela ARENA⁹⁸.

Não era a primeira vez que acontecia uma aproximação desse tipo. Guilherme de Carvalho havia sido presidente do sindicato dos trabalhadores têxteis de Pau Grande e candidato à vice-prefeitura em 1962 pelo PTB e com apoio comunista. Após ser cassado da direção do sindicato em 1964, foi eleito vereador pela ARENA em 1966. Em 1969, foi preso pelo Exército Brasileiro e renunciou ao cargo em julho do mesmo ano (RIBEIRO, 2015).

A presença de trabalhistas e comunistas nas fileiras da ARENA pode indicar como as esquerdas mageenses ainda tentavam ser articular na institucionalidade por meio de seus quadros que ainda estavam dentro da legalidade. Contudo, não podemos descartar a possibilidade de alguns desses sujeitos terem optado pelo arenismo por pura questão de sobrevivência política.

Note-se que ocorre uma inversão da interferência militar na política local após AI-5. Guilherme de Carvalho se elege vereador em 1966 e é preso três anos depois, sendo obrigado a renunciar. Enquanto isso, alguns dos comunistas e ex-sindicalistas, além de pessoas próximas, monitorados pelo SNI em 1970 não são impedidos de participar das eleições 1972 pela ARENA. No entanto, eles não integram o grupo arenista que passa a controlar a cidade.

A elaboração desses informes e relatórios por órgãos de informação devem ser entendidos dentro do contexto ditatorial como uma necessidade de segurança interna e combate ao que era entendido como comunismo e qualquer tipo de mobilização popular (COSTA, 2024, p. 13). Nas palavras de Carvalho

⁹⁷ Para atuação destes militantes no pré-64 no movimento operário têxtil e camponês nos demais distritos mageense, ver Ribeiro (2015).

⁹⁸ BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.70008069

As informações de segurança interna eram o elemento vital para o funcionamento e preservação da autonomia dos organismos de segurança. Há uma relação de causalidade recíproca entre a informação e a repressão. As informações possibilitavam as operações repressivas que visavam a segurança interna. As ações repressivas, por sua vez, revelavam novas informações que justificavam existência de órgãos de segurança. (CARVALHO, 2019, p. 60)

Após o golpe de estado de 1964 é criada uma comunidade informações composta por órgãos da Aeronáutica, Marinha, Exército e do Governo Federal, atuando de forma descentralizada (CARVALHO, 2019, p. 65). O SNI

foi um dos mais importantes, sendo fundado apenas poucos meses após golpe. O General Golbery, seu fundador, deixa o IPES⁹⁹, porém sem cortar vínculos. Pelo contrário, leva para o SNI arquivos dos IPES e militares do seu círculo mais próximo para compor o comando do novo órgão, entre eles os futuros presidentes Ernesto Geisel, Emílio Médici e João Figueiredo. O Serviço Nacional de Informações funcionou não somente como um órgão de espionagem, mas também como um definidor de diretrizes políticas, sociais e militares para o governo, assessorando o presidente em sua tomada de decisões. Atuava como um ministério paralelo fora da hierarquia militar e mantendo e apoiando politicamente o regime, agindo como um partido. (DREIFUSS, 1981, p. 421-422 apud COSTA, 2024, p.13).

Portanto, a documentação produzida pelo SNI sobre Magé seguiu uma política de segurança interna e repressão que garantia o controle da Ditadura. Neste caso, nota-se a preocupação dos militares com as eleições municipais, tendo a informação como um elemento importante para garantir a proeminência da ARENA. Políticos que realmente tinham um passado comunista, petebista ou sindicalista conseguiram penetrar as fileiras arenistas, mas não tiveram relevância eleitoral ou puderam influenciar os rumos do partido.

O MDB havia sido enfraquecido após 1968, não sendo uma boa alternativa eleitoral e na política baixadense não era incomum a transição entre partidos de diferentes matizes ideológicas e de identificação ou não com a ditadura, como demonstramos anteriormente. Além do AI-5, que enfraqueceu a oposição consentida, a Baixada já tinha passado por um processo de intervenção e cassação de políticos naquela altura dos acontecimentos. A grande e importante cidade de Duque de Caxias, vizinha de Magé, tinha sido considerado Área de Segurança Nacional e não havia eleições. Pelos elementos que temos à disposição, podemos afirmar que os comunistas, ex-sindicalistas e ex-petebistas foram ofuscados aos olhos da repressão dentro de um cenário em que todos os políticos se acusavam mutuamente de comunistas desde 1964. Em 1972 muitos militantes já haviam sido presos, processados e torturados e o MDB não se apresentava mais como uma alternativa. O próprio arranjo político e institucional construído pelos

⁹⁹ Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

militares desde o golpe garantiria a hegemonia da ARENA, como os resultados das urnas mostraram.

O vácuo político causado pela repressão às esquerdas em várias cidades representou a chance de ocupação das prefeituras por sujeitos alinhados com a Ditadura Militar, seja por conveniência ou por convicção ideológica, que antes de 1964 não conseguiram chegar ao poder por meio do voto. Alguns clãs familiares se destacaram em algumas cidades, como os Sessim e os Abraão David em Nova Iguaçu e Nilópolis. Os Cozzolinos, apesar de chegarem ao poder por um processo político que tem diferenças em relação aos seus pares baixadenses, foram igualmente beneficiados pela intervenção política militar.

É importante ressaltar que mesmo não sendo uma família com envolvimento comprovado com a contravenção, como os Abraão David, a família de políticos mageenses sempre teve uma atividade empresarial e comercial em concomitância com a atuação política. Se a ditadura empresarial-militar é caracterizada deste jeito por conta do apoio do grande capital multinacional e associado, na Baixada Fluminense a intervenção militar na política se apoiou no pequeno capital local e aliado ao governo ditatorial.

Sobre o processo de intervenção política da ditadura na região, é possível observar um fenômeno parecido em algumas cidades, mesmo com suas respectivas especificidades e cronologias próprias. Ao analisar a política iguaçuana, Allofs Daniel faz a seguinte observação:

Essas intervenções guardam em comum um certo rito. Primeiro, faz-se uma denúncia de irregularidades do prefeito no exercício de suas atribuições; segue-se com o afastamento das funções por um período regimental, votado na Câmara Municipal de Nova Iguaçu; com a condução e a execução aceleradas do processo de cassação, finaliza-se o processo com a cassação sempre definitiva. Importante frisar que os dois casos de cassação de prefeitos deram por encerradas as carreiras políticas dos respectivos envolvidos. (DANIEL, 2022, p. 139)

Todos os casos de intervenção apresentados neste capítulo possuem algumas das características desse “rito”, que aqui pode ser lido como uma espécie de “matriz” do processo político local. Nova Iguaçu entrou num ciclo de instabilidade em que tais procedimentos foram repetidos inúmeras vezes. Assim como a vizinha menor Nilópolis, foi o local onde ocorreu a interferência direta de um oficial militar, o Capitão Zamith, e com a nomeação de um interventor aliado, Ruy Queiroz.

Os outros municípios passaram por tal “rito” em partes ou de formas mais ou menos prolongadas, resultando quase sempre no enfraquecimento do PTB local, um período de instabilidade política, a nomeação de um interventor entre uma eleição e outra, quase sempre coincidindo com a imposição do bipartidarismo. Após o enfraquecimento nacional do MDB, a

ARENA assume o comando e, mesmo com suas contradições internas, como podemos perceber no caso mageense, ela ainda serviu a sua função, que era garantir apoio político ao governo dos militares. A aparência de legalidade e institucionalidade foi construída e mantida por um processo marcado pelo autoritarismo e pelo caos político em nível local por causa da interferência da ditadura empresarial-militar. Uma ditadura que se justificava como um agente que combatia a “anarquia” e “corrupção”, era ela a promotora da instabilidade e do oportunismo de grupos e famílias locais.

Enquanto Duque de Caxias se tornava Área de Segurança Nacional e Nova Iguaçu um laboratório de intervenção militar na política local, Magé seguiria um rumo relativamente mais estável após os anos iniciais da ditadura militar. Porém, o passado recente com a presença de comunistas e a atuação de sindicalistas ainda justificava a vigilância dos órgãos de segurança, mesmo com a esquerda local ainda estando sobre os efeitos da onda de repressão que ocorreu durante o golpe.

Astério dos Santos, um dos comunistas citados nos documentos do SNI e que havia tentando alguma aproximação com a ARENA mageense, era vereador pelo Partido Socialista Brasileiro, uma das “legendas de aluguel” que os comunistas usavam para se candidatar, além de ser um renomado sindicalista local e operário têxtil no distrito de Santo Aleixo. Cassado em 1964 e com ordem de prisão expedida, passou cinquenta e três dias foragido, até se entregar, sendo detido na Cadeia Pública de Magé. Processado, cassado, demitido e sem direitos políticos, passou os anos da década de 1970 no ostracismo com a saúde fragilizada, até o seu falecimento, em 1977. Os seus companheiros tiveram destinos semelhantes, restando pouco da esquerda comunista que entre 1947 e 1964 já havia eleito 11 vereadores em Magé por partidos de “aluguel”. Entre esses vereadores destacamos os já citados Manoel Ferreira de Lima, Darcy Câmara, Irun Sant’anna e o próprio Astério (RIBEIRO, 2016).

3.3 Os arenistas e a Fábrica da Estrela

A existência de uma instalação militar no município, como a Fábrica da Estrela, foi utilizada pelos políticos locais como forma de aproximação com a ditadura. O vereador arenista Adenor Moreira, que foi descrito no parecer do então prefeito Magid Repani como um médico

“charlatão” e “cujo estado normal é de embriaguez”¹⁰⁰, enviou ofício em 08 de março de 1972 diretamente para o presidente General Emílio Garratazu Médici. No documento, Moreira solicitava que Magé fosse transformada em área de segurança nacional, devido à existência de uma “fábrica de pólvora Estrela, onde trabalham quase 1.000 operários” e “administrada por oficiais do Exército”. A citação à instalação fabril como justificativa é o primeiro gancho para a argumentação seguinte: “ultimamente Magé, tem tido uma má administração, por grupos que não merecem apoio das partes governamentais. Deste modo, o progresso Mageense, vem sendo prejudicado”¹⁰¹.

Como ocorreu em outras cidades da Baixada Fluminense, um político local solicitava a intervenção da Ditadura como forma de atacar adversários. E ressaltar a importância da Fábrica da Estrela seria uma forma de demonstrar alinhamento com os militares. Moreira encerrava o ofício se identificando como “um vereador do Partido Revolucionário Brasileiro”¹⁰². No entanto, como já discutimos anteriormente, o modo de interferência na política local já havia assumido um determinado “padrão”.

Com a vitória retumbante da ARENA nas eleições do mesmo ano, o novo prefeito Jurberto Telles também faria alguns acenos ao governo Médici. Em 1973 ele apoiou a publicação do livro *Fábrica da Estrela (Imperial Fábrica de Pólvora): do Império aos nossos dias servindo ao Brasil*, do escritor memorialista Renato Peixoto dos Santos. O prefácio da obra é atribuído a Telles, que afirma ter sido ele próprio quem deu a ideia do tema do livro para o autor, sendo uma “justa homenagem aos bravos integrantes do Exército Nacional, como preito de reconhecimento e respeito de orgulho e satisfação do Sesquicentenário da Independência do Brasil” (SANTOS, 1973a, p. 14).

O livro realmente tentava se inserir como uma parte integrante das comemorações dos 150 anos da Independência do Brasil que haviam sido promovidas no ano anterior. Tal efeméride foi aproveitada pelo governo militar como forma de propaganda e legitimação da ditadura militar. Entre as comemorações constava a organização da Taça Independência, que foi um torneio de futebol masculino disputado por 20 seleções internacionais, ocorrendo em 12 cidades de todas as regiões do país. A seleção brasileira sagrou-se campeã, tendo a seleção de portuguesa como vice. Outra ação promovida foi o traslado, de Portugal para o Brasil, dos restos mortais do Imperador Dom Pedro I, em ação que envolveu chefes de Estado de ambos os países

¹⁰⁰ BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.74000253

¹⁰¹ BR RJANRIO TT 0 JUS PRO 0494 D0001DE0001

¹⁰² Ibidem.

e com uma travessia do Atlântico com a participação das duas marinhas nacionais. Em seguida, foi feita uma excursão dos despojos por várias cidades do país (ALMEIDA, 2013).

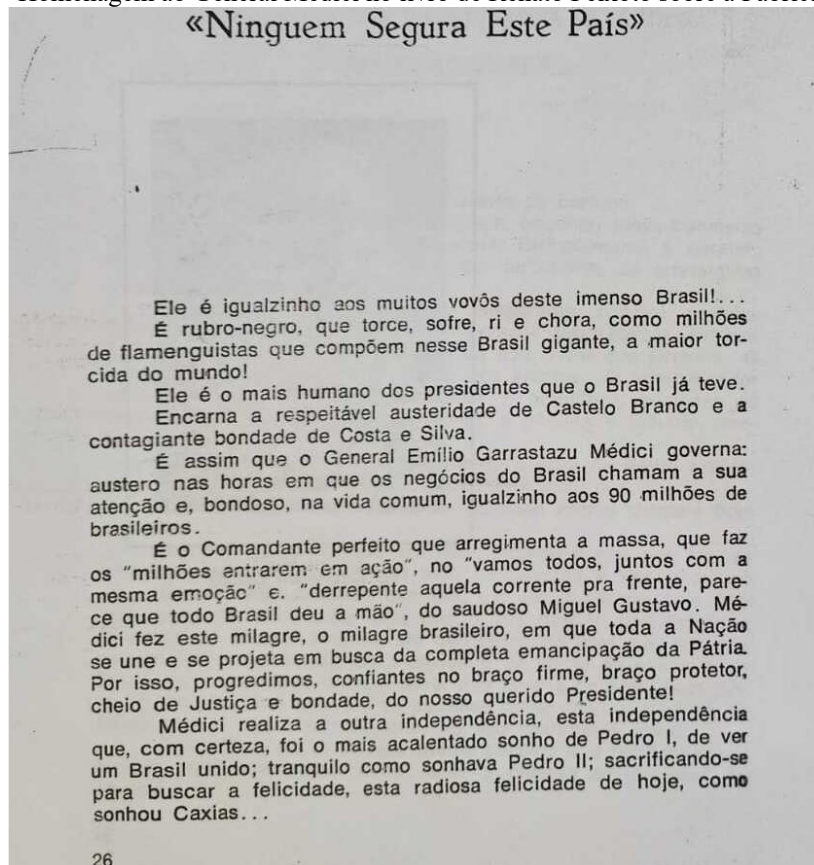
O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) também fez parte das festividades. Fundado no Rio de Janeiro em 1838, é um centro produtor de conhecimento histórico sobre o Brasil que teve seu auge durante o Segundo Reinado. Apesar de nos anos 1970 ainda produzir uma antiquada história política “tradicional”, recebeu grande apoio da Ditadura Empresarial Militar. Desde o primeiro governo militar o IHGB aderiu à ditadura, nomeando os generais Castelo Branco, Costa e Silva e Médici como presidentes de honra da instituição. O alinhamento ideológico rendeu frutos, como o restabelecimento do financiamento estatal do Instituto e a construção de uma nova sede, que foi incluída como uma das obras do governo na comemoração do Sesquicentenário. O IHGB também organizou e editou uma obra sobre a Independência e organizou um congresso, ambos em 1972 (ALMEIDA, 2013, 99-127).

Renato Peixoto dos Santos nasceu no ano de 1928 em Inhomirim, bairro operário de Pau Grande. Em seus livros se identifica como professor de inglês, bacharel em Direito, primo de Garrincha, amigo de Nelson Rodrigues e Carlos Lacerda e jornalista que atuou em diversos jornais locais, entre eles *A luta democrática*, de propriedade do advogado e político caxiense Tenório Cavalcanti. Além do livro dedicado à Fábrica da Estrela, publicou as seguintes obras: *Magé: A terra do Dedo de Deus* (1957), *Batalhão Dom Pedro II: Orgulho do Exército Nacional* (1973), *Garrincha: O Demônio das Pernas Tortas* (1973) e *A Saga dos Ullmann: História da Cidade de Magé – 1870/1950* (1988).

Apesar da publicação em 1973 do livro de *Fábrica da Estrela (Imperial Fábrica de Pólvora): do Império aos nossos dias servindo ao Brasil* ter sido um ano depois destas comemorações, devido à importância que elas tiveram para a legitimação da ditadura empresarial-militar, se tratava de um sinal de alinhamento com as diretrizes da ditadura empresarial militar. Não foi a única demonstração de apoio à ditadura nesse ano, pois em *Batalhão Dom Pedro II*, o autor conta a história da unidade do Exército Brasileiro conhecida como Batalhão Dom Pedro II, como é chamado o atual 32º Batalhão de Infantaria. Outrora denominado 1º Batalhão de Caçadores, foi o grupamento militar que, entre o final de março e início de abril de 1964, foi enviado por João Goulart para interceptar as tropas golpistas comandadas pelo general Olímpio

de Mourão Filho e que por fim acabaram se juntando aos rebeldes. O autor sugere para o batalhão o título de “Campeão da Legalidade”¹⁰³(SANTOS, 1973c).

Figura 6 – Homenagem ao General Médici no livro de Renato Peixoto sobre a Fábrica da Estrela



Fonte: SANTOS, 1973c

Enquanto no livro dedicado ao seu primo famoso existe uma dedicatória para o general Médici (SANTOS, 1973b), na obra dedicada ao Batalhão Pedro II as primeiras páginas são dedicadas a homenagens para diversas autoridades e figuras históricas. O primeiro homenageado é Dom Pedro I, seguido de Dom Pedro II. Os outros são Duque de Caxias, o presidente Emílio Garrastazú Médici, o general e Ministro do Exército Orlando Geisel, irmão do futuro presidente general Ernesto Geisel e os dois últimos comandantes do batalhão (SANTOS, 1973c). O livro sobre a Fábrica da Estrela começa de forma parecida, inclusive com algumas homenagens idênticas. O prefeito Juberto de Miranda Telles é um dos homenageados, junto com a Câmara Municipal de Magé, dominada pela ARENA. Assim como o IHGB, mas em

¹⁰³ No objetivo de ressaltar a relevância do batalhão dentro da história brasileira, o autor descreve, em tom triunfalista, uma série de ações militares, que quase sempre se destinavam a conter revoltas e rebeliões por todo o país desde os tempos do Império, como a participação na Guerra de Canudos.

escala diferente, Santos orientou a sua produção historiográfica de cunho memorialístico a partir do seu alinhamento com a Ditadura Militar. Igualmente, o prefeito arenista inseriu a cidade nas comemorações do sesquicentenário através do financiamento da produção de uma historiografia política de cunho “tradicional” como a do IHBG. Apesar do caráter acrítico das obras de Renato Peixoto dos Santos, elas foram instrumentalizadas pelos políticos conservadores da época.

A política mageense foi afetada diretamente pelo golpe, assim como ocorreu em várias outras cidades da Baixada Fluminense. Em uma primeira etapa, os próprios políticos locais agiram movendo processos de cassações de petebistas com base em acusações genéricas de envolvimento com o comunismo e com práticas de corrupção. A “revolução” foi uma oportunidade para que grupos que não haviam chegado ao poder por meio do voto tomassem as rédeas das instituições locais. Após estes primeiros momentos, é feito um mandato “tampão” de um interventor militar até a ocorrência de uma nova eleição regida pelo bipartidarismo. Nesta etapa, antigos petebistas e qualquer político que teve algum envolvimento com movimentos sindicais e que haviam sobrevivido politicamente à primeira onda de expurgos, já estão retirados de cena. Por fim, a partir do início dos anos da década de 1970 a ARENA se torna hegemônica nos poderes Executivo e Legislativo.

O processo descrito acima é uma tendência que afetou diversas cidades da região, mas não podem ser ignoradas diferenças em cada processo âmbito local que foram debatidas anteriormente neste capítulo. Comparando Magé com Nilópolis, Nova Iguaçu e Duque de Caxias, cidades mais populosas e mais próximas à cidade do Rio de Janeiro, na época capital do antigo Estado da Guanabara e ex-capital federal, a intervenção dos militares na política institucional local foi consideravelmente menor após a segunda metade da década de 1960 e começo da seguinte. Porém, a existência da Fábrica da Estrela e um passado recente com a atuação de comunistas e sindicalistas nas fábricas de tecido, deixaram o município dentro do radar dos órgãos de informação, como sugerem o relatório e o informe do SNI.

A ARENA mageense sofreu adesões, por questões aparentemente pragmáticas, de políticos que foram do MDB, que não justificariam a necessidade uma intervenção direta. Muitos desses políticos eram comerciantes locais que se uniram com arenistas provenientes do PSD ou da UDN e que aproveitaram o momento de reconfiguração do poder local. Também foi a oportunidade para que determinados sujeitos inserissem também suas famílias nas instituições públicas locais e se perpetuassem até os dias de hoje, como foi o caso da família Cozzolino, que

tinha o centro de suas operações em Vila Inhomirim. Esse é mais um traço que Magé compartilha com outras cidades baixadenses.

A ausência de oficiais da Fábrica da Estrela é chamativa nos documentos analisados. A exceção foi o candidato medebista e oficial Jorge de Matta Freire, do qual não temos maiores informações na documentação. Considerando que não houve interferência militar direta, os agentes lotados na Vila Militar observavam a movimentação em Magé no mínimo desde 1970. A presença de uma instalação fabril administrada diretamente pelo Exército no distrito mais populoso da cidade, inclusive exercendo certo controle local, poderia representar um constante lembrete dos limites até onde os políticos locais poderiam chegar.

A vizinha Duque de Caxias foi declarada Área de Segurança Nacional e – talvez com ressalva do vereador Adenor Moreira que solicitou ao presidente que o mesmo ocorresse em Magé – provavelmente a classe política não desejasse que o algo parecido acontecesse na cidade. Aliás, tal pedido nunca chegaria ao presidente Médici ou ao seu sucessor Ernesto Geisel, tendo sido recebido no Ministério da Justiça e Negócios Interiores em 18 de maio de 1972 e arquivado somente em 17 de novembro de 1975¹⁰⁴. Se esses três anos representaram uma espera de definição da política local, não podemos determinar. O que sabemos é que a ARENA venceu as eleições de 1972 e o município nunca foi declarado Área de Segurança Nacional.

As menções de políticos locais à Fábrica da Estrela surgem em momentos de demonstração de adesão à Ditadura, como a carta de Moreira. O livro patrocinado pelo prefeito eleito da ARENA representa uma clara tentativa de inserir Magé dentro da proposta da propaganda federal, mesmo com algum atraso temporal. Renato Peixoto dos Santos, um autor de diversos livros sobre a história local¹⁰⁵, possuía alinhamento ideológico à “revolução” de forma declarada em seus livros, se aproximando dos arenistas que dominavam a cidade. Tal conjunção lhe rendeu a publicação de seu livro sobre a Fábrica.

Por fim, o importante trabalho de Ribeiro (2015) demonstra que as atividades comunistas e sindicalistas em Magé antes do golpe estavam focalizadas em torno das fábricas de tecido, que em sua maioria eram localizadas em outros distritos da cidade e distantes de Vila Inhomiri-

¹⁰⁴ BR RJANRIO TT 0 JUS PRO 0494 D0001DE0001

¹⁰⁵ As obras de Renato Peixoto dos Santos, devido ao seu pioneirismo, são usadas como referência por vários pesquisadores da história de Magé, incluindo o presente autor. Nos prefácios e orelhas de livros o autor sempre ressaltou o seu alinhamento político de caráter conservador e autoritário. Seria bem-vindo um estudo sobre a relação desse alinhamento com o contexto em que seus livros foram publicados. Infelizmente, tal tema extrapola o escopo da presente pesquisa.

rim. Apesar disso, a Fábrica da Estrela é localizada no bairro de Raiz da Serra, a poucos quilômetro de Pau Grande, onde havia uma indústria têxtil. Na documentação e nas entrevistas não localizamos um indício de aproximação entre trabalhadores das duas fábricas no que tange à agitação política. Armando Almeida da Conceição foi apontado pelo próprio SNI como um antigo operário da fábrica de pólvora e comunista ligado PCB de Vila Inhomirim, porém sem maiores informações sobre sua atuação política.

O processo político mageense debatido neste capítulo demonstra um contexto de repressão à petebistas, comunistas e sindicalistas, seguido por uma hegemonia arenista e ascensão de novos sujeitos políticos alinhados à ditadura, influenciando diretamente o atual quadro político do município. Apesar da vigilância e da nomeação de um interventor entre 1966 e 1967, agentes militares não fizeram interferências tão diretas como em outros municípios da Baixada Fluminense. Por outro lado, as consequências do golpe e da ditadura empresarial-militar na região modificaram o curso da política local, com marcas que se estendem até o presente.

Considerando às condições materiais de vida dos moradores e trabalhadores que estudamos no capítulo 2, nos perguntamos quais seriam os motivos para o aparecimento de memórias positivadas do período. Não se trata de um tema trivial e vem sendo debatido pela historiografia com certa intensidade nos últimos 20 anos, pelo menos. Na próxima seção apresentaremos uma crítica a uma das principais correntes historiográficas. Em seguida iremos propor uma alternativa de análise que possa dar conta do ambiente político e cultural proporcionado pela ditadura militar sem deixar de considerar as condições de vida e trabalho que foram enfrentadas e como as pessoas se lembram do período.

4. IDEOLOGIA E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

O cenário apresentado até este momento nos revelou elementos importantes sobre a política mageense entre as décadas de 1960 e 1970, assim como a situação e as condições de vida dos moradores de Vila Inhomirim e suas proximidades. Uma de nossas intenções foi investigar como a ditadura empresarial-militar afetou as classes populares e a política da região. Em ambos os casos, o que ocorreu localmente esteve em alinhamento com as ações tomadas pelos militares em âmbito nacional.

Magé, assim como outras cidades da Baixada Fluminense, viu sua cena política local sofrer grandes transformações a partir de 1964, com a ocorrência de expurgos e cassações de antigas lideranças locais e a elevação para o primeiro plano de atores políticos que antes não possuíam proeminência alguma. Enquanto isso, a classe trabalhadora sofria as consequências da repressão sindical, do arrocho salarial e da piora das condições de trabalho.

As questões sobre a história mageense, a política local e as condições de vida dos trabalhadores e moradores, analisadas e discutidas nos capítulos anteriores, servirão de fundamento para que possamos debater neste capítulo como se formaram memórias elogiosas sobre o período militar e criticar algumas interpretações consolidadas sobre esse tipo de lembrança. Em seguida, iremos interpretar como a dinâmica de hegemonia cultural aparece nessas memórias a partir dos caminhos metodológicos propostos por Raymond Williams.

4.1 Dicotomias e maniqueísmos

A nostalgia e o elogio à “idade do ouro” nas entrevistas de moradores das vilas operárias contrastam com lembranças sobre violência e condições precárias de vida de pessoas que cresceram e trabalharam na mesma área urbana, a poucos quilômetros de distância. As próprias entrevistas apresentam contradições internas: entre os moradores das proximidades da Fábrica da Estrela, em meio aos elogios à atuação dos militares, os traumas dos graves acidentes de trabalho foram rememorados, assim como evidências de atos de violência praticados durante o policiamento da região por partes das rondas de soldados do Exército. A filha de um sargento que vivia na região narra a tensão no ambiente familiar e nos privilégios que ela possuía em comparação com as famílias operárias.

Os moradores do terceiro distrito de Duque de Caxias, apesar de lembrarem da violência da polícia e dos grupos de extermínio, das enchentes, da falta de energia elétrica e da não integração com Vila Inhomirim, não teceram críticas à ditadura. Tampouco teceram elogios, mesmo quando estimulados ou perguntados diretamente sobre o que pensavam dos militares.

Essas contradições demonstram que as memórias locais sobre o período da ditadura empresarial-militar vão muito além de uma dicotomia entre resistência ou adesão. Porém, também são evidências do sucesso dos instrumentos de dominação, propaganda e controle promovidos pelos militares, assim como os seus limites, fracassos e, principalmente, como seus efeitos permaneceram ao longo do tempo.

A crítica à ideia de que a sociedade resistiu de forma uniforme à ditadura, o que realmente não passa de uma simplificação, foi aprofundada e ampliada pelo historiador Daniel Aarão dos Reis, e que a partir da primeira década do século XXI influenciou uma grande quantidade de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC), criado em 1994 e vinculado à Universidade Federal Fluminense (UFF)¹⁰⁶. Tais trabalhos passaram a utilizar o adjetivo “civil militar” como forma de se referir aos anos pós 1964, como forma de incluir os setores da sociedade que apoiaram a ditadura (ROLLEMBERG; CORDEIRO, 2021).

Janaina Cordeiro aponta que os anos do governo Médici foram considerados “anos de chumbo” para as esquerdas e que esse foi o sentido que prevaleceu na “memória coletiva nacional”. No entanto, para muitas pessoas e grupos essa época é lembrada como “anos de ouro”, e tais lembranças foram silenciadas como forma de expurgar a “culpa” presente na sociedade por ter convivido 21 anos em um regime autoritário (CORDEIRO, 2009). Apesar da problemática da relação entre ditadura e sociedade ser de extrema relevância – inclusive fazendo parte do escopo do presente trabalho – essa corrente interpretativa sofreu críticas sobre sua inconsistência teórica, incluindo o uso da noção de “sociedade”, que aparece de forma homogeneizada¹⁰⁷. (MELO, 2024, p. 119).

¹⁰⁶ Devido ao tempo de existência do NEC, a quantidade de mestres e doutores formados nos últimos 30 anos e a exposição midiática de alguns de seus principais pesquisadores, como o próprio Daniel Aarão, é seguro admitir que a influência de tal historiografia alcançou outras universidades e centros de pesquisa.

¹⁰⁷ A crítica que fazemos ao NEC não é trivial e segue o tom de uma série de teses, dissertações, livros e artigos de autores em sua maioria marxistas. Um dos primeiros e mais importantes trabalhos é a coletânea *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*, publicada em 2014 e organizada por Demian Bezerra de Melo. Vários dos autores também são integrantes do Instituto de História da UFF e/ou são egressos de seu programa de pós graduação em história.

Em operação típica da historiografia produzida pelos historiadores do NEC, Cordeiro se levanta contra correntes que explicam o apoio de parcelas da sociedade à ditadura com base no “poder de manipulação, propaganda e repressão do Estado”, acusadas de reproduzirem um “maniqueísmo simples”. Porém, a mesma historiografia reconhece a existência de um clima de otimismo a partir de 1970, por conta dos grandes feitos esportivos, das grandes obras e das comemorações do sesquicentenário da Independência, que contou com o apoio de associações civis. As campanhas publicitárias centraram-se em ligar a “revolução” com o suposto passado heroico do Brasil (CORDEIRO, 2009).

A crítica ao “mito da sociedade como vítima” também é presente nos debates sobre regimes ditatoriais na Europa durante o século XX. Bruno Groppo aponta que a memória de eventos como a *Shoah* e os *gulags* são centrados na figura da vítima. Segundo o autor, a crença de que as sociedades foram unanimemente resistentes às ditaduras ignora que ocorreu consentimento e adesão de vários grupos. Os “mitos” possuem uma parcela de realidade, em maior ou menor grau, de acordo com sua função. No caso do mito de uma sociedade que resistiu e foi vítima, o seu papel é promover o esquecimento de que tais ditaduras tiveram base social. Nas disputas de memórias, setores majoritários da sociedade conseguiram impor sua vontade de esquecer sobre a vontade de lembrar de setores minoritários. E frequentemente a historiografia reproduziria esses mitos da memória (GROPPO, 2010).

A figura da *testemunha* das atrocidades cometidas durante os sangrentos eventos que marcaram o século XX – e o principal seria a *Shoah* – seria cada vez mais ligada a figura da *vítima*, que congelou a imagem dos sobreviventes desses episódios, o que ocorreu de forma independente de suas vontades. Nesse quadro, mais uma vez as memórias de grupos que não possuem ou perderam força política deixariam de ser lembradas. Pessoas que participaram da resistência armada contra os nazistas e que eram entendidos como heróis, foram esquecidos após o desmoronamento da URSS. Tal processo também resultou em uma série de abusos da memória da *Shoah* no campo político (TRAVERSO, 2012, p. 16-18).

Entendemos que realmente é uma simplificação afirmar que uma sociedade resistiu de forma uniforme durante uma ditadura e que os indivíduos que a testemunharam estão necessariamente na posição de vítima. As consequências desse procedimento são enormes, como tentamos demonstrar, cristalizando a forma de se compreender o processo histórico, sacralizando certas representações em detrimento de outras e esvaziando o caráter político dos eventos do passado, congelando o passado na forma de “mitos”. E a historiografia foi afetada mais de uma vez por esse mecanismo.

No entanto, afirmar que o golpe e a ditadura no Brasil possuíram base social não é uma explicação completa. Um país de proporções continentais e com quadro social e econômico extremamente complexo, jamais poderia ser governado apenas por meio da repressão durante 21 anos. Alguma base social seria necessária para dar também uma base política para a ditadura imposta. Como já afirmamos, a forma como o conceito de “sociedade” é utilizado pela historiografia ligada ao NEC carece de aprofundamento, correndo o risco de produzir um discurso que pode corroborar com a própria memória defendida pelos militares. A nomenclatura “civil militar” para a ditadura nem é mesmo uma novidade histórica, uma vez que ela aparece já no preâmbulo do primeiro Ato Institucional em 1964 (MELO, 2024, p. 119).

Ainda sobre a questão do nome, o termo “ditadura civil-militar” aparece de forma distante em relação ao defendido por Dreifuss, que pretendia ressaltar o caráter de classe do golpe através da participação do empresariado na conspiração para derrubada de João Goulart. Apesar disso, essa nomenclatura passou a ser utilizada para demonstrar uma ideia de consenso social de aceitação em torno da ditadura, como se a sociedade fosse homogênea e sem classes (MATTOS, 2015, p. 71).

Entre as evidências desse apoio da sociedade aos militares apontados por Aarão, estão as Marchas da Família com Deus pela Liberdade que após o golpe se tornaram Marchas da Vitória; a taxa de aprovação de 82% do governo Médici conforme o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE); e o bom desempenho eleitoral da ARENA. Mas ao mesmo tempo não aborda a alta popularidade de João Goulart; a composição social das Marchas; e não interpreta o contexto de repressão em que as pesquisas do IBOPE foram realizadas (MATTOS, 2015, p. 72-73). Sobre a votação na ARENA, no capítulo 3 demonstramos como na Baixada Fluminense o seu sucesso eleitoral se deu após uma onda de interferências direta na política dos municípios, que se aprofundou com a instauração do AI-5.

Denise Rollemberg e Janaína Cordeiro não negam a influência do grande capital no golpe de Estado e na legitimação da ditadura, mas afirmam que é necessário entender a participação civil para além das elites políticas e econômicas. Diversos outros setores da sociedade devem ser compreendidos, já que as experiências desses grupos não eram baseadas apenas na rejeição à ditadura militar e tampouco participavam dessas elites. Podem ter ocorrido adesões ou resistências, mas também outras posições ainda devem ser estudadas pelo prisma de cultura política autoritária que atravessava toda a sociedade, suas elites e as camadas subalternas (ROLLEMBERG; CORDEIRO, 2021, p. 24).

O conceito de cultura política – também utilizado por Daniel Aarão do Reis e outros historiadores que seguem a mesma corrente historiográfica – é ligado ao que é chamado de “nova história política” francesa, tendo grande influência no Brasil. Sua origem não é única, mas as formulações de René Remond, que se refere à cultura política como “um poderoso revelador do *ethos* de uma nação”, e Serge Bernstein, que a define como um “sistema de representações”, possuem grande influência. Trata-se de conceito que, utilizado dessa forma, possui um caráter agregador, não dando espaço para a ideia de que a sociedade é composta por classes (MATTOS, 2014, p. 84-85).

Ao defender a existência de uma cultura política autoritária que perpassa toda a população brasileira, Rollemberg e Cordeiro excluem a possibilidade para que se possa entender a sociedade através de seus conflitos, procurando os seus pontos de conciliação e, deste modo, tratando-a de forma homogênea. Assim é possível falar de uma “memória coletiva nacional” baseada na dicotomia entre “resistência e repressão”, que é uma variação da ideia de memória hegemônica que já criticamos.

Assumir que houve formas de controle social e dominação de classe durante a ditadura empresarial-militar não significa aceitar um “maniqueísmo”¹⁰⁸. A análise feita nos capítulos anteriores demonstra algumas questões importantes para entendermos a forma como as pessoas vivenciaram períodos da ditadura empresarial-militar enquanto membros da classe trabalhadora. São componentes importantes para se entender o sentido que é dado para as lembranças reavivadas nas entrevistas realizadas para esta pesquisa.

A determinação da localização territorial, em um período de radicalização da desigualdade social, são indicativos do nível de acesso a direitos básicos. Enquanto moradores das proximidades da Fábrica da Estrela relembavam com entusiasmo sua juventude, indivíduos da localidade vizinha, o distrito de Duque de Caxias que faz divisa com Magé, enfrentavam problemas com enchentes e violência em um local com acesso limitado ao lazer. Eram obrigados a trabalhar antes da fase adulta em serviços braçais para complementar a alimentação da família. Já em Vila Inhomirim, os tempos no ginásio industrial são lembrados com nostalgia e gratidão por terem aprendido uma profissão.

Portanto, não é surpreendente que entrevistados que viviam em condições materiais distintas atribuam sentidos diferentes para lembranças do mesmo período, mesmo que residentes

¹⁰⁸ Nenhum dos autores marxistas e teóricos do populismo que citamos nos capítulos anteriores defendem que as formas de dominação são absolutas e/ou ilimitadas. Do mesmo modo, René Dreifuss mostrou que a campanha do complexo IPES/IBAD não teve sucesso em determinadas partes do país. Sobre o assunto, ler DEMIER (2014).

dentro da mesma faixa urbana e com vínculos históricos no processo de ocupação do território. Por trás das lembranças de um passado idílico em que a vida tutelada por militares era uma “idade do ouro”, podemos enxergar um desencanto com o presente aos olhos de ex-integrantes de uma família operária. Conforme Silva apontou:

Verifica-se no caso da Fábrica da Estrela, uma **dicotomia** no que se refere à oferta de todo esse complexo adicional ao trabalho. Ao mesmo tempo em que os estudiosos mencionam a oferta dessa teia de relações sociais como forma de dominação dos patrões para com os operários, também era criada uma relação de identidade entre ambos, o que minimizava o sentimento de sujeição e aumentava o sentimento de gratidão. O fato de que a direção da Fábrica, através dessa oferta e das regras impostas, supervisionava todos os momentos da vida dos operários, desde a casa até a escola, de alguma forma, é colocado em segundo plano na memória dos entrevistados (SILVA, 2016, p. 66, grifo nosso).

O objetivo deste trabalho tem sido até o momento demonstrar que essa dicotomia não existe. As lembranças do sentimento de “gratidão” se sobrepondo aos do sentimento de “sujeição” nas memórias destas pessoas não é uma negação da efetividade dos instrumentos de dominação dos patrões, mas justamente uma evidência de seu sucesso. E a existência de memórias que escapam desse tom indica os limites desse controle:

A assistência médica infelizmente era diferenciada dos outros. Eu tinha a regalia de ser filha de militar e era atendida no posto médico por médicos militares e sempre me atenderam, até na casa deles. No lazer, tinha um cinema e nós, com filhos de militares recebíamos uns vales para poder ir. Tinha o grêmio esportivo e também tínhamos a carteirinha para frequentar e, além disso, tinha o cassino só para filhos de sargentos, só de praças, e existia outro cassino para filhos de oficiais.¹⁰⁹

As lembranças da filha do sargento se deram desta maneira, pois ela fez parte de uma minoria estatística entre os entrevistados: uma mulher negra cuja família já residia em Inhomi-rim, tendo nascido na região, residindo fora da vila operária e possuindo acesso a espaços vedados para as famílias dos trabalhadores da Fábrica de Pólvora. Tal passado significou uma época de tensão que, apesar de possuir conforto material relativamente maior, abordou suas lembranças a partir de outro ponto de vista.

Seu pai era um militar lotado na Fábrica, que em determinados momentos também atuou na repressão às greves nas fábricas de tecido, como demonstramos no capítulo 2. Apesar de ter vivido no mesmo período e frequentado os mesmos lugares, sua fala apresenta um tom mais crítico à ditadura empresarial-militar. O “paraíso” e a exaltação a toda a estrutura assistencial da Fábrica estão ausentes, mas enquanto filha de militar, provavelmente teve uma infância e uma juventude com um conforto material maior que os filhos de operários e funcionários civis,

¹⁰⁹ COSTA, R. R. S. C, Op. Cit.

mesmo morando fora da vila operária. Além disso, houve o impacto do episódio em que foi transferida para outro estado às pressas e que seu pai nunca lhe esclareceu, mesmo anos depois.

O período da ditadura empresarial-militar representou uma época de tensões dentro do grupo familiar: o pai dormindo fardado e de prontidão para sair no meio da noite para reprimir grevistas; a viagem às pressas para outro estado e a negativa diante do pedido de explicação anos depois expressa na frase “não me pergunta nunca mais sobre isso”; a percepção de que existiam pessoas com raiva de sua família. São acontecimentos que deram um caráter negativo para a memória da relação com os militares. Enquanto os filhos de civis se lembram de uma comunidade em que civis e militares se respeitavam e tinham acesso aos mesmos serviços, ela se lembra da desigualdade nesse acesso. Se eles falam de forma elogiosa das rondas de soldados, ela se lembra do pai agindo na repressão. Essas discordâncias vão para além do factual e partem para a construção do que à época significou para suas vidas, para a região e para o país.

4.2 Política, cooptação, coerção e memória

Conforme debatido até o momento, foi possível perceber a presença do mecanismo de cooptação e coerção, que também citamos no segundo capítulo. No capítulo 3 remontamos a forma como a política institucional das cidades da Baixada Fluminense sofreu intervenção dos militares. Petebistas e pecebistas foram perseguidos e cassados e interventores foram nomeados para o Poder Executivo em mais uma localidade, sendo que Duque de Caxias se tornou Área de Segurança Nacional. Neste processo novos atores políticos, alinhados com a ditadura, por oportunismo ou adesão, surgiram no cenário eleitoral local através da ARENA, fazendo com que suas famílias tivessem forte influência nos municípios até a atualidade, como os Cozzolinos em Magé.

Defendemos que as pessoas que viveram em Inhomirim e no terceiro distrito de Duque de Caxias experimentaram diferentes condições materiais de vida, o que teve um papel importante em suas lembranças do período. Porém, todas também viveram os efeitos da intervenção da ditadura empresarial militar na política destas cidades, assim como as consequências das mudanças que ocorreram. No atual ponto, consideramos que são igualmente inegáveis a existência de mecanismo de coerção e cooptação política em diferentes níveis. Acreditamos que o conceito de *bonapartismo*, presente em estudos que pretendem interpretar a atuação do estado no capitalismo, poderá ser útil em nosso debate. Segundo Demier,

o bonapartismo se constituiria essencialmente em um “regime da ‘paz civil’” assentado “sobre uma ditadura policial-militar”. Tendo como missão última salvaguardar a propriedade capitalista diante da ameaça proletária – e nesse aspecto mais genérico se equivale tanto ao fascismo como à democracia burguesa –, seu procedimento político seria o de, por intermédio de um encorpado e relativamente autônomo aparelho de Estado, impedir justamente a eclosão dessa cruenta guerra civil apregoada pelo fascismo, poupando a sociedade burguesa de fortes e perigosas convulsões internas. (DEMIER, 2017, p. 77)

O regime bonapartista, deste modo, surge como uma válvula de escape para a preservação do capitalismo no momento de crise hegemônica, de modo que o Estado atua de forma relativamente autônoma sobre as classes dominantes, que se encontram momentaneamente divididas. A ditadura bonapartista resolve essa crise cooptando e reprimindo as classes dominadas, inclusive sufocando alguns dos ideais da pequena burguesia, uma de suas bases de apoio (SOUZA, 2016, 144-146). A caracterização da ditadura empresarial-militar como um regime bonapartista é feita por Renato Lemos da seguinte forma:

Sua vinculação prioritária ao grande capital multinacional e associado; a grande autonomia do Estado militarizado em relação aos interesses particulares das frações das classes dominantes, em face dos quais, quando em conflito, exerce o papel de árbitro; a preeminência, no interior do Executivo hipertrofiado, do aparato repressivo policial-militar; a pretensão à legitimidade com base em um projeto democrático-modernizante-conservador. (LEMO, 2014, p. 129 apud DEMIER, 2017, p. 86)

Essa “paz civil” se reflete nesse jogo de coerção e cooptação que comentamos e que nada de tem “maniqueísta”. A dose com que o regime reprimiu ou procurou legitimação e adesão variou conforme o tempo e o espaço, atingindo resultados diferentes em classes sociais distintas. A intervenção na institucionalidade nacional e regional e pela repressão política aos trabalhadores, combinada com a piora das condições de trabalho e o favorecimento do grande capital, deixaram marcas profundas também na memória social.

Formas de adesão, resistência, indiferença ou coexistência com a ditadura empresarial-militar não são reflexos de uma característica ontológica da sociedade brasileira, como a ideia de cultura política nacional autoritária pretende sugerir. São fenômenos historicamente construídos e que envolvem o próprio desenvolvimento capitalista no Brasil. Sob o comando de uma burguesia que aceita o seu papel periférico no sistema mundial e que possui tendências autoritárias, qualquer manifestação de vontade popular sempre foi duramente reprimida, principalmente após 1964. Iremos debater os impactos culturais desse esquema.

4.3 Hegemonia e controle: limites e permanências

Durante a ditadura, a produção do mercado cultural atingiu um nível inédito de alcance e de volume. É nesta época que os grandes conglomerados de mídia tomam forma: ocorre uma grande expansão da imprensa e das redes televisão. A integração era um dos elementos da Doutrina de Segurança Nacional e a cultura era entendida como o “cimento” de solidariedade orgânica que traria o senso de comunidade para a nação. Desse modo, o Estado deveria ter um papel ativo sobre a cultura, não sendo apenas um agente repressor. É por esse motivo que surgem diversos agências e instituições estatais que visavam traçar políticas culturais e criar uma estrutura de circulação para essa indústria. Entre esses órgãos podemos citar a EMBRAFILME¹¹⁰, A EMBRATUR¹¹¹, o Ministério da Telecomunicações, a TELEBRÁS¹¹², o Conselho Federal de Cultura, a FUNARTE¹¹³, entre outros. Além disso, após 1964 o Estado se empenhou em normatizar a esfera cultural, criando uma série de leis, decretos e regulamentos regulando a produção e distribuição de bens culturais, e regulamentando profissionalmente as profissões do setor (ORTIZ, 1985, p.79-88).

A televisão tem local de destaque, com o Estado construindo toda a estrutura de telecomunicações pra ser explorada posteriormente pelos grandes empresários do ramo. A telecomunicação, de acordo com os manuais da DSN, é um importante instrumento de “controle ideológico e político” (ORTIZ, 1985, p. 88). A capilaridade da televisão, em meados da década de 1970 já era sentido até em áreas mais precarizadas, como Imbariê, que poucos anos antes nem mesmo possuía luz elétrica:

Na época não tinha luz e a passou a partir de 70 aquela área a ter luz. Então quem tinha condições comprou televisão. A televisão começou a aparece naquela época. A primeira casa que tinha televisão, parecia assim [...] Botava a televisão aqui e ficava uma galerão na sua sala. “Vou lá pra casa de fulano porque ele tem televisão”. As novelas, ninguém queria perder. [...] Mas telefone demorou pra caramba pra chegar pra gente¹¹⁴.

O entrevistado associa a chegada da luz elétrica com a televisão. A televisão, com suas novelas e telejornais, passou a fazer parte do cotidiano das pessoas e, devido as características

¹¹⁰ Empresa Brasileira de Filmes S.A

¹¹¹ Empresa Brasileira de Turismo.

¹¹² Telecomunicações Brasileiras S.A.

¹¹³ Fundação Nacional de Artes.

¹¹⁴ RAMOS, Op. Cit.

da desigualdade social e econômica do período, ato de assistir a um programa se tornou uma atividade comunitária.

Nesse contexto de expansão da estrutura de telecomunicações e a popularização da televisão, o governo Médici reformulou em 1969 um órgão de comunicação que havia sido criada pelo general Costa e Silva, seu antecessor. Trata-se da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) (SCHWARCZ; STARLING, 2016, p. 454). Durante esse período, a assessoria foi chefiada pelo general Octavio Costa e se aproveitou do momento de crescimento econômico, baixos preços de petróleo e investimentos de capitais estrangeiros, principalmente os norte-americanos (FICO, 1997, p. 92).

A propaganda feita pela AERP era criativa, não tinha nada de chapa-branca nem ostentava os sinais típicos do marketing político. As peças falam em otimismo, orgulho e grandeza nacional; celebravam a diversidade e a integração racial brasileira; afirmavam harmonia social, e embalavam tudo isso em filmes curtos, com narração direta, imagens bem cuidadas e um arremate musical que grudava na lembrança do espectador (SCHWARCZ; STARLING, 2016, p. 454).

A AERP criou peças de propaganda que foram veiculadas pela televisão e que exaltavam as grandes construções e obras do governo militar, fortalecendo assim o discurso do “milagre econômico” do governo do general Emílio Garrastazu Médici em sua busca por consentimento e adesão por parte da população (SCHWARCZ; STARLING, 2016, p. 453-454).

O alcance de toda essa de propaganda estatal não é absoluto, apesar das pretensões da própria ditadura. A tentativa de criar um clima de otimismo econômico no contexto em que a classe trabalhadora sofria um verdadeiro arrocho e a desigualdade social disparava, teve diferentes níveis de sucesso de acordo com as condições de vida encontradas em determinadas localidades.

Portanto, ao trazermos conceitos para analisarmos às experiências vividas pelas pessoas – e no caso do presente trabalho, como elas se lembram dessas experiências – os fenômenos sociais não devem ser tratados ou reduzidos de forma isolada. A consequência é o social ser tratado por formas fixas, logo abstratas, que não dão conta das sutis tensões e articulações que envolvem a consciência. Conforme Raymond Williams

Há uma tensão frequente entre a interpretação recebida e a experiência prática. Quando essa tensão é direta e explícita, ou quando existe uma interpretação alternativa, estamos ainda dentro de uma dimensão de formas relativamente fixas. Mas a tensão é, frequentemente um constrangimento, uma tensão, um deslocamento, uma latência: o momento de comparação consciente ainda não chegou e por vezes não está nem mesmo chegando. E a comparação não é, de modo algum, o único processo, embora seja poderoso e importante. Há as experiências de que as formas fixas não falam absolutamente, e que na verdade não reconhecem. (WILLIAMS, 1979, p. 132)

Conceitos como “sociedade”, “cultura política autoritária”, “resistência” ou “adesão”, podem ter relativo poder de explicação para fenômenos que apresentam uma tensão “direta e explícita”. O clima de festividades e otimismo que a propaganda do governo Médici buscou, com apoio da imprensa e de associações civis, contrasta com a repressão e violência praticada contra organizações de esquerda e pessoas que fossem identificadas com esses grupos. Interpretações que tendem a cristalizar a análise, podem se favorecer metodologicamente dessas formas fixas. Porém, aos deslocarmos o foco para elementos que ainda estão em elaboração no campo social, se perde poder de explicação.

A consciência prática é quase sempre diferente da consciência oficial, e isso não é apenas uma questão de liberdade relativa ou controle. A consciência prática é aquilo que está sendo realmente vivido, e não apenas aquilo que acreditamos estar sendo vivido. Não obstante, a alternativa real às formas fixas recebidas e produzidas não é o silêncio: não a ausência, o inconsciente, que a cultura burguesa mitificou. **É um tipo de sentimento e pensamento que é realmente social e material, mas em fases embrionárias, antes de se tornar uma troca plenamente articulada e definida. Suas relações com o que já está articulado e definido são, então, excepcionalmente complexas.** (WILLIAMS, 1979, p. 133, grifo nosso)

Williams defende que pensamento e sentimento não são elementos antagônicos, e possuem materialidade no campo social, compondo uma *estrutura de sentimentos* definida como “experiências sociais em solução” com relações internas e marcadas por tensões (WILLIAMS, 1979). Estamos tratando de relações da consciência prática que, através do pensamento, produzem sentido para as experiências vividas. Tais sentidos, por sua vez, se relacionam de forma complexa com o que já definido no terreno da consciência social. Portanto, a noção de movimento deve ser considerada ao trazermos a categoria de *hegemonia*, que na obra de Williams, fortemente influenciada pelo pensador e militante comunista Antonio Gramsci, é entendida como processo.

Hegemonia não deve ser compreendida enquanto estrutura ou um sistema, sob o risco de que se torne um conceito abstrato. As formas culturais e políticas alternativas presentes na sociedade de classes, assim como a existência das oposições e lutas de resistências, são indicações do que o processo hegemônico tenta controlar. Existem limites entre o que pode ser uma alternativa à hegemonia e o que foi cooptado por este processo. Ao mesmo tempo, tipos de contraculturas que não rompem totalmente com esses limites, ainda assim podem produzir rompimentos parciais de grande importância (WILLIAMS, 1979, p. 116-117).

Em um regime com elementos bonapartistas, como a ditadura empresarial-militar, o processo hegemônico de busca pela “paz civil” alcançou grandes avanços. No entanto, entendê-

los como absolutos é um equívoco tão grande quanto ignorar os seus efeitos na sociedade brasileira. A ideia de estrutura de sentimentos é o que explica o surgimento de novidades no campo do pensamento e dos sentidos. Esses aspectos sutis e ordinários da vida social podem parecer frágeis para influenciar o processo social, mas é justamente neles em que a ação ocorre (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2020, p.5).

Uma das formas utilizadas pelo governo Médici de avançar na sua legitimação, como demonstramos nos capítulos anteriores, foram as referências a um passado mítico que incluiria a “revolução” como ápice desse processo histórico. Daí a importância das comemorações do sesquicentenário da Independência do Brasil e o papel atribuído ao IHGB, como apontamos no capítulo 3. Conforme Williams, heranças do passado são trazidas para dentro da cultura dominante como formas de dar suporte ao *status quo* ou evitar que ele seja contestado. Esse passado é relido dentro pensamento hegemônico, controlando a forma como elementos culturais residuais são absorvidos (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2020, p. 13). Neste caso, a memória da independência do Brasil, que não deixa de ser um elemento da cultura, foi abertamente instrumentalizada pelo processo de hegemonia.

Comentamos no capítulo 3 que as festividades do sesquicentenário tiveram reflexos em terras mageenses, com a publicação de um livro sobre a Fábrica da Estrela, do autor Renato Peixoto dos Santos em parceria com o prefeito eleito pela ARENA em 1972. O livro, que dedica uma boa parte de suas páginas à própria história mageense, relacionando fábrica e município, também é uma apropriação do passado mítico como instrumento de legitimação. Em uma região em que a política institucional estava dominada pelo partido de apoio à ditadura, seguir o diapasão do governo federal seria uma escolha apropriada.

A Fábrica da Estrela com suas vilas operárias acabou por constituir-se como um espaço em que os instrumentos hegemônicos funcionassem de forma focalizada. Os trabalhadores e suas famílias viviam em constante contato com os militares, em uma rotina marcada pela hierarquia, mas também pelo fornecimento de serviços básicos de saúde, lazer e educação. O perfil dos operários era principalmente de migrantes de outras regiões do estado do Rio de Janeiro e do país. Todos os entrevistados que residiram nas vilas operárias eram homens brancos que nasceram em outras regiões e foram para Magé ainda crianças, vivendo nas cercanias de Inhomirim até a fase adulta. Também eram filhos de operários e alguns chegaram a trabalhar na Fábrica da Estrela na vida adulta. Estudaram no ginásio industrial controlado pelos Exército e aprenderam um ofício. Frequentaram o clube e aguardavam ansiosamente as festividades de

aniversário da Fábrica no mês de maio. A memória deste grupo possui determinados padrões que são elogiosos ao período da ditadura empresarial-militar.

As memórias dessas pessoas nos trazem ao menos duas questões que se relacionam, apesar de operarem por mecanismo distintos. A primeira são as próprias experiências de vida naquele período. As condições materiais experimentadas em um forte ambiente de controle e cooptação produziram uma construção de sentidos fortemente alinhados com a cultura dominante, demonstrando grandes avanços do processo hegemônico. *Cultura* aqui é entendida dentro da elaboração de Raymond Williams, ou seja, a cultura é “a síntese da economia, da política e da sociedade”, evitando a separação clássica entre “infraestrutura econômica e a superestrutura jurídico-político-ideológica” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2020, p. 5).

A outra questão é o caráter pouco rigoroso da memória, que foi levado em conta durante todo este trabalho. Enzo Traverso nos alerta que a memória não deve ser tornada um prisma normativo da escrita da história e o historiador deve assinalar suas contradições e armadilhas, tendo como tarefa a “inscrição dessa singularidade da experiência vivida num contexto histórico global, tentando esclarecer as causas, as condições, as estruturas, a dinâmica de conjunto”. A memória é experiência vivida, possuindo caráter subjetivo e singular. O relato é a verdade da testemunha construída e filtrada por novos conhecimentos do presente. A História deve tratar a memória como um dos seus objetos de análise do passado que permitem trazer singularidade para a sua escrita – como tem sido feito nesta dissertação. Porém, a distância entre ambas deve ser mantida, evitando “curtos circuitos” que tornem a memória a norma para a produção historiográfica (TRAVERSO, 2015, p. 22-27).

Sendo assim, o tempo presente faz parte da rememoração das experiências do passado, trazendo novos elementos que se articulam com elementos antigos, ressignificando ou fortalecendo lembranças e os seus sentidos. As entrevistas foram realizadas durante e após o governo de Jair Bolsonaro. O *bolsonarismo* é um fenômeno político de caráter neofascista que tem a memória positivada da ditadura como uma de suas principais chaves ideológicas. As ideologias fascistas recorrem constantemente a um passado mítico e idealizado, que no caso do bolsonarismo corresponderia à ditadura militar, “invocada como um momento em que um governo forte, respaldado pelos interesses do povo/da nação/da sociedade, garantiu a ordem e a prosperidade” (MATTOS, 2024, p. 79-80).

Essas duas questões nos levam a uma terceira: até que ponto a memória elogiosa da ditadura empresarial-militar seria fruto da cultura dominante da ditadura ou seria resultado da influência da atual presença do bolsonarismo no cenário político? Com o acúmulo que temos

até o momento, podemos argumentar que a vivência nas cercanias da Fábrica da Estrela não deixou grandes espaços para o aparecimento de uma estrutura de sentimentos marcada por relações sutis entre pensamento e sentimentos. Não estamos afirmando que ocorreu uma dominação total. Os comentários sobre as explosões e a crítica de uma filha de militar mostram que mesmo em um espaço tão privilegiado para os instrumentos de hegemonia, ocorreram tensões, mesmo que isso não tenha resultado em alguma proposta de contestação direta à ditadura empresarial-militar.

Por outro lado, seria temerário afirmar que o bolsonarismo, por si só, foi o responsável pela memória elogiosa da ditadura. Acreditamos que a persistência dessa memória, que não é exclusiva dos antigos trabalhadores e moradores de Inhomirim, além de servir como base para o neofascismo, também tenha sido alimentada e hipertrofiada pelo próprio bolsonarismo. Alguns entrevistados, ao lidar diretamente com um historiador que estava interessado em suas lembranças, muitas vezes se portaram como se tentassem provar um determinado ponto, de forma nem sempre sutil. Esse fato se tornou inevitavelmente mais uma pressão do presente sobre o ato de rememorar o período. Porém, longe das zonas de maiores tensões, no cotidiano e nas atividades que estavam em segundo plano do discurso, acreditamos que tenhamos conseguido captar no relato, enquanto verdade da testemunha, um sentido realmente nostálgico e positivado da ditadura.

No terceiro distrito de Duque de Caxias, pessoas que viveram e moraram nas cercanias do bairro de Imbariê lembram do período da ditadura pelas dificuldades materiais enfrentadas. No entanto, todos estes problemas não são associados à ditadura:

Esse negócio de tempo da ditadura militar... Também nem me liguei nisso. Eu só prestava atenção em não andar sem documento, pra não tomar uma vadiagem, se fosse tivesse sem documento com carteira assinada. Então andava sempre com documento. Eu ando até hoje e a carteira também assinada no bolso. Pegou sem nada, vadiagem e ia preso¹¹⁵.

Apesar de todos os relatos sobre violência e precariedade, o governo dos militares é lembrando com uma aparente indiferença e uma quase convivência com a exigência de que o cidadão deveria andar sempre com seus documentos para não ser enquadrado na lei da vadiagem¹¹⁶ – algo que foi lembrado por muitos dos entrevistados nesta pesquisa e também aparece

¹¹⁵ OLIVEIRA (2024).

¹¹⁶ Referência ao artigo 59 do Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, também conhecido como “Lei das Contravenções Penais”, ainda em vigor. Segundo o texto do artigo, é considerado contravenção “entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita” e sujeito a pena de prisão de quinze

no trabalho de Silva (2016). Porém, é preciso atentarmos para fora do campo das aparências, que poderiam nos levar para uma anedótica conclusão de que estamos diante de uma evidência de apoio à ditadura empresarial-militar. Aproximando-se do final da entrevista, a mesma pessoa que relatou inúmeros episódios de violência e que alegava não se “ligar” com o assunto da ditadura, afirma que “esse papo de homicídio, essas coisas, não interessa a sua pesquisa, não tem nada a ver¹¹⁷”. A negação da importância dos seus próprios relatos e a desconexão com a participação da ditadura na violência que testemunhou, nos encaminham para dois apontamentos.

O primeiro é a natureza traumática destas memórias, talvez a mais aguda neste aspecto entre as lembranças analisadas neste trabalho. Ao negar a relevância da violência, o entrevistado reafirmou o peso que ela teve na sociabilidade de todo o território¹¹⁸. Em segundo lugar, a isenção da ditadura em todo esse processo demonstra o sucesso do processo hegemônico. Se nesta região ele não teve o mesmo efeito que em Inhomirim, onde surge uma memória positivada da ditadura militar, ao menos foi proporcionada uma conveniente indiferença.

A experiência de vida dessas pessoas foi marcada pela necessidade de trabalhar cedo em serviços braçais e enfrentar condições precárias de moradia. E isso ocorreu no contexto em que as esquerdas haviam sofrido uma dura repressão e foram retiradas do cenário político, e junto com elas as propostas de projetos alternativos de sociedade. Todo o esforço de repressão política e controle social fizeram parte de uma busca pela hegemonia cultural. Entender que existiram limites e efeitos em variados níveis, não é o mesmo que negar sua influência.

4.4 O fim: A criação da IMBEL

Nos relatos é possível perceber a diminuição da presença do Exército nas ruas de Inhomirim a partir do final da ditadura e, com isso, a piora na sensação de segurança e de apoio social. O colapso do esquema fábrica com vila operária acompanhava a decadência da indústria têxtil em Magé e no Brasil em meados dos anos 1970 e, ainda no Governo Geisel, a indústria

dias a três meses. Apesar disso, o artigo não é mais aplicado de forma ampla após 1988, devido ao seu caráter inconstitucional.

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ Ressaltamos aqui que a tese central do trabalho de José Cláudio Alves (2020) é o uso da violência como base do exercício do poder na Baixada Fluminense.

bélica brasileira sofreria uma reforma com a criação da empresa estatal Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, através da Lei 6.227 de 1975. A IMBEL responderia pela Fábrica da Estrela e outros quatro complexos fabris de propriedade do Exército nos Estados de Minas Gerais e São Paulo (DELLAGNEZZE, 2008, p. 23).

O governo Geisel rompeu os acordos militares com os Estados Unidos enquanto

o Chefe de Estado Maior do Exército, General Fritz de Azevedo Manso anunciou que o Exército iria, daí por diante, partir para uma política de reequipamento baseada, tanto quanto possível, em material produzido no Brasil (BARROS, 1987, p. 97).

A indústria bélica era claramente um dos setores escolhidos para estar sob o protecionismo da nova política econômica adotada após a Crise do Petróleo de 1973 e a ressaca do “milagre econômico” tão festejado durante o governo Médici. Até então, o Exército adotava um modelo de fornecimento de suprimentos e equipamentos com maior descentralização em comparação com a Marinha e a Força Aérea, que por suas especificidades requerem maior coordenação (BARROS, 1987, p. 96). As indústrias privadas que se tornam fornecedoras a partir deste ponto se desenvolveram sem a necessidade de uma direção estratégica por parte do Exército e coexistindo com o modelo estatal de produção bélica. É neste contexto que a IMBEL é criada em 1975, agrupando em uma única empresa estatal as fábricas militares, entre elas a Fábrica da Estrela, na tentativa de adaptá-las às exigências de eficiência e gestão capitalista da nova realidade que a indústria bélica nacional atravessava. Um sintoma destes novos tempos, após o insucesso da IMBEL no comércio internacional, é a demissão de um general do comando da estatal e a nomeação de um civil para seu lugar, o engenheiro José Luiz Whitaker Ribeiro que também era presidente da Engenheiros Especializados S.A (ENGESA)¹¹⁹, que foi a principal empresas de material bélico do país durante a década de 1980.

No aspecto local, essa mudança estrutural refletiria na relação da Fábrica da Estrela com a população do distrito de Vila Inhomirim e ocorreria durante a crise do setor têxtil no município, conforme discutido no capítulo anterior. A vila operária ainda se encontra de pé e a IMBEL ainda oferece moradia aos seus funcionários enquanto permanecerem no posto (MOREIRA, 2005, p.61). No entanto, assim como em outras vilas operárias, o posto médico e as escolas foram transferidos para administração municipal ou estadual, enquanto equipamentos de lazer, como o grêmio recreativo e o cinema, foram destruídos ou abandonados. Do mesmo

¹¹⁹ Sobre a trajetória da indústria de material bélico nacional a partir do governo Geisel e o papel da ENGESA, recomendamos o trabalho de Azevedo (2020) e, principalmente, de Ponce (2022). No entanto, consideramos que ainda falta uma pesquisa que debata de forma minuciosa a relação promíscua entre os empresários da indústria bélica nacional e a IMBEL.

modo, a presença do Exército nas ruas é mínima e o patrulhamento ostensivo na região encontra-se sob responsabilidade da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. É possível perceber um desmonte de toda a estrutura de serviço público da Fábrica que coincide com dois fatores.

O primeiro é o esfriamento do “milagre econômico” e a nova política econômica adotada no governo Geisel, gerando o segundo fator, que é a tentativa de desenvolver uma indústria bélica nacional capaz de atender as demandas do Exército e competir no mercado internacional capitalista. Em segundo lugar, essas mudanças ocorrem em um momento de crise na indústria têxtil nacional e no esquema fábrica com vila operária. Por exemplo, a Fábrica Pau Grande, também localizada em Inhomirim, pertenceu à Companhia América Fabril até o seu pedido de concordata, encerrando suas atividades em 1971 (RIBEIRO, 2015, p. 262).

Esse início de mudança, que significou concomitantemente um fim da assistência da fábrica e quebra da hierarquia que regulava a relação entre militares e moradores, pôde ser captado em um dos relatos:

Olha, mudou muita coisa [com a criação da IMBEL]. As festividades se acabaram. A questão da segurança foi largada de lado, praticamente. A população sempre aumentando, começaram as invasões na Raiz da Serra, porque não havia fiscalização por parte da IMBEL igual havia antigamente. Na minha época de criança, quando fui morar na Raiz da Serra, por exemplo, se nós arrumássemos uma casa para morar e fôssemos para uma casa melhor na vila, aquela casa que nós deixamos para trás, entrava outro morador da Fábrica, não era invadida por uma pessoa estranha¹²⁰.

A fundação da IMBEL e o desmonte de todo o aparato que a Fábrica da Estrela mantinha – que não conseguimos aferir se foi gradual ou repentino – ocorreram durante a ditadura empresarial-militar. Porém, na memória positivada que analisamos, o fim de todo o esquema mantido pelo Exército foi consequência da volta do poder para os civis e a saída dos militares dos holofotes da cena política nacional.

Por fim, voltamos mais uma vez para ideia de estrutura de sentimentos proposta por Raymond Williams. Ao analisar obras literárias, seria possível perceber a possibilidade do surgimento de mudanças na sociedade, escapando das imposições da ideologia oficial. A sua noção de cultura, que tem uma elaboração ampla e relacional, como já demonstramos algumas páginas atrás, seria o local da luta política. Ao estudar manifestações culturais, como a literatura, o investigador conseguiria perceber o surgimento de estruturas alternativas nas novas gerações (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2020, p. 6).

¹²⁰ MARTINS, Op. cit.

Portanto, a estrutura de sentimentos tem um caráter embrionário, e as tensões sutis entre pensamento e sentido, por não serem ainda estabelecidas, podem ser disputadas. Essa elaboração de Williams é claramente virada para o futuro. Porém, ao aplicarmos seus conceitos e métodos neste trabalho de cunho histórico, encaramos a memória como uma manifestação cultural. E na análise percebemos que houve, tanto nas lembranças quanto na experiência vivida, uma disputa por essas estruturas que ainda se formavam. E do otimismo de Williams podemos compartilhar apenas que a derrota na luta por novas alternativas não foi total, e jamais poderia ser.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação a diferenças da localização espacial das pessoas entrevistadas dentro de uma mesma região demonstrou ser um fator que teve um grande peso nas formas como as experiências foram vividas e como os anos da ditadura empresarial-militar são lembrados. Portanto, o esforço empreendido para caracterizar o município de Magé dentro dos limites do que se entende por Baixada Fluminense nos possibilitou debater como processos políticos, econômicos e sociais que ocorreram em escala nacional e regional atingiram a cidade. Deste modo, situar historicamente o território mageense, mesmo que de forma resumida, se entrelaçando com a trajetória histórica da Fábrica da Estrela foi uma forma de apontar como uma observação a partir do local pode nos trazer luz para questões nacionais.

A política local sentiu os efeitos do golpe de 1964, o que causou uma onda de cassações contra prefeitos e vereadores identificados com a esquerda e/ou com o PTB. Assim como em outras cidades da Baixada, muitas vezes essas perseguições também foram motivadas por oportunismo, resultando na ascensão de novos personagens no comando do poder executivo e nas casas legislativas. Muito destes políticos, que também eram empresários que possuíam negócios locais, se associaram à ARENA e possuíam diferentes níveis de ligação com militares e agente da repressão. Suas famílias passaram a agir como verdadeiras dinastias no comando dos municípios que dura até os dias atuais. Em Magé os Cozzolinos assumiram este papel. Não foram encontradas evidências de que a família esteve envolvida com o jogo do bicho e não há registros de algum de seus integrantes atuando como financiadores de escolas de samba ou clubes de futebol. Por outro lado, é uma das famílias que melhor exercem o seu poder em nível local e com maior capacidade de renovação de seus representantes nas esferas da política institucional.

A documentação relativa à Fábrica da Estrela não foi abundante e não nos forneceu dados qualitativos típicos de uma instalação fabril, como o número de funcionários alocados. Por outro lado, ela nos permitiu cruzar os relatos de alguns eventos, como as explosões, com o que foi fornecido em outras fontes, como a imprensa e a memória dos trabalhadores e moradores. Os relatos orais, aliás, foram as fontes que permitiu realizarmos grandes avanços na investigação sobre a interação entre civis e militares na região, assim como as formas de controle social empreendidas.

No capítulo final deste trabalho conseguimos perceber a memória enquanto furto processo hegemônico de controle ideológico da ditadura empresarial-militar. Mesmo assumindo

os limites e as contradições dessa premissa, acreditamos que foi possível problematizar a formação de memórias positivadas e/ou indiferentes sobre o período, sem recorrer à essencialismos sobre a cultura da sociedade brasileira, como prefere certa historiografia.

Por fim, o debate sobre a memória da ditadura esteve entre os principais objetivos desta dissertação e o caminho escolhido, uma análise feita a partir de um recorte local específico, também teve como efeito uma contribuição para a história da Baixada Fluminense e da cidade Magé, principalmente considerando o recorte temporal definido. Por limitações do escopo desta obra, alguns temas que foram abordados não puderam ser aprofundados, mas podem ser desenvolvidos em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

Entrevistas

ALVARENGA, G. T. Entrevista. Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Costa em 19 de setembro de 2021.

COSTA, R. C. Entrevista. Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Costa em 8 de agosto de 2021.

COSTA, R. R. S. C. Entrevista. Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Costa em 8 de agosto de 2021.

MARTINS, F, R. Entrevista. Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Costa em 11 de setembro de 2021.

OLIVEIRA, G. M. Entrevista. Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Costa com auxílio de Vitor Teles da Silva Ramos em 01 de junho de 2024.

PACHECO, H. Entrevista. Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Costa em 19 de setembro de 2021.

RAMOS, E. S. Entrevista. Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Costa com auxílio de Vitor Teles da Silva Ramos em 01 de junho de 2024.

Documentos Oficiais

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório. V. 1.** Brasília: CNV, 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. **Deliberação nº 588, de 14 de março de 1960.** [S. l.], 28 mar. 1960.

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. **Deliberação nº 596, de 28 de março de 1960.** [S. l.], 28 mar. 1960.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade.** Brasília, 2014. v. 1.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. **Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé.** Rio de Janeiro, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro, 1959. 22 v.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Magé: História & Fotos.** V4.6.62. [S. l.]: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/mage/historico>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Fábrica da Estrela. **Livro de Registro Histórico.** [S. l.: s. n.], 1951-1976.

Imprensa

OS HORRORES de Magé. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano V, n. 5, p. 1, 05 jan. 1895.

OS HORRORES de Magé. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano V, n. 6, p. 2, 06 jan. 1895.

OS HORRORES de Magé. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano V, n. 2, p. 1, 11 jan. 1895.

OS HORRORES de Magé. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano V, n. 7, p. 1, 07 jan. 1895.

NORMALIZADA a vida em Imbariê. **Luta Democrática**, Rio de Janeiro, p. 5, 4 nov. 1959.

Bibliografia

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O Regime Militar em festa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013. 354p.

ALONSO, José Inaldo. **Notas Para a História de Magé**. Niterói: Editora do Autor, 2000.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense**. 1. ed. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.

_____. **Dos Barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense**. 2ª. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

_____. Da Ditadura Militar ao Neoliberalismo: o poder e a violência na história da Baixada. In: SALLES, Jean; FORTES, Alexandre (org.). **A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar: Movimentos Sociais, Repressão e Poder Local**. 2ª. ed. rev. Salvador: Sagga, 2022. p. 19-38.

AZEVEDO, Emanuel Silva de. **Engesa do milagre ao livre comércio, os percursos de uma empresa na periferia do capitalismo**. Orientador: Sydenham Lourenço Neto. 2020. 113 p. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil – 1961-1964**. 8ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964 - Visões Críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2016. Cap. 7. p. 103-122.

BARROS, Alexandre. O Modelo da Indústria Bélica Brasileira: História e Implicações. In: OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de (org.). **Militares: Pensamento e Ação Política**. 1ª. ed. Campinas: Papirus, 1987. p. 87-102.

BARROS SILVA, Ana Beatriz Barros. Brasil, o “campeão mundial de acidentes de trabalho”: controle social, exploração e prevencionismo durante a ditadura empresarial-militar brasileira. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 7, p. 151-173, 2015.

BATISTA, Allofs Daniel. Onze prefeitos em onze anos: das vitórias do MDB à hegemonia arenista - 1964/1975. In: SALLES, Jean; FORTES, Alexandre (org.). **A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar: Movimentos Sociais, Repressão e Poder Local**. 2ª. ed. rev. Salvador: Sagga, 2022. p. 138-163.

BEZERRA, Luiz Anselmo. Interferência militar e poder familiar em Nilópolis. In: SALLES, Jean; FORTES, Alexandre (org.). **A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar: Movimentos Sociais, Repressão e Poder Local**. 2ª. ed. rev. Salvador: Sagga, 2022. p. 164-192

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos**. Brasília: Ipea, 1999. (Texto para Discussão, n. 621).

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais**: As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. 1. ed. Rio de Janeiro: Eduff, 2017. 444 p.

CAMPOS, Pedro Henrique; BEZERRA, Luiz Anselmo. Contravenção, negócios e ditadura: a expansão econômica do jogo do bicho durante o regime empresarial-militar brasileiro. **Germinar: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 16, n. 1, p. 536-556, 2024.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. **O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar**: 1964-1985. Orientador: Maria Paula Nascimento Araujo. 2008. 185 p. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CAETANO NETTO, A. Guerra revolucionária: a influência francesa na doutrina de contra insurreição do exército brasileiro - 1959-1975. **Revista Ars Histórica**, v. 17, p. 37-57, 2018.

CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. **Liberalização e tutela militar**: o governo Geisel. 1.ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, v.22,n.43, jan.jun 2009.

COSTA, Rodrigo de Souza. Os elementos conservadores do autoritarismo na Ditadura Militar (1964-1985). **Temporalidades**. Belo Horizonte, v. 15, p. 553-573, 2024.

_____. Fábrica da Estrela: explosões, memórias e apagamentos. **Revista Pilares da História**, Duque de Caxias, v. 22, p. 49-57, 2023.

DOMINGOS NETO, M. Influência estrangeira e luta interna no Exército. In: Alain Rouquié. (Org.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1992, v. , p. 43-70.

DELLAGNEZZE, René. **200 anos da Indústria de Defesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2008.

DELLAMORE, Carolina. (Re)compondo memórias de um Operário Padrão durante a ditadura militar. In: AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália; DELLAMORE, Carolina. (Org.). **A ditadura aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro**. São Paulo/SP: Letra e Voz, 2017, p. 107-128.

DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel ; BATISTA, Natália . Introdução: Por uma história social das memórias da ditadura. In: AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália; DELLAMORE, Carolina. (Org.). **A ditadura aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro**. São Paulo: Letra e Voz, 2017, v. 1, p. 15-25.

DEMIER, Felipe Abranches. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. In: Demian Bezerra de Melo. (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 125-156.

_____. Da ditadura bonapartista à democracia blindada, in MATTOS, Marcelo Badaró, **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 67-101, 2017.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE-PLON, Leneide. **A tortura como arma de guerra: Da Argélia ao Brasil: Como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado**. Editora José Olympio, 2016.

ESTEVEZ, Alessandra; SOUZA, Eliana Gonçalves; REIS, Stella Mendes de Castro. Além da fábrica: os impactos do Golpe de 1964 para as famílias operárias no sul fluminense. In: Alejandra Estevez. (Org.). **Lembrar é Agir: memória, verdade e direitos humanos**. 1ed. Belo Horizonte: Letra e Voz, 2021, v. 1, p. 331-352.

FICO, Carlos. Conservadorismo durante a ditadura militar. In: Francisco Carlos Teixeira da Silva; Sabrina Evangelista Medeiros; Alexander Martins Vianna. (Org.). **Dicionário crítico do pensamento da direita: ideias, instituições e personagens**. Rio de Janeiro: FA-PERJ/Mauad, 2000, v. 1, p. 99-100.

_____. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977)**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. 188p.

FERNANDES, Antônio de Paiva. **Magé durante o Segundo Império e os primeiros tempos da República: a história de uma abnegada mulher**. Rio de Janeiro: s/ed, 1962.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. Jornal do Brasil. In: Centro De Pesquisa e Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: < <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetematico/jornal-do-brasil> > Acesso em: 16 out. 2024.

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: Pedro Paulo Zahluth Bastos; Pedro Cezar Dutra Fonseca. (Org.). **A Era Vargas. Desenvolvimento, economia e sociedade**. São Paulo: UNESP, 2012, v. 1, p. 295-322

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FONTES, Virginia; MENDONÇA, Sônia Regina de. **História do Brasil Recente: 1964-1990**. 4. ed. 3ª reimpressão: SÃO PAULO: ÁTICA, 2004.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005. 319 p.

GROPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. **História e memória das ditaduras do século XX-Vol. 1**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016, p. 39-56.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2ª. ed. São Paulo: Vértice, 1990. 189p.

MARTINS FILHO, João Roberto. A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia. **Varia história**, Belo Horizonte, v. 28, p. 519-536, 2012.

MATTOS, Marcelo Badaró. Continuidades e rupturas no movimento sindical brasileiro: o impacto da ditadura militar. In: Marcelo Badaró Mattos; Rubén Vega. (Org.). **Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, v. 1, p. 175-191.

_____. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de Melo. (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 67-98.

_____. O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura – um debate historiográfico. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **1964: 50 anos depois – a ditadura em debate**. Aracaju: EDISE, 2015. p. 35-83.

_____. Memórias e histórias da ditadura em tempos de neofascismo bolsonarista. **Marx e o marxismo**. Niterói, v. 12, n. 22, p. 77- 92, 2024.

MELO, Demian Bezerra de. Revisionismo histórico e revisionismo historiográfico sobre 1964: narrativas paralelas e pontos de continuidade. **Germinal: Grupo de Estudos e Pesquisas Marxismo, História, Tempo Livre e Educação**. Londrina, v. 16, p. 113-123, 2024.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. **Fios da Rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949)**. 2012. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional - algumas considerações sobre a historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 06-38, 2013.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. 3.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. 106 p.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Raymond Williams e estruturas de sentimentos: os afetos como criatividade social. **Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 28, p. 1-22, 2020.

MOREIRA, Alinnie Silvestre. **Liberdade tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c. 1831-c.1870)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. 1ª. ed. São Paulo: Contexto, 2019. 367 p.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PADRÓS, Enrique Serra. A violência de Estado nas Ditaduras de Segurança Nacional. In: ESTEVEZ, Alejandra (org.). **Lembrar é agir: Memória, verdade e direitos humanos**. São Paulo: Letra e voz, 2021. p. 19-36.

PEDRETTI, L.. Entre políticas de memória e camadas de esquecimento. In: Alejandra Estevez. (Org.). **Lembrar é Agir: Memória, Verdade e Direitos Humanos**. São Paulo: Letra e Voz, 2021, p. 53-68.

PEREYRA, I. V. **A ditadura nos trilhos: o cotidiano dos ferroviários entre a repressão e consenso (1964-1974)**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022. v. 1. 207p.

PIQUET, Rosélia. **Cidade - empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PONCE, André Luiz Godoy. **Da Serra ao Vale: a trajetória da indústria bélica e estratégica no projeto “Brasil Potência” (1964-1993)**. 2022. 490 p. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade São Paulo, São Paulo, 2022.

REIS, Daniel Aarão. O nacional-estatismo brasileiro: cultura política e história. In: Norberto Ferreras. (Org.). **A questão nacional e as tradições nacional-estatistas no Brasil, América Latina e África**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2015, p. 13-39.

RIBEIRO, Felipe. **A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé (1956-1973)**. 2015. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

_____. **Memórias da Moscouzinho: os tecelões de Santo Aleixo e a liderança de Astério dos Santos**. 01. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. v. 01. 184p.

ROCHA, André Santos, “Nós não temos nada a ver com a Baixada!” – problemáticas de uma representação hegemônica na composição do território. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, v. 3, p. 1-22, 2013.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins. Uma história vigiada. In: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins (org.). **Por uma revisão crítica**. Ditadura e sociedade no Brasil. Salvador: Saga, 2021, p.7-49.

SÁ, Celso Pereira de. **Estudos de psicologia social: história, comportamento, representações e memória**. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015. v. 1. 458p.

SANT’ANNA, Irun. **O garoto que sonhou mudar a humanidade**. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2011.

SANTANA, Marco Aurelio. Um sujeito ocultado: trabalhadores e regime militar no Brasil. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 12, ed. 33, p. 85-96, 1º semestre 2014.

SÁ, Rosane Lopes dos Santos. **A formação de núcleos urbanos industriais na Baixada Fluminense: os casos da fábrica de pólvora da Estrela e da fábrica de tecidos Santo Aleixo**. Orientador: Nireu Oliveira Cavalcanti. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2003. 208p

SANTOS, Renato Peixoto dos. **Magé Terra do Dedo de Deus**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

_____. **Fábrica da Estrela (Imperial Fábrica de Pólvora): do Império aos nossos dias servindo ao Brasil!** São Paulo: Gráfica Castro Ltda, 1973a.

_____. **Garrincha: O Demônio das Pernas Tortas**. Rio de Janeiro: [s.n] 1973b.

_____. **Batalhão Dom Pedro II: Orgulho do Exército Nacional**. Petrópolis: Gráfica Serrana, 1973c.

_____. **A Saga dos Ullmann (História de Magé de 1870/1950)**. Petrópolis: Gráfica Jornal da Cidade, 1988.

SEIXAS, Antônio. Reflexões sobre a genealogia do conceito de Baixada Fluminense: a Baixada da Guanabara, a Grande Iguaçu e o Município de Magé. In: ROCHA, André Santos da; SALES, Jean Rodrigues. (Org.). **Sociedade-natureza na Baixada Fluminense: perspectivas de investigação**. 1ed. Seropédica: EDUR, 2023a, v. p. 11-19.

_____. Família Cozzolino: parentesco, instituições e poder no Município de Magé (RJ). **Revista da ASBRAP**, v. 30, p. 377-415, 2023b.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 694 p.

SILVA, Lucia Helena Pereira da. De Recôncavo da Guanabara a Baixada Fluminense: leitura de um território pela história. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, v. 3, p. 47-63, 2013.

_____. A invenção da Baixada Fluminense: UUIO da FUN-DREM (1975/89) e a representação de uma região. In: ENANPUR, XVI., 2015, Belo Horizonte. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2019. p. 1-14.

SILVA, Maria Beatriz Leal. **Ginásio Industrial da Fábrica da Estrela: um projeto pedagógico dentro de uma instituição militar**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2016.

_____. Langsdorff em Inhomirim. **Revista Pilares da História**, Duque de Caxias, ano 3, n. 5, p. 53-54, Maio 2005.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na baixada fluminense**. Mesquita: ed. Entorno, 2007.

_____. **Ambiente e Sociedade na Baixada Fluminense**. 1. ed. Mesquita - RJ: Editora Entorno, 2011. v. 1. 358p.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SOUZA, Marlucia Santos de. **Escavando o Passado da Cidade: história política da cidade de Duque de Caxias**. 2014. Ed. Duque de Caxias: Apph-Clio, 2014.

SOUZA, M. S.; OLIVEIRA, J. C.; BEZERRA, N. R. Os caminhos do ouro na Baixada Fluminense. **Revista Pilares da História**, v. 6, p. 7-21, 2007.

TAVARES, Tânia dos Santos. **Grupo dos Onze: a esquerda brizolista (1963-1964)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar: História, memória e política**. Lisboa: Unipop, 2012.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 215p.

ANEXO A – Questionário com perguntas realizadas nas entrevistas

1. Qual sua data de nascimento?
2. Você nasceu na região ou sua família veio de outra localidade?
 - 2.1 Se veio de outra região, foi em que ano?
3. Qual era sua relação com a Fábrica da Estrela?
4. Como era a relação dos militares com funcionários e moradores?
5. Quais eram os serviços e benefícios oferecidos pela Fábrica?
 - 5.1 Eram restritos aos funcionários e militares ou estavam abertos para toda população da região?
6. Havia maior sensação de segurança na região se comparada com os dias de hoje?
7. Percebeu na Fábrica alguma greve de funcionários ou algum tipo de movimento sindical?
8. Na região havia alguma movimentação de militantes de esquerda?
9. Sofreu algum tipo de repressão política ou conheceu alguém que sofreu?
10. Na sua avaliação, após o fim do Regime Militar a vida na região melhorou ou piorou?